

Ana Isabel Reis, Fábio Ribeiro, Pedro Portela (org.)

DAS PIRATAS À INTERNET: 25 ANOS DE RÁDIOS LOCAIS



© CECS 2014 Todos os Direitos Reservados

A presente publicação encontra-se disponível gratuitamente em:

www.cecs.uminho.pt

Título	Das Piratas À Internet: 25 Anos de Rádios Locais
Editores	Ana Isabel Reis, Fábio Ribeiro & Pedro Portela
ISBN	978-989-8600-33-2
Capa	Luís António Santos e Pedro Portela
Formato	eBook, 226 páginas
Data de Publicação	2014, dezembro
Editora	CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade Universidade do Minho Braga · Portugal
Director	Moisés de Lemos Martins
Director-Adjunto	Manuel Pinto
Director Gráfico e Edição Digital	Alberto Sá
Assistente de Formatação Gráfica	Ricardina Magalhães



ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	5
<i>Ana Isabel Reis, Fábio Ribeiro & Pedro Portela</i>	
AS RÁDIOS PIRATAS EM PORTUGAL - CONTRIBUTOS PARA UM PERCURSO	9
<i>Ana Isabel Reis</i>	
UMA VISÃO DA EVOLUÇÃO DA RADIODIFUSÃO LOCAL PELO PRISMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	29
<i>Alberto Arons de Carvalho</i>	
RÁDIOS LOCAIS: CONCENTRAÇÃO E REGULAÇÃO	43
<i>Elsa Costa e Silva</i>	
ROTINAS E CONSTRANGIMENTOS NO JORNALISMO DAS RÁDIOS LOCAIS PORTUGUESAS	61
<i>Luís Bonixe</i>	
ECOS E SOTAQUES DO LOCAL: O INSUSTENTÁVEL SONHO DA RADIODIFUSÃO DE PROXIMIDADE	79
<i>Madalena Oliveira</i>	
RÁDIOS LOCAIS E INTERNET: QUEM NOS MOSTRA O CAMINHO?	97
<i>Luís António Santos</i>	
RECUPERAR O ESPÍRITO DAS PIRATAS: REFLEXÕES SOBRE RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM PORTUGAL, DO VAZIO LEGAL A UMA PROPOSTA CONCRETA	113
<i>Fábio Fonseca Ribeiro</i>	

ENTREVISTAS

ANTÓNIO COLAÇO	135
ANTÓNIO MACEDO	149
CARLOS DANIEL ALVES	161
DAVID PONTES	169

FRANCISCO AMARAL	181
JOÃO PAULO MENESES	189
JOAQUIM FRANCO	201
JOSÉ CARLOS BARRETO	213
JOSÉ COIMBRA	219

NOTA INTRODUTÓRIA

ANA ISABEL REIS, FÁBIO RIBEIRO & PEDRO PORTELA

A história recente da rádio em Portugal está praticamente por fazer. Mais de 25 anos sobre a publicação da Lei da Rádio, em 1988, e do processo de atribuição das frequências locais, em 1989, é tempo de olhar em perspetiva para o setor das rádios locais.

É indiscutível o papel destas emissoras na vida das suas comunidades, unidas pelo conceito de proximidade que vai além-fronteiras. No seu conjunto são ainda um espaço de expressão sonora multifacetado onde se reconhecem linguagens e sotaques próprios, a informação local, a música popular e regional, as vozes conhecidas de quem ali vive ou emigrou e que encontra na rádio um lugar de (re) encontros e afetos. A rádio local assume aqui uma das suas funções primordiais, a função social, a de ser o elo aglutinador de uma comunidade que usa a rádio como meio para comunicar entre si – não raras vezes a única oportunidade no seu dia para falar com outra voz e ser escutado.

As piratas, e depois da legalização as rádios locais, foram fruto de um contexto único que, por certo, não se voltará a repetir. Ambas deram voz a todo um país, democratizaram o acesso à rádio, foram influenciadas e influenciaram o rumo político. As piratas e as locais formaram uma geração de profissionais que agora já não fala ao microfone de um estúdio improvisado, mas que ainda olha para esse tempo com a mesma paixão. Hoje as rádios locais que temos já pouco têm em comum com o que se ouvia nos anos 80. O espírito inicial perdeu-se no curso da história e as locais são hoje, mais uma vez, fruto das circunstâncias em que foram criadas.

Desde a legalização que o percurso das pequenas emissoras tem sido desigual. Algumas conseguiram sobreviver financeiramente num mercado que manifestamente não estava preparado para tão

grande número de rádios, outras consolidaram-se e tornaram-se numa referência nos concelhos em que emitem, outras acabaram por fechar, outras ainda foram adquiridas por rádios ou grupos de média para retransmitirem emissões nacionais que se afastam do conceito de proximidade desde sempre atribuído à rádio local. Isto apesar de os últimos estudos nacionais e internacionais revelarem que os ouvintes de rádio, no FM e na Internet, procuram sobretudo essa ligação com o que lhes é próximo. A Internet foi apenas mais um entre os muitos desafios que se colocaram às pequenas emissoras na viragem do século.

Mais do que um contributo para a história recente da rádio em Portugal, este livro pretende também contribuir para a reflexão sobre o papel da rádio local no atual panorama radiofónico nacional. Assim, seguimos o seu percurso das primeiras estações até à atualidade.

No capítulo 1, Ana Isabel Reis faz a retrospectiva do *boom* das piratas desde a sua génese à legalização. O capítulo 2, assinado por Alberto Arons de Carvalho, é dedicado à legislação do setor desde os primeiros projetos à Lei da Rádio e ao concurso para a atribuição de frequências, assim como às alterações legislativas que determinam as regras para os operadores de radiodifusão. No capítulo 3, Elsa Costa e Silva aborda a regulação e as consequências do recente processo de concentração nos média locais. A realidade das redações é apresentada por Luís Bonixe no capítulo 4 com um estudo realizado com jornalistas das emissoras que ainda mantêm a informação local em antena. No capítulo 5, Madalena Oliveira reflete sobre o conceito de proximidade ou o 'localismo' [*localness*] e papel das rádios locais na vida das comunidades em que se inserem. A Internet e os desafios que se colocam às rádios locais no futuro são o objeto de análise de Luís António Santos no capítulo 6. E no capítulo 7, Fábio Ribeiro aborda a lacuna legal que pende sobre as rádios comunitárias e os novos projetos que neste âmbito foram nascendo na web.

Num segundo momento, este livro pretendeu conhecer as mais variadas experiências e perceções de personalidades envolvidas com o fenómeno pirata, dos anos 80 em Portugal. Neste sentido, as entrevistas realizadas analisam, com mais detalhe, alguns episódios pessoais e contextuais que convergem na ideia de um movimento de rádios piratas de norte a sul do país, em torno das mesmas problemáticas, recuperando idêntico compromisso entre comunidades ativas em torno da rádio e trabalhando pela legislação que chegaria no final dessa década. Assim, os nove entrevistados sublinham a importância das piratas para o crescimento pessoal e profissional, oferecendo um panorama diversificado de experiências: António Colaço é considerado, entre outros, um dos principais pioneiros do movimento das piratas em Portugal, tendo participado ativamente para a concretização do processo de legalização; António Macedo colaborou pontualmente com algumas piratas, como a Rádio Clube Foz do Mondego, na Figueira da Foz, e foi a voz da primeira emissão da TSF a 29 de Fevereiro de 1988; Carlos Daniel Alves, jornalista da RTP, ainda que mais conhecido nos ecrãs de televisão, começou, ainda adolescente, a fazer alguns programas desportivos e informativos na então pirata Rádio Paredes; David Pontes, atual subdiretor do Jornal de Notícias, esteve em várias rádios piratas, como a Rádio Universitária do Porto e a Rádios Caos; Francisco Amaral, que começou a trabalhar em rádio em 1970, esteve na RDP e TSF, é autor de um dos mais antigos programas de rádio portugueses – Íntima Fracção (1984) – que mantém como *podcast*; João Paulo Meneses, atual jornalista e editor *online* da TSF, esteve nas piratas Rádio Antena 105, Rádio Foz do Ave e Rádio Vila do Conde. Depois da legalização das locais fez parte da equipa fundadora da Rádio Nova do Porto; Joaquim Franco, jornalista da SIC, conta com experiências em emissoras piratas como a Rádio Regional da Amadora, a Rádio Onda Livre, a Rádio Horizonte ou a Rádio Mais; José Carlos Barreto começou em Santarém na Rádio Piranha e na Rádio O Ribatejo – ambas piratas – e é atualmente

jornalista da TSF Rádio-Notícias; José Coimbra, locutor e animador da RFM, começou na Rádio Piranha nos anos 80 em Santarém, a sua terra natal.

Este livro foi produzido no quadro do projeto de investigação “Estação NET: moldar a rádio para o ambiente web”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), por fundos estruturais COMPETE e QREN, com referência PTDC/CCI-COM/122384/2010 [www.lasics.uminho.pt/netstation] e desenvolvido por investigadores do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho.

AS RÁDIOS PIRATAS EM PORTUGAL – CONTRIBUTOS PARA UM PERCURSO

ANA ISABEL REIS

aisabelreis@gmail.com

DOS SENFILISTAS ÀS RÁDIOS PIRATAS

Em Portugal as primeiras ‘rádios’ foram feitas por aficionados que estavam a par dos progressos internacionais na telegrafia sem fios. Os senfilistas construíram os próprios equipamentos que iam aperfeiçoando. Emitiam a partir de casa, ao serão, em estúdios improvisados depois de um dia de trabalho. A rádio era o seu *hobby*. Mas havia também projetos mais profissionais que, nos anos 1920, se transformaram nas primeiras emissoras com carácter regular. Durante duas décadas as rádios preencheram as frequências livres enquanto os serviços dos Correios e Telégrafos selaram alguns postos emissores (Maia, 1995: 38). Em face da anarquia e saturação nas frequências foi criada a Direção Geral dos Serviços Radioelétricos e elaborada a primeira regulamentação para o setor. Assim, a rádio deixa de emitir a partir da casa dos senfilistas para só voltar a ter um cenário idêntico décadas depois, nos anos 80, com a popularização das piratas ou livres e na transição do milénio com as *webrádios* e o *podcast* na Internet.

Na década de 30 assistiu-se à profissionalização do setor marcado pelo surgimento das três grandes emissoras: o Rádio Clube Português (RCP), a Emissora Nacional (EN), e a Rádio Renascença (RR). Subsistiram também as denominadas ‘rádios minhocas’: amadoras, de dimensões estruturais e financeiras reduzidas (Santos, 2003: 52). Este cenário manteve-se durante décadas. E não é muito diferente do que vem a resultar da legalização das piratas.

Em 1974, a rádio era ainda o meio de comunicação predominante nos lares portugueses. Foi, por isso, protagonista da revolução do 25 de Abril (Reis & Lima, 2014). E, tal como nos jornais, as rádios foram também palco das disputas políticas e das tensões que se viveram na época. O programa do MFA (Movimento das Forças Armadas) aboliu a censura e o exame prévio, mas manteve o controlo dos órgãos de comunicação social para “salvaguardar os segredos dos aspectos militares e evitar perturbações na opinião pública, causadas por agressões ideológicas dos meios mais reaccionários”¹. No programa o MFA assumiu o compromisso de que o Governo Provisório “obrigar-se-á a promover imediatamente” a promulgação de uma “nova Lei de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema”². Apesar das tentativas de criar um quadro legal para o setor só em 1988 se concretizou a publicação da Lei da Rádio.

Em 1975, o Governo anunciou a intenção de acabar com as concessões privadas na radiodifusão que é entendida como “um serviço público devotado a uma importantíssima função social”³. No decreto que nacionalizou as emissoras, com exceção da RR e mais duas⁴, alude-se a emissões privadas espalhadas pelo país: “Chegamos ao extremo contra-senso de várias estações emissoras povoarem as serras de Portugal com as suas torres, os seus serviços técnicos de apoio, o seu pessoal privativo, as suas linhas de fornecimento de energia, numa dispersão de meios e esforços que malbarata e anula o potencial de criatividade de que, apesar de tudo, inegavelmente dispomos”⁵. O reconhecimento destas emissões é tido como um prenúncio do que vai acontecer na década seguinte (Queirós, 2001: 19-20). Não há registo de rádios piratas ou livres

¹ Programa do MFA de 10 de setembro de 1975, Documento informativo nº1, Processo nº 04.05.01

² Programa do MFA de 10 de setembro de 1975, Documento informativo nº1, Processo nº 04.05.01

³ Decreto-Lei n.º 674-C/75 de 2 de Dezembro de 1975

⁴ Rádio Altitude da Guarda e a Rádio Pólo Norte no Caramulo (mais tarde denominada Rádio Clube do Centro)

⁵ Decreto-Lei n.º 674-C/75 de 2 de Dezembro de 1975

nesta época, embora os primeiros pedidos de licenciamento datem do ano seguinte. Todos foram indeferidos porque o Governo não estava interessado (Sousa, 2002: 13) e porque não havia um quadro jurídico adequado, mantinha-se a lei anterior herdada do antigo regime (Azevedo, 2001: 114). Assim, depois de 1974, a hegemonia dos dois grupos foi reforçada, e o duopólio manteve-se até meados da década seguinte (Sousa, 2002: 6), altura em que se dá a explosão das piratas.

A partir de 1975, a Emissora Nacional e as rádios privadas nacionalizadas passaram a denominar-se Empresa Pública de Radiodifusão. A Renascença iniciou a ampliação da rede de emissores através da “Campanha dos Novos Emissores”, lançada pela Liga dos Amigos da RR em 1978, e que daria frutos na década seguinte na conquista das audiências. É neste contexto que em 1977 surge o primeiro projeto pirata: a Rádio Juventude. Mas só a partir de 81/82 se dá o verdadeiro *boom*, enquanto na Europa o fenómeno teve projeção desde os anos 60.

AS RÁDIOS PIRATAS NA EUROPA E EM PORTUGAL

Badenoch (2013) situa o precedente das emissões piratas na Europa em 1952, quando um navio norte-americano fundeado no Mediterrâneo Oriental (em Rodes) transmitiu a Voz da América para o sudeste da Europa. Este tipo de emissão fazia parte da estratégia de mobilidade da estação anunciada pelo Presidente Truman. Aliás, as transmissões a partir do alto mar foram já interpretadas como fazendo parte de uma estratégia de afirmação política e territorial por parte das nações (Peters, 2011). Mas a “era pirata”, como Badenoch lhe chama, começa seis anos mais tarde com a dinamarquesa Radio Mercur a emitir a partir de um navio entre Copenhaga e Malmö. O caso é agendado para discussão na Conferência World Administrative Radio Conference da ITU (International Telecommunications Union) em 1959, quando já havia outros “navios-rádios-piratas” oriundos dos

países nórdicos, Reino Unido e Alemanha. Quase todos regressaram a terra em silêncio até meados da década seguinte com exceção de uma rádio emblemática: a Rádio Caroline, que, desde 1964, navegava em águas fora do alcance das autoridades britânicas.

O formato radiofónico *all-day music station* da Caroline era inovador (Starkey, 2011: 161), tratava-se de uma emissora profissional ouvida por uma larga faixa da população sobretudo jovem e cujo impacto, segundo Crisell (1994: 31), foi “sensacional”. A Caroline abalou as estações instituídas e o poder que, com medidas legislativas, a tentou calar e às rádios similares que entretanto surgiram. Desde então a Caroline tornou-se num símbolo de inovação e resistência que persiste até hoje. O sucesso já tinha sido antecipado pelas emissões da Radio Luxembourg que chegavam ao Reino Unido, e que o governo tentou impedir, e amplificou-se com o surgimento de outras, ancoradas em navios. Porque emitiam à margem da lei estas rádios eram denominadas de piratas⁶, mas também são conhecidas por *offshore* ou livres. O seu processo de legalização conduziu à criação das rádios locais (Crisell, 1994: 33).

Nos anos 80, quando em Portugal estala o *boom* das piratas, o resto da Europa assiste ao nascimento de uma nova geração: as rádios comunitárias. Emissoras que funcionam sem objetivos comerciais e que procuram servir nichos étnicos, grupos de interesses, populações de áreas geográficas pequenas ou comunidades com problemas de inserção social. A sua legalização nos países europeus ocorre na mesma altura em que, em Portugal, foi publicada a Lei da Rádio⁷.

Embora em estádios diferentes, por toda a Europa as rádios livres, piratas, comunitárias ou alternativas⁸ enfrentavam um mesmo

⁶ O termo ‘rádio-pirata’ foi, na época, usado no parlamento britânico por um deputado para classificar as rádios que emitiam a partir de navios em águas internacionais: ‘I use the term “pirate” broadcasting because it conveys vividly what these broadcasters are. They operate outside the law – or so they believe’ (in Peters, 2011: 281).

⁷ Em Portugal a Lei da Rádio é omissa quanto às rádios comunitárias.

⁸ Estas denominações aparecem nas atas que resumem as comunicações apresentadas pelos representantes de cada país presente no Congresso que criou a FERL, Federação Europeia de Rádios Livres.

problema: a falta de legislação que lhes permitisse serem legais. Na Bélgica, Espanha, França, Grã-Bretanha, Itália ou na então República Federal da Alemanha, as rádios eram perseguidas, encerradas e o equipamento confiscado. No primeiro Congresso da Federação Europeia das Rádios Livres em 1987, reconheceu-se a existência de emissoras ilegais em 11 países europeus, que demonstravam a vitalidade e a diversidade do setor e que ocupavam um novo espaço de expressão (Marcos, 1988) marcado, entre outras características, pelo exercício da cidadania.

Apesar da distância temporal, há dois pontos comuns ao surgimento das rádios livres na Europa e em Portugal: as populações tinham um meio de expressão que não existia nos média instituídos; e a impossibilidade de entidades privadas poderem abrir as suas próprias estações numa Europa que via a rádio como um serviço público ancorado no exemplo da BBC. No caso português foi o duopólio Estado-Igreja que acabou por gerar emissoras alternativas fora da lei (Cordeiro, 2007: 380). O aparecimento das emissões ilegais foi favorecido não só pelo contexto político internacional dominado pela Guerra Fria, como pela política restritiva para o *broadcast* baseada no serviço público, em que a rádio foi construída para “sintonizar” dois conceitos em simultâneo: *‘national family – national broadcast’* (Badenoch, 2013).

A França passou pelo Maio de 68 sem rádios que não as oficiais. A falta de um meio que desse voz aos jovens fez surgir emissoras ilegais. A partir de 1977 estudantes, ambientalistas, associações e sindicatos formaram “rádios livres” cuja missão era a de servir causas (Cheval, 2012). O processo francês é, de resto, muito idêntico ao português, mas desenvolve-se num curto período de tempo, ao contrário do que sucedeu em Portugal. No início da década de 80, no rescaldo da eleição do presidente socialista François Mitterand, as “rádios livres” são legalizadas como locais. Primeiro como associativas sem fins comerciais, depois a lei foi-se tornando progressivamente mais

liberal e admitiu rádios locais privadas comerciais (Cheval, 2012: 95). O caso francês é tido em conta por servir de exemplo a alguns dos piratas lusos ou porque alguns tinham passado por França.

Em Portugal, a década das piratas teve um contexto único em que se conjugaram diversos fatores: crises políticas e eleições sucessivas; a crise económica e as consequentes medidas de austeridade; a entrada na então CEE⁹ e a consequente vaga de financiamentos comunitários a projetos, também na área dos média ou da formação profissional; a transição do contexto mediático do duopólio para a liberalização; a formação de uma nova geração de profissionais da rádio, que conjugou os que vieram das emissoras de Angola com os de jornalismo do ensino superior público e privado, com os recém-formados dos cursos profissionais, e com a “aprendizagem da prática” dos amadores das piratas; a acessibilidade aos equipamentos de produção e emissão, e também, a unanimidade transversal a todos os partidos que reconheciam a necessidade de regulamentar o setor e licenciar rádios locais. A situação política pós-ditadura é relevante quando se analisa esta época porque as piratas surgem num contexto de amadurecimento da jovem democracia portuguesa (Bonixe, 2012: 324). O seu desenvolvimento e o processo legislativo que conduziu ao licenciamento é, também, resultado do clima político que se viveu no país nos anos 80 e da abertura à Europa.

As rádios piratas foram também o centro de lutas políticas não só a nível nacional, mas também ao nível do poder local que se posicionava para as autárquicas de 1989. As disputas partidárias também se fizeram nas ondas piratas antecipando o papel que as futuras rádios locais poderiam ter na conquista do eleitorado. A discussão das propostas de Lei da Rádio, assim como de todo o processo de licenciamento foi feito de avanços e recuos conforme o calendário eleitoral da década de 80: eleições autárquicas (1985 e 1989);

⁹ Comunidade Económica Europeia, agora UE, União Europeia

eleições presidenciais em que Soares sucede a Eanes (1986); três eleições legislativas, fruto da crise política que antecedeu a aliança PS/PSD (1983), a crise do Bloco Central que conduziu à dissolução do Parlamento e antecipação das eleições, ganhas pelo PSD (1985), e da queda do governo minoritário de Cavaco Silva que renovou o mandato mas com maioria absoluta (1987); e as primeiras eleições europeias realizadas em Portugal (1989). A Lei da Rádio, o concurso e as licenças atribuídas foram alvo de acesas discussões nos média da época, que amplificaram as vozes dos que associaram o resultado final do concurso à cor da força política que detinha o poder.

O contexto mediático dos anos 80 também foi favorável à proliferação das piratas: a expansão do setor com o surgimento de novas publicações; a descentralização das redações de jornais e rádios com a abertura ou reforço de delegações e períodos de emissão autónomos; a preparação para o arranque da televisão privada, e o anúncio da privatização de alguns dos jornais detidos pelo Estado e da Rádio Comercial. Este novo contexto reforçou também a informação local. Esse foi um elemento de ligação entre as novas rádios e as populações, nomeadamente, a informação local desportiva, esquecida pelo duopólio radiofónico e pelos média nacionais. Como já foi referido, o poder local teve também a sua quota-parte na construção deste processo ao aperceber-se de que a rádio podia ser um aliado na conquista do eleitorado. Aliás, algumas autarquias cedo estabeleceram ligações às estações dos seus concelhos, por vezes, financiando-as. A propriedade das emissoras piratas era diversa: pequenas empresas, igreja, jornais locais, clubes de futebol, associações culturais e desportivas (Bonixe, 2014) e até empresas de publicidade (Marcos, 1988).

A formação dos profissionais da rádio é outro fator relevante. De Angola tinham vindo alguns dos nomes que lideraram projetos piratas ou pós-legalização e que trouxeram uma visão diferente de fazer rádio da que existia na metrópole: menos formal, mais criativa, mais próxima do ouvinte. De realçar, ainda, que é na década de 80 que

saem os primeiros licenciados dos cursos superiores de jornalismo de Lisboa e do Porto¹⁰. A estes juntam-se os que frequentaram os cursos de formação ministrados pelas rádios ou centros que agregavam profissionais que também estavam nas piratas. E, já por si, as piratas formaram, na ‘tarimba’, uma geração de jornalistas, técnicos, sonoplastas e animadores que, mais tarde, se disseminou pelas redações das televisões, dos jornais e das rádios. É, aliás, em finais da década de 80, que se assiste a uma renovação da profissão nas rádios com a entrada de jovens nas redações. Entre 1988 e 1989, o número de profissionais de rádio duplicou, e na transição das piratas para a legalização das locais, 1987-91, a rádio passou de 53 para 268 profissionais registados na Comissão da Carteira Profissional (Rebelo, 2011).

No processo que conduziu às rádios locais, Azevedo (2001) distingue três gerações: a primeira dos ‘entusiastas amadores’, a segunda marcada pelo interesse dos poderes locais e a terceira em que surgem projetos mais estruturados e profissionais. Apesar de diferentes tinham em comum o facto de serem alternativas, autónomas e participativas. Para Bonixe (2012) houve dois períodos distintos: o primeiro de 1977 a 1984, marcado pela ‘carolice’, e o segundo de 1985 a 1988, marcado por projetos mais consistentes e de maior dimensão. A par das rádios de ‘vão-de-escada’ feitas por voluntários há as que têm uma estrutura profissional.

O novo cenário radiofónico foi abordado no Colóquio “60 anos da Rádio em Portugal” em 1985, no qual vários conferencistas classificaram as rádios locais como sendo o “futuro” e um “processo imparável” (Serejo, 2001: 91). O peso das piratas nas audiências era já aferido em sondagens. Dados da época revelados pela Norma, e publicados nos jornais, indicavam que em algumas zonas do país ultrapassavam as audiências das nacionais: 18% para as piratas no

¹⁰ A nível universitário o primeiro curso superior de Comunicação Social em Portugal surge em 1979 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e um ano depois o do Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa; no Porto Escola Superior de Jornalismo abre em 1985; o Cenjor em Lisboa abre em 1986.

litoral norte (Queirós, 2011: 25), e, em 1988, as rádios com cobertura nacional detinham cerca de 60% da audiência enquanto as locais/regionais registavam mais de 20% no total do país (Maia, 1995: 329).

Escreve Santos (2005: 141) que “o fenómeno das rádios livres ou piratas e a sua consequente legalização trouxe novas propostas, equipas proprietárias e dirigentes (...) fragmentou mas dinamizou o mercado nacional”. Apesar de terem tido grande impacto nas práticas jornalísticas e na estrutura das empresas radiofónicas, obrigando a uma reestruturação de formatos e conteúdos, a hegemonia dos dois grandes grupos não foi ameaçada. A rádio estatal e a emissora católica permaneceram no cenário radiofónico disputando as audiências com as pequenas estações. Mas, antecipando o efeito das locais na conquista dos ouvintes, quer a RDP quer a RR abriram, a partir de 1985, delegações em todo país para descentralizar a programação e informação.

Não há registos sobre o real número de rádios a emitirem antes da legalização. Estimam-se em centenas, muitas com emissões regulares, outras com as intermitências próprias dos projetos amadores e feitos com poucos recursos, outras, ainda, tão fugazes quanto o meio em que nasceram. Os números oficiais também divergem. Em fevereiro de 1984, o então Secretário de Estado das Comunicações, Raúl Junqueiro, afirmou numa reportagem da RTP que tinham entrado 360 pedidos de licenciamento na Direção Geral da Comunicação Social. Dias depois, o Secretário de Estado Adjunto do Ministro de Estado, Anselmo Rodrigues, disse ter conhecimento de 108 pedidos. Afirmações proferidas no Parlamento, quando o governo socialista foi interpelado¹¹ por um deputado comunista sobre a autorização dada às Forças Armadas Norte-Americanas do Comando de Forças Conjunto da NATO em Oeiras para colocarem no ar uma rádio¹² – um

¹¹ Reunião plenária de 2 de Março de 1984

¹² A autorização para emissão, pelas Forças Armadas Norte-Americanas, foi concedida em 22 de Julho de 1980 pelo anterior governo. Esta rádio destinava-se, segundo Anselmo Rodrigues “exclusivamente a fins recreativos, abrangendo música, cultura, desporto e noticiário dos Estados Unidos para pessoal de Comiberlant”, da Nato em Oeiras.

facto que na época gerou polémica uma vez que já se discutia a legislação para o setor e se preparava a legalização das piratas.

A imprensa reportava a existência de entre 400 a 800 estações ilegais¹³. Na ausência de legislação, os Serviços Radioelétricos dos CTT apreenderam equipamentos sobretudo das rádios que interferiam nas emissões das legais (Santos, 2005: 139), mas, na reta final das piratas a fiscalização abrandou e passou apenas a reportar a localização das estações à Secretaria de Estado da Comunicação Social (Azevedo, 2001: 117).

DAS PIRATAS PIONEIRAS ÀS RÁDIOS LOCAIS LICENCIADAS

As piratas ganham expressão e defensores em todos os quadrantes da sociedade portuguesa. Os jornais ampliaram o que se passava dentro dos estúdios dando voz aos que reivindicavam a legalização e regulamentação das rádios livres. É nessas histórias dos pioneiros que agora nos focamos.

A primeira rádio pirata de que se tem conhecimento é a Rádio Juventude em 1977. A partir de Odivelas emitia apenas algumas horas ao fim-de-semana. Dois anos mais tarde, a Juventude dá lugar à Rádio Imprevisto que, segundo um dos seus fundadores¹⁴, funcionava em “género toca-e-foge”, ou seja, transmitia duas horas e depois, para fugir à fiscalização, estava um ou dois dias sem emissão. Tinha informação local, discos pedidos, telefonemas no ar e tudo era feito a partir de casa de José e Hermínia Farinha: “(...) o estúdio era num armário embutido na sala que tinha deixado de ser guarda-vestidos para ser estúdio” e onde estavam a mesa de mistura, o gira-discos e a régie. Quando a fiscalização apreendeu o material, passaram a emitir a partir do carro do casal, uma espécie de rádio móvel para

¹³ Em 87 Azevedo (2001:121) dá conta de 419 estações e na altura do encerramento o Diário de Notícias escreve que seriam 700 e o Jornal de Notícias fala em 800.

¹⁴ In “Rádios Piratas: Um “Imprevisto” pioneiro”, in JPN. Acedido em http://jpn.c2com.up.pt/2014/06/02/radios_piratas_um_imprevisto_pioneiro.html

não serem detetados. A Imprevisto ainda se constituiu em cooperativa e concorreu ao licenciamento, mas não foi legalizada.

No Porto, a Caos foi fundada em 1981¹⁵ e começou a emitir um ano depois. Assumiu-se como uma alternativa às emissoras legais, com música diferente da que se ouvia nas ondas legais e com informação local. Os estúdios moviam-se pela cidade para escaparem à fiscalização e os ouvintes “sabiam de cor os dias e as horas em que é preciso procurar na frequência conhecida boca a boca, a informação alternativa”¹⁶. Num sótão forrado a caixas de ovos de papelão alinham-se discos e papéis e, sob o microfone, a frase “Você está a sintonizar aquilo que não devia” – o cenário está descrito numa reportagem do semanário Expresso em 1983. Nela, a equipa fundadora assumiu ser contra a “macrocefalia que vigora na rádio portuguesa”, e querer dar “expressão ao poder da fantasia e do maravilhoso, quebrando os dogmas conservadores que atrofiaram a radiodifusão portuguesa”. Nesta e noutras reportagens a Caos rejeita o estatuto de pirata que lhe é imposto pela lei: “Não curtimos o carisma de clandestinidade”; é pela descentralização e tende “gradualmente a ser uma rádio local”. Fechou os microfones em 1989 para não voltar às ondas hertzianas.

A TSF deu os primeiros passos em 1981 quando foi constituída uma cooperativa de profissionais que preparou as emissões feitas no ano de 1984. A primeira emissão em contínuo arranca no início de 1988 levando aos ouvintes uma rádio “mergulhada na febre do direto”, como descreve o jornalista Sena Santos¹⁷. A equipa era formada por jornalistas oriundos das rádios nacionais, outros vindos de Angola, como Emídio Rangel que liderou o projeto, e por gente nova no meio que tinha frequentado os cursos de formação da TSF. Rapidamente conquistou audiências e ganhou o Prémio Gazeta do Clube de Jornalistas de Rádio pela cobertura em direto do incêndio no Chiado, em Agosto de 1988, apesar de, nessa altura, não estar

¹⁵ A data consta do processo enviado ao concurso para a atribuição das frequências locais.

¹⁶ In “Caos: o desejo de comunicar”, Expresso, edição de 2.07.1983

¹⁷ Texto inserido no livro comemorativo dos 20 anos da TSF “Tão perto do Mundo”.

licenciada. O jornalista Nuno Roby relatou as primeiras horas do incêndio: “A emissão durou o dia todo. A TSF existia apenas há alguns meses mas a sua redação estava mais do que preparada para uma cobertura global. Não sei se até esse dia (...) qualquer rádio fizera algo semelhante”¹⁸.

Em 1981, A Rádio Antena Livre fez as primeiras emissões na cave de uma casa na aldeia de Arreciadas, Abrantes, mas também emitiu de outros locais do distrito de Santarém para fugir à fiscalização¹⁹. A RAL foi a aglutinadora dos três encontros de rádios livres que se realizaram em Abrantes e que reuniu radialistas de todo o país e deputados. Um dos fundadores acredita que “isso foi decisivo para a elaboração dos primeiros projetos de lei”²⁰. Foi, aliás, António Colaço quem entrevistou o Presidente da República Ramalho Eanes, em 1984, naquela que seria a primeira entrevista de uma alta figura do Estado a uma rádio pirata. O facto foi interpretado como um sinal de apoio.

A Rádio Livre Internacional começou por emitir em Lisboa em 1981, mas vai depois para Coimbra. Tinha uma forte influência francófona já que um dos nomes ligados à sua fundação veio de França. A RLI associou-se desde logo aos estudantes. Um dos seus colaboradores, Américo Mascarenhas, encontra uma razão para isso: “A rádio ainda tinha esta mística de papel na educação”²¹.

Em Braga, Coimbra e no Porto os estudantes universitários criaram núcleos de rádio com o apoio político e financeiro dos respetivos reitores. Em Braga foi fundado o Centro Experimental de Rádio Universitária, mais tarde designada de RUM. A ideia tinha sido discutida numa Reunião Geral de Alunos em pleno clima de contestação ao aumento dos preços nas cantinas. Dar voz aos alunos foi um dos

¹⁸ Texto inserido no livro comemorativo dos 20 anos da TSF “Tão perto do Mundo”

¹⁹ “30 anos de Rádio Antena Livre”, in TvTejo, Janeiro de 2010

²⁰ “Rádios Piratas: Quando as rádios livres deixaram de o ser” in JPN, acedido em http://jpn.c2com.up.pt/2014/06/02/radios_piratas_quando_as_radios_livres_deixaram_de_o_ser.html

²¹ “Já não há rádios pirata, mas era fixe se ainda houvesse”, in Vice, acedido em <http://www.vice.com/pt/read/ja-nao-ha-radios-pirata-mas-era-fixe-se-ainda-houvesse>

objetivos da RUM que abriu em 1984 com o apoio do então Reitor João de Deus Pinheiro.

A RUC de Coimbra tem raízes na década de 40, quando o Centro Experimental de Rádio era responsável por emissões internas. Em 1983 formalizou um Pedido de Licenciamento de uma Estação Emissora. Três anos mais tarde foi constituída a Rádio Universidade de Coimbra com a presença do reitor Rui Alarcão. A RUC foi também ela criada para divulgar os “problemas e os temas sobre educação” e “fomentar o relacionamento entre os estudantes e a população”²² da cidade.

A RUP nasce da iniciativa de dois estudantes de Engenharia Geográfica que se juntaram à Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Foi do topo desse edifício que fizeram a primeira emissão em 1986, com a presença do reitor Alberto Amaral. Um dos seus nove diretores (um por cada faculdade da UP) reconhece que a rádio potenciava as reivindicações dos estudantes. Por isso, João Bonucci reconhece²³ que a comunidade académica acabou por compreender que o papel de uma rádio universitária é “extremamente importante para defender alguns interesses dos estudantes”.

Colocados no ar os primeiros projetos, as rádios começaram a organizar-se para constituir grupos de pressão que levassem à sua legalização. A 29 de maio de 1983, quatro rádios organizaram o 1º Encontro Nacional na Junta de Freguesia de Canelas, em Vila Nova de Gaia. É a partir daqui que é formada a Comissão Coordenadora das Rádios Livres Portuguesas e é também a partir desta altura que se sucedem um pouco por todo o país encontros do género. Um dos mais mediáticos realizou-se em junho de 1984 quando a Rádio Livre de Lisboa reuniu cerca de 60 personalidades em favor das rádios livres (Silva e Oliveira, 2014: 28).

²² História da Rádio Universidade de Coimbra, site da RUC

²³ In “RUP: A liberdade de uma rádio pirata”, JPN, acedido em http://jpn.c2com.up.pt/2014/06/10/rupt_a_liberdade_de_uma_radio_pirata.html

Em 1987, as piratas fazem-se representar no Congresso Internacional de Rádios Livres organizado pela Federação Europeia de Rádios Livres. Luís Humberto Marcos foi a Estrasburgo e encontrou duas realidades distintas: “Já não havia nenhum país que tivesse tantas rádios livres como Portugal. Cá, as rádios tinham surgido como cogumelos espalhados por todo o país. Não tínhamos uma entidade agregadora das rádios, estávamos num espaço de grande liberdade”²⁴. Luís Humberto fazia parte do CFJ (Centro de Formação de Jornalistas do Porto) que, mais tarde, havia de integrar uma candidatura a uma frequência local da cidade, a Cultinfor²⁵.

Em vésperas da publicação da Lei da Rádio, o CFJ organizou o Encontro Rádios Locais. Quatro deputados (PSD; PS; ID²⁶; PCP) responderam a perguntas de dezenas de ‘profissionais piratas’. Parte das intervenções registadas nas atas mostram preocupação pelo risco de partidarização na distribuição das frequências. Uma opinião partilhada pelo Sindicato de Jornalistas que, no final desse ano, tomou uma posição pública sobre a Lei da Radiodifusão considerando que “vem, apenas, demonstrar que o Governo não admite rádios privadas se não tiver a garantia que as pode controlar”²⁷. A crítica dirigiu-se, sobretudo, à constituição da Comissão Consultiva da Rádio que vai atribuir os alvarás, mas alude também ao favoritismo em relação à RDP e RR, alvos de tomadas de posição anteriores por causa da atribuição de frequências nacionais: “Estrangulam-se projetos profissionais coartando a possibilidade de alternativa à pesada, envelhecida e ofensiva rádio do Estado”.

O fenómeno das piratas foi acompanhado pelos jornais com mais ou menos destaque consoante as publicações. Nos meses de novembro e dezembro de 1988 e de fevereiro e março de 1989,

²⁴ Rádios Piratas: Dos vãos de escada aos estúdios, in JPN, acedido em http://jpn.c2com.up.pt/2014/06/02/radios_piratas_dos_vaos_de_escada_aos_estudios.html

²⁵ Da Cultinfor fazia também parte, além do CFJ, a Fundação Eng. António Almeida

²⁶ ID, Intervenção Democrática

²⁷ Tomada de posição do SJ em 16 de Novembro de 1988

o Jornal de Notícias e o Se7e publicaram reportagens, notícias e artigos de opinião sobre o assunto. Ambos integravam nos seus quadros alguns ‘piratas’ ou elementos que viriam a concorrer aos alvarás locais. Apesar de o Correio da Manhã fazer parte do grupo que detinha a Correio da Manhã Rádio, o jornal não deu especial relevo ao assunto, nem mesmo conhecida a decisão de dar à CMR a maior frequência de Lisboa. O jornal limitou-se a uma notícia breve e à publicação da lista das rádios legalizadas, não abrindo espaço para a polémica entretanto instalada. O ainda estatal Diário de Notícias também não deu grande espaço ao assunto que, algumas vezes, ocupou os últimos parágrafos de alguma notícia sobre a RDP, o setor estatal dos média, ou declarações de membros do Governo. No entanto, quer o Se7e quer o CM incluíram as piratas na página do roteiro da programação radiofónica: o CM apenas com a programação diária da CMR e as nacionais; o Se7e criou a secção ‘Rádios Livres’ com as emissoras de Lisboa e do Porto que surgiam a par das nacionais. De referir ainda que é no Se7e que se encontra, com frequência, publicidade das piratas.

No verão de 1988, foi publicada a Lei da Rádio prometida desde a Revolução, e foi aberto concurso para atribuição de frequências para rádios locais que tiveram de encerrar as emissões até à meia-noite do dia 24 de dezembro²⁸, sob pena de serem excluídas do processo de licenciamento. O comunicado do Conselho de Ministros justificou o encerramento como um “garante do respeito pela imparcialidade” da Comissão Consultiva da Rádio que ia avaliar os pedidos de licenciamento. Esta diretriz suscitou ainda mais polémica e as piratas reagiram: a 17 de novembro cerca de duas centenas e meia de rádios uniram-se numa emissão conjunta nacional em protesto contra o período do silenciamento. A partir dos estúdios da TSF, em Lisboa, foi feita uma cadeia nacional. Dois dias antes, o semanário Se7e publicou um anúncio de página inteira com a lista de todas

²⁸ Ponto 3 do artigo 9º do Decreto-Lei 338/88 (Atribuição de alvarás e licenciamento de estações emisoras de radiodifusão sonora)

as rádios e explicou como funcionava a ligação entre as emissoras: “A emissão em cadeia ‘O Dia da Rádio’, é tanto mais espectacular quanto é certo apenas ser possível devido ao facto de a captação e posterior difusão do sinal emitido a partir dos estúdios da TSF em Lisboa ser feita Rádio a Rádio por todo o país, de norte a sul. Ou seja, basta uma falhar para a cadeia quebrar”²⁹. Entre as sete e as 20 horas criou-se o ambiente de um debate parlamentar, com deputados de todos os partidos, figuras públicas e dos média e alguns nomes da política europeia como a eurodeputada Simone Veil e o filósofo Edgar Morin, que nessa semana estavam em Portugal. “Emissão gigante de rádio teve adesão não esperada” foi o título do Jornal de Notícias que deu conta que a emissão tinha ido para lá das 20 horas, mas a par das adesões de última hora, também noticiou que outras se tinham demarcado da iniciativa. Com menos destaque, o Diário de Notícias resumiu o assunto nos parágrafos finais de outra notícia relativa aos média e referiu que a emissão teria “coberto em grande parte o auditório do país”.

A 24 de dezembro de 1988 calaram-se todas as rádios piratas. Muitas, para sempre. “Agora é o som do dinheiro” titulou o JN, porque muitas não dispunham de recursos técnicos, humanos e financeiros para fazer a candidatura e profetizou: “Centenas de rádios vão morrer logo à noite (...) restarão as rádios claramente mais fortes e os projectos novos, sofisticados, apoiados por grupos económicos de grande dinâmica empresarial”. Em resposta à crítica de que o processo de candidatura ao alvará era dispendioso, o Ministro-Adjunto e da Juventude justificou que isso era o reconhecimento de um processo “justo e transparente que vai escolher os mais capazes e com mais qualidade”³⁰. Em entrevista ao jornal, Couto dos Santos afirmou que este era “o momento zero” e que 1989 seria “um ano histórico, de grande viragem e afirmação dos projectos de qualidade”.

²⁹ “Mais de 200 emissoras contra o silêncio”, in Sete de 16 de Novembro de 1988

³⁰ Entrevista de Couto dos Santos ao JN a 24 de Dezembro de 1988

No dia de Natal, o Diário de Notícias e, um dia depois, o Correio da Manhã, fizeram notícia com uma entrevista que o Bispo de Setúbal deu a uma rádio local e na qual, D. Manuel Martins condenou o Governo por ter escolhido o dia 24 para fechar as piratas: “o dia do diálogo e da fraternidade para tirar a voz às populações, à nossa pobre gente que precisa destes canais para se fazer ouvir”³¹. Ainda no dia 26, o CM chamou à primeira página uma entrevista com o Secretário de Estado, Albino Soares, em que este garantia que as licenças seriam conhecidas antes do Carnaval e que a decisão final cabia inteiramente ao Governo³². O Se7e voltou a falar das piratas no balanço do ano sob o título “Rádio reinou em Portugal”. O Diário de Notícias e o Correio da Manhã publicaram poucas e breves notícias sobre o assunto ao contrário do JN que publicou várias reportagens sobre as rádios no Grande Porto, a que não será alheio o facto de ter jornalistas e chefias envolvidos em dois projetos apresentados ao concurso de licenciamento: Rádio Jornal de Notícias e Alfapress³³.

O prazo das candidaturas terminou a 3 de janeiro de 1989 e logo em fevereiro foram conhecidas algumas rádios legalizadas, entre elas as de Lisboa e do Porto, embora o Despacho Conjunto só fosse publicado em março. Se as críticas à lei e à regulamentação do concurso já tinham provocado polémica, elas subiram de tom com a atribuição das frequências nas duas principais cidades do país. “Rádio Locais - O escândalo alastra” foi o título do JN³⁴ que destacou os dois pontos de discórdia: a constituição da Comissão Consultiva da Rádio e o conceito de ‘profissionais’ que teria uma aceção mais ampla. A estes juntou-se o conhecimento de que o relatório final da

³¹ Edição do DN de 25 de Dezembro de 1988 e do CM de 26 de Dezembro.

³² “Rádios Livres já tocarão no Carnaval” in Correio da Manhã de 26 de Dezembro de 1988.

³³ Estes dois projetos ficaram respetivamente em 9º e em 12º lugares no resultado do concurso dos alvarás na cidade do Porto; há ainda um terceiro que integrou jornalistas, o da Cultinfor, ligado ao CFJ, Centro de Formação e Jornalistas.

³⁴ Notícia de 21 de Fevereiro de 1989.

Comissão teria sido alterado, ou seja, de que os vencedores dos alvarás não eram os inicialmente selecionados³⁵.

Em Lisboa, ficou em primeiro lugar a Presselivre da qual fazia parte um dos membros da Comissão e que ocupou a maior frequência com a Correio da Manhã Rádio. No Porto, ficou a Rádio Nova da Sonae e, em segundo, a Rádio Press à qual estava também ligado um dos elementos da Comissão. A TSF ficou com a segunda frequência de Lisboa, mas no Porto foi excluída, ficou em sétimo lugar, depois da Rádio Universidade do Porto.³⁶

Os projetos derrotados esgrimiram argumentos contra os que venceram, foram apresentados recursos e protestos. Os média deram voz à contestação, mas também ao regresso à antena das rádios já conhecidas e à apresentação dos novos projetos que ao longo do ano de 1989 foram (re)ocupando o espaço radioelétrico. Depois da batalha pela legalização as agora rádios locais tiveram de começar a lutar pela sobrevivência económica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Azevedo, A.P. (2001), As rádios locais no pós-25 de Abril. *Observatório*, 4, 113-122.
- Badenoch, A. (2013). Between Rock and Roll and a Hard Place: 'Pirate' Radio and the Problems of Territory in Cold War Europe. In C. Henrich-Franke; A. Fickers & A. Badenoch (eds), *Airy Curtains in the European Ether: Broadcasting and the Cold War*, Berlim: Nomos. Acedido em https://www.academia.edu/4660257/Between_Rock_and_Roll_and_a_Hard_Place_Pirate_Radio_and_the_Problem_of_Territory_in_Postwar_Europe
- Bonixe, L. (2012). As rádios locais em Portugal – da génese do movimento à legalização. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 9(2), 313-325.

³⁵ Notícia do JN a 18 de Fevereiro de 1989 “Projectos de Jornalistas preteridos pela Comissão” e de 23 de Fevereiro de 1989 “ Governo não pode ficar indiferente aos atropelos à verdade e legalidade”.

³⁶ Das seis frequências da capital ficou excluída, por exemplo, a Rádio Universitária de Lisboa. Os cinco alvarás do Porto incluíram algumas das piratas como a Activa (3º) Festival (4º) ou a Placard (5ª). A histórica Caos foi excluída (9º). Em Lisboa, ficaram a Sociedade Franco Portuguesa de Comunicação (3º), o Terceiro Canal (4º), a Coopmídia (5º) e a Radiogeste (6º).

- Bonixe, L. (2014). O local como especialização - as rádios locais portuguesas enquanto espaço para a comunicação de proximidade. In *I Congresso de Estudos Rurais do Norte Alentejano “O Futuro do Mundo Rural em Questão”*. Acedido em http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/5287?mode=full&submit_simple=Mostrar+registo+em+formato+completo
- Cheval, J.J (2012). French Radio, from the Eiffel Tower to “Postradio”. In J. A. Hendricks, *The Palgrave Handbook of Global Radio* (pp. 92-108). Londres: Palgrave Macmillan.
- Cordeiro, P. (2007). *Estratégias de programação na rádio em Portugal: o caso da RFM na transição para o digital*. Tese de Doutoramento na Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Crisell, A. (1994). *Understanding Radio*. Londres: Routledge.
- Maia, M. (1995). *Telefonia*. Lisboa: Círculo dos Leitores.
- Marcos, L.H. (1988). *Rádios Locais, a lei e a realidade*. Porto: Centro de Formação de Jornalistas.
- Peters, K. (2011). Sinking the radio ‘pirates’: exploring British strategies of governance in the North Sea, 1964–1991. *Area*, 43(3), 281–287.
- Queirós, J.S (2011). *20 Anos ao serviço das Rádios Locais*. Porto: Aric
- Rebelo, J. (Org.) (2011). *Ser jornalista em Portugal, perfis sociológicos*. Lisboa: Gradiva.
- Reis, A. & Lima, H (2014). Os Militares da Revolução de Abril de 1974 e a Rádio: “Aqui posto de comando do MFA”. In *Atas XXXVII Intercom 2014*. Brasil. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-0586-1.pdf>
- Ribeiro, N. (2001). Momentos marcantes da história da Rádio Renascença (1937-1987). *Observatório*, 4, 97-112.
- Roby, N. (2008). 1998 _Incêndio do Chiado, a Room with a view. In *Tão perto do Mundo, 20 acontecimentos em 20 anos da rádio que mudou a rádio* (pp. 13-17). Prime Books.
- Santos, F.S. (2008). O dia de fogo. In *Tão perto do Mundo, 20 acontecimentos em 20 anos da rádio que mudou a rádio* (pp. 18-25). Prime Books.

- Santos, R. (2003). Rádio Clube Português – Da escassez de frequências à grande importância no meio radiofónico nacional (1931-1936). *Media & Jornalismo*, 3, 51-66.
- Santos, R. (2005). *As Vozes da Rádio 1924-1939*. Lisboa: Caminho.
- Serejo, F. (2001). Rádio – do marcelismo aos nossos dias (1968-1990). *Observatório*, 4, 65-95.
- Silva, E.C & Oliveira, M. (2014). A linguagem do local e as rádios piratas – memória do episódio ‘marcianos em Braga’. *Revista Media e Jornalismo*, 24, 25-37.
- Sousa, H. (2002) The Liberalisation of Media and Communications in Portugal. In S. Syrett (Coord.), *Contemporary Portugal, Dimensions of economic and political change*, Hampshire (UH) & Burlington (USA), Ashgate. Acedido em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/2692>.
- Starkey, G. (2011) Directo e local nunca mais? As comunidades de ouvintes e as tendências de globalização na propriedade e produção de rádios locais. *Revista Comunicação e Sociedade*, 20, 157-172.

UMA VISÃO DA EVOLUÇÃO DA RADIODIFUSÃO LOCAL PELO PRISMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

ALBERTO ARONS DE CARVALHO

aarons@netcabo.pt

OS PERÍODOS NA HISTÓRIA DAS RÁDIOS LOCAIS

O PERÍODO DAS RÁDIOS LIVRES (ANOS 1980)

Face à indiferença do poder político e dos próprios grupos e empresas de média, as *rádios livres* – uma das suas designações, porventura a mais comum – nasceram espontaneamente, na generalidade do território nacional, a partir do final dos anos 1970, mas com maior intensidade a partir do início da década seguinte.

Como resultado direto das acessibilidades tecnológica e económica – não era difícil nem muito dispendioso reunir os equipamentos indispensáveis para uma emissão, o aparecimento das rádios locais constituiu desta forma uma assinalável expressão da vontade de participação de muitos cidadãos e associações, designadamente de cariz cultural. Nessa fase anterior à legalização, e mesmo nos anos que se lhe seguiram, o movimento era claramente descentralizado e espontâneo: não havia qualquer tipo de concentração empresarial, nem sequer de sinergia entre empresas.

É verdade que, em Portugal, a existência de rádios de cobertura local não era completamente original: depois de algumas experiências de radioamadores, a partir de 1925, o regime salazarista tinha autorizado, em 1945, que quatro diferentes estações, fundadas nos anos 30, criassem os Emissores Associados de Lisboa, e em 1953, da mesma forma, seis rádios associam-se na Sociedade Emissores do Norte Reunidos. Antes disso, o Rádio Clube Português começa por ser, em 1928, uma rádio local da Parede, com a designação CT1DY

– Rádio Parede. Mais tarde, surgiram a Rádio Altitude (Guarda), a Rádio Clube do Centro, a Rádio Madeira, o Posto Emissor do Funchal, o Rádio Clube de Angra do Heroísmo e a Rádio Clube Asas do Atlântico.

O movimento das *rádios livres*, para além do contexto tecnológico, foi buscar a sua inspiração a idênticos movimentos surgidos anos antes em alguns países da Europa Ocidental. Com efeito, na Grã-Bretanha, onde uma rádio, a Radio Caroline, emitiu de um barco ao largo da costa inglesa, mas igualmente em França, onde o próprio principal partido da oposição, o Partido Socialista, lançaria uma *rádio livre* não autorizada, em Itália, na Holanda, Suécia, Dinamarca e Finlândia, surgiram diversas experiências precursoras das rádios locais.

Em Portugal, o poder político reagiria, porém, com indiscutível lentidão. Face à ausência de resposta governamental, seriam dois deputados à Assembleia da República, em 1983, a apresentar um projeto de lei que visava permitir e enquadrar a atividade dos operadores locais. Dinis Alves e Jaime Ramos, respetivamente do PS e do PSD, que então governavam em coligação – o chamado *Bloco Central* –, propunham na sua iniciativa legislativa que as licenças aos operadores fossem atribuídas por seis anos, apenas a cooperativas ou associações sem fins lucrativos, que não poderiam ser titulares de mais nenhuma licença e que estas seriam intransmissíveis.

A LEGALIZAÇÃO DAS RÁDIOS LOCAIS (1989)

Seria necessário esperar até 1987 para que a Assembleia da República aprovasse a primeira lei que regulamentava a atividade de radiodifusão. Apenas com os votos favoráveis dos partidos da esquerda parlamentar, então na oposição a um governo minoritário do PSD, a Lei nº 8/87, de 11 de março, previa que as licenças para as rádios locais fossem atribuídas por despacho dos membros do governo responsáveis pelas áreas da comunicação social e das

comunicações. Esta lei impunha um estrito limite (25%) à participação de qualquer pessoa singular ou coletiva em mais de uma empresa de radiodifusão, admitia a transmissão de um alvará apenas em casos excecionais e cinco anos após a sua atribuição, previa que existissem concursos públicos anuais para atribuição de licenças de emissão. Por outro lado, atribuía a um Conselho da Rádio, presidido por um magistrado, e com treze membros, dos quais dois indicados pelo Governo e cinco pela Assembleia da República, a competência para emitir um parecer vinculativo sobre o licenciamento dos operadores. Permitia, finalmente, que nas rádios locais os noticiários fossem feitos por equiparados a jornalistas.

Esta primeira lei da rádio teria uma vida efémera. Logo no ano seguinte, o novo Governo Constitucional, liderado por Cavaco Silva, agora com maioria absoluta no Parlamento, aprovaria um novo diploma. A Lei nº 87/88, de 30 de julho, que seria regulamentada por um decreto-lei (nº 338/88) modificaria vários aspetos da legislação anterior: um Conselho Consultivo substituiria o Conselho da Rádio, que aliás nunca chegara sequer a ser designado; o parecer deste novo órgão não tinha natureza vinculativa; as rádios deveriam ter serviços noticiosos regulares elaborados por jornalistas ou por detentores de um cartão de jornalista de imprensa regional; no processo de licenciamento dos operadores locais deveriam ter preferência as candidaturas apresentadas por empresas detentoras de publicações periódicas regionais e por profissionais do setor.

O licenciamento das rádios locais, através de dois concursos públicos realizados em 1988 e 1989, ficaria marcado por outras características assinaláveis.

Em primeiro lugar, no mapa de frequências preparado para o efeito havia espaço para 402 rádios. A intenção era claramente a de acolher o máximo de candidaturas que o espectro permitisse, de acordo com uma ponderação meramente técnica (e política...), sem ter em conta o mercado publicitário e a viabilidade económica dos projetos. Recorde-se aliás que, ao longo da década anterior ao

concurso para licenciamento, terão chegado a emitir cerca de seis centenas de *rádios livres*, algumas delas, porém, de forma mais ou menos efémera.

Em segundo lugar, eram proibidas as cadeias de rádios, medida que era claramente dirigida à TSF, um dos operadores então licenciados no concelho de Lisboa, cujos noticiários eram retransmitidos por um significativo número de rádios locais. Esta proibição apenas seria levantada em 1992 (Decreto-Lei nº 30/92).

Em terceiro lugar, o processo de licenciamento mostraria um país desigual: um excesso de candidaturas no litoral, face às licenças submetidas a concurso, e um *deserto* em alguns concelhos do interior. No conjunto dos distritos de Bragança, Vila Real, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja, cerca de 2/3 dos concelhos não teriam qualquer rádio. Em Portalegre, havia rádio em apenas dois dos 15 concelhos. Pelo contrário, em Lisboa, Porto, Braga, Aveiro, Setúbal, Viana do Castelo, Coimbra, Leiria, Faro e Santarém, o número de concelhos sem rádio era inferior a 20%. Em alguns concelhos, o número de candidaturas superou largamente as frequências disponíveis. Mas, no final, tendo em conta os concelhos onde não surgiriam candidatos, das 402 possíveis seriam licenciadas 314 rádios locais.

Depois dos primeiros tempos de atividade, ao *entusiasmo cívico* impor-se-ia progressivamente a realidade empresarial. O mercado publicitário regional e local revelou-se, em muitas regiões do país, escasso face ao excesso de oferta. Um número significativo de rádios locais, nomeadamente as que optaram por um modelo de sociedade cooperativa, não tinha *agilidade empresarial* para responder às dificuldades impostas pelo mercado. Face a estas dificuldades, o poder político nada faria, dado que o modelo de incentivos à comunicação social apenas atendia às preocupações da imprensa regional, nomeadamente através do porte pago que consumia anualmente uma verba elevada que, aliás, não parava de aumentar.

O MERCADO COMEÇA A IMPOR-SE... (ANOS 1990)

Ao entusiasmo dos primeiros tempos, suceder-se-ia o confronto com a realidade. A partir dos anos 1990, ocorrem dois fenómenos que caracterizam o novo contexto da atuação das rádios locais.

Em primeiro lugar, um número significativo de rádios, particularmente em regiões com menor dinamismo económico e social e um consequente limitado mercado publicitário, começa a ter dificuldades em angariar receitas que respondam à ambição dos projetos iniciais, tal como tinham sido planeados e apresentados ao concurso público que permitira o seu licenciamento.

Em segundo lugar, verifica-se que, no entanto, particularmente nos grandes centros urbanos ou nas regiões circundantes, algumas estações despertam o interesse de outras empresas, convencidas de que as sinergias resultantes dessa aquisição permitiriam a sua viabilização. No entanto, a legislação em vigor impede qualquer tipo de concentração.

O poder político responderia a esta evolução do contexto de atuação das rádios locais através de uma alteração significativa da legislação em vigor.

O novo enquadramento jurídico (Lei nº 2/97 e Decreto-Lei nº 130/97) passa a permitir a transmissão dos alvarás, desde que três anos após a sua atribuição, alarga os limites da concentração e autoriza a criação de rádios temáticas (embora apenas nos concelhos onde existam pelo menos três rádios, ou seja nas capitais de distrito...). Por outro lado, a legislação permite que (até) três rádios temáticas funcionem em cadeia durante todo o dia.

Na prática, o poder político reconhece o excessivo número de rádios locais face às limitações dos mercados de anunciantes locais e regionais, a necessidade de permitir a criação de estações para nichos específicos de mercado (e as rádios temáticas musicais têm uma menor exigência de recursos humanos...) e as vantagens de algumas sinergias entre estações. Em 1997 e 1999, realizar-se-iam dois concursos para atribuição de licenças a rádios temáticas.

Por outro lado, o regime de incentivos à comunicação social regional e local passa a abranger também a radiodifusão.

Mais tarde, em 2001, passa a ser permitida a transmissão em cadeia de um máximo de quatro (e não apenas três) rádios temáticas e igualmente de outras rádios locais, neste caso desde que assegurem oito horas de programação própria entre as sete e as 24 horas. Na mesma lei (Lei nº 4/2001), acentuam-se traços característicos da anterior legislação: é consentida a alteração do controlo da empresa apenas três anos após a atribuição da licença e um ano após a sua renovação; as funções de redação podem ser desempenhadas por equiparados a jornalistas. A mesma lei determinaria que as transmissões em direto de acontecimentos desportivos através da radiodifusão não estariam sujeitas a pagamentos de direitos, ao contrário do que acontecia com as transmissões televisivas.

AS MUDANÇAS RECENTES

OS PROCESSOS DE CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE E DE SINERGIA NA PROGRAMAÇÃO

Nos primeiros anos das rádios locais, nos anos 1990, como se sublinhou, não havia qualquer tipo de concentração da propriedade, nem sequer de sinergia na programação emitida. Mas a colaboração e as sinergias entre operadores – e não apenas a difusão de noticiários da TSF... – foram crescendo.

O processo de concentração acentuou-se nos últimos anos.

No final de 2013, 90 estações pertenciam a empresas que tinham pelo menos três licenças de rádio de cobertura local. Dessas empresas, 15 no total, que dispunham dessas 90 estações, realce para a Média Capital (29 serviços de programas), a Rádio Renascença com 11 e a empresa de Luis Montez 10 cada, Global Difusion com sete, Controlinveste, Acácio Marinho e Comunicamadeira com seis cada.

Sublinhe-se que uns anos antes, em 2008, apenas 23 das 347 rádios locais pertenceriam a um grupo com mais de um operador.

Por outro lado, os principais grupos detinham apenas a propriedade de quatro rádios locais.

Este fenómeno de concentração da propriedade traduziu-se, como seria inevitável, na possibilidade de retransmissão de programação produzida por outras estações, sem prejuízo da salvaguarda da emissão de oito horas de programação própria como prevê a lei da rádio em vigor (Artº 11º, nº 2) e também na centralização da própria produção da programação, graças à alteração da Lei da Rádio de 2010, que passou a permitir que as estações tenham os seus estúdios fora do concelho para onde emitem.

AS MODIFICAÇÕES DE PROJETO NAS RÁDIOS LOCAIS

No final de 2013, havia 68 rádios temáticas, quase todas musicais, o que, tendo em conta que em 2008 apenas 22 rádios tinham optado por essa classificação, significa que o número de operadores com esse perfil mais do que triplicou em cinco anos. Por outro lado, também no final de 2013, em 25 concelhos, havia mesmo apenas rádios temáticas.

Durante o ano de 2013, a ERC autorizou em média, mensalmente, um pouco mais de duas alterações de projeto de rádio generalista para temática, tendência que continuou em 2014. É impossível não associar esta evolução à conjuntura económica e ao seu reflexo no mercado publicitário, insuficiente para, em muitos concelhos, sustentar rádios locais de programação generalista que aspirem a uma cobertura dos principais acontecimentos dessa região, o que exigiria um investimento em meios humanos e técnicos necessários a uma adequada cobertura informativa incompatível com a escassez das receitas da empresa.

OS DESAFIOS PARA O FUTURO DAS RÁDIOS LOCAIS (DESAFIOS PARA O PODER POLÍTICO E PARA AS PRÓPRIAS ESTAÇÕES) - OS TEMAS CONTROVERSOS

LIMITES À CONCENTRAÇÃO

Existe um generalizado preconceito contra a concentração da propriedade dos média, surgindo inevitavelmente como argumento principal a salvaguarda do pluralismo. É verdade que o excesso de concentração pode conduzir a uma indesejável diminuição do pluralismo externo (no caso de concentração no mesmo mercado), uma maior dependência de interesses económicos e, eventualmente, um enfraquecimento da autonomia dos jornalistas. Mas importa não esquecer os benefícios de *alguma* concentração: grupos mais competitivos, tecnologicamente mais apetrechados, maior facilidade no recurso ao crédito, sinergias como partilha de infraestruturas e de equipas de gestão, possibilidade de manter produtos com défice, possibilidade de arriscar novos produtos ou tecnologias e de proceder a maiores investimentos.

Importa, no entanto, recordar que não existe em Portugal, pelo menos na fase atual, um excesso de concentração da propriedade na rádio. Outra coisa será aferir as consequências do grau de concentração existente na emissão de programação própria produzida no concelho para que foi licenciada. De facto, muitos concelhos deixaram de ter uma rádio de *proximidade*, visto que, em muitos casos, o operador licenciado integra uma cadeia de rádios cujos conteúdos produzidos centralizadamente pouco contemplam a realidade social, política ou cultural do respetivo concelho.

AS AUTARQUIAS DEVERÃO SER INCENTIVADAS A APOIAR AS RÁDIOS LOCAIS?

O poder político continua a ter uma atitude cautelosa sobre a possibilidade de financiamento das rádios locais. Por um lado, estabelece regras objetivas no regime de incentivos. Por outro, impede o exercício e o financiamento por parte de partidos, organizações

sindicais, patronais e profissionais, exceto no caso do exercício através da Internet. Mas, talvez por lapso, não exclui o financiamento por parte das autarquias locais. No entanto, poucos serão os operadores auxiliados pelos órgãos do poder local. Não vingou ainda, o que se lamenta, a possibilidade de um financiamento aprovado por maioria qualificada (por exemplo por 2/3) pelas assembleias municipais a operadores generalistas (a todos os que emitem naquele concelho e não apenas a alguns deles...), colocando como condição o facto de emitirem a partir desse concelho...

AS RÁDIOS LOCAIS E O SEU MERCADO

Em outubro de 2014, existiam 63 concelhos sem qualquer rádio local licenciada. Sublinhe-se, no entanto, que, depois da alteração legislativa de 2010 que permitiu que a produção fosse realizada fora do concelho, o número de operadores que não têm sede no concelho para onde foram licenciados subiu significativamente! E também maior é, certamente, o número de concelhos onde as rádios locais não asseguram com regularidade a cobertura dos acontecimentos que aí decorrem.

Portalegre é o distrito onde existe um maior número de concelhos sem rádio licenciada: 10 dos 14 concelhos não dispõem de uma rádio. A seguir vêm Viseu e Vila Real (seis concelhos sem rádio), Bragança, Coimbra, Santarém, Guarda e Beja com quatro, Castelo Branco, Évora e Faro com três, a Região Autónoma dos Açores também com três, Porto, Aveiro e Leiria com dois, e Viana do Castelo, Braga e Lisboa com apenas um. No distrito de Setúbal e na Região Autónoma da Madeira todos os concelhos têm pelo menos uma rádio licenciada.

Na ausência de dados atualizados e fidedignos sobre o número de rádios que deixaram de assegurar uma programação atenta à realidade dos concelhos de onde emitem ou para onde emitem, importará sublinhar um outro facto relevante: tem crescido o número de rádios

temáticas musicais e/ou integradas em cadeias de rádios. Ou seja, tem diminuído o número de rádios que continuam fiéis ao modelo inicial – uma rádio generalista de proximidade, uma rádio ligada, quer pela sua presença enquanto empresa com sede no concelho, quer pela atenção e prioridade conferidas aos acontecimentos que noticia ou transmite em direto, à realidade desse concelho ou dessa região.

A questão é obviamente complexa. Uma análise desta evolução – mais concentração da propriedade, maior uniformização dos conteúdos emitidos, menor espaço para a informação ou mesmo para a cobertura dos acontecimentos locais e regionais – apenas pode ser feita, com rigor e sem demagogia, tendo em conta vários dados e parâmetros:

- a evolução do mercado publicitário a nível nacional, regional e local;
- a análise da diversidade da oferta de rádios;
- os compromissos assumidos pelas rádios no momento do concurso público ou na renovação do alvará;
- a relevância do regime de incentivos previsto para as rádios locais;
- e a viabilidade das empresas no quadro atual, tendo em conta, além dos pontos atrás referidos, a concorrência com os outros média de âmbito regional e local (rádios e jornais) e a própria importância de uma rádio local com uma programação tradicional.

HÁ FREQUÊNCIAS DISPONÍVEIS: DEVERÁ HAVER NOVO(S) CONCURSO(S)? –

Especialmente em períodos de eleições autárquicas, surgem apelos e propostas para a abertura de novos concursos em concelhos onde não existem rádios locais.

A questão é complexa. Por um lado, é importante que existam operadores em todos os concelhos. Por outro, talvez seja até mais

relevante que existam operadores, desses ou de concelhos limítrofes, que estejam atentos à sua realidade e aptos para a divulgarem.

Acresce que a experiência dos últimos anos demonstra que o mercado publicitário se tem revelado insuficiente para viabilizar operadores em regiões economicamente menos dinâmicas, realidade a que o regime de incentivos do Estado deveria conferir maior prioridade.

LICENCIAR RÁDIOS COMUNITÁRIAS?

Sobretudo nos últimos tempos, têm surgido vozes a defenderem a ideia das rádios comunitárias, estações que, a exemplo das experiências em alguns países, teriam um alcance geográfico limitado, uma acrescida vocação de rádio de proximidade, a total inexistência de publicidade comercial, entre outras características possíveis. Por mais atrativa que esta ideia possa parecer, importa que os decisores políticos e o setor em geral ponderem as consequências (mesmo que apenas indiretas...) desta inovação no já fragilizado mercado publicitário...

O SISTEMA DE INCENTIVOS DO ESTADO É ADEQUADO?

Existe um sistema de incentivos do Estado para as rádios locais apenas desde 1997, oito anos depois do início da sua atividade legal.

O principal incentivo, dirigido à consolidação e desenvolvimento das empresas de comunicação social regional e local, e todos os seus antecessores (*Incentivo à iniciativa empresarial e desenvolvimento multimédia, Incentivo à qualificação e ao desenvolvimento dos recursos humanos, incentivo à modernização tecnológica, incentivo à criação de conteúdos na Internet*) beneficiaram, nestes 17 anos, 472 projetos que custaram ao Estado 11 milhões e 967 mil euros.

Será esta uma verba exagerada relativamente à importância do papel das rádios locais? Recorde-se que, só em 1993, o *incentivo ao porte pago* da imprensa regional custou 22,3 milhões de euros, o dobro daquela verba em apenas um único ano... Assinale-se, no

entanto, que, em 2013, esse incentivo (agora chamado *incentivo à leitura*) já custou 2,5 milhões.

Nos últimos anos, o sistema de incentivos aplicável às rádios locais tem-se limitado na prática ao incentivo à consolidação e ao desenvolvimento das empresas de comunicação social regional e local, tanto mais que as regras legais sobre a colocação da publicidade do Estado continuam a não ser cumpridas. Recorde-se, aliás, que o incentivo existente entre 2005 e 2007, que visava o apoio a sinergias e a parcerias estratégicas entre rádios locais e jornais regionais, não teve a aguardada procura.

Diminuiu todavia muito o esforço estatal de apoio à comunicação social regional: em 2003, o conjunto de apoios diretos e indiretos à comunicação social regional e local foi de cerca de 17 milhões de euros; em 2013, apenas 10 anos depois, o conjunto de incentivos não chegaria aos três milhões...

Será difícil exigir-se ao poder político que se aproxime dos valores do início deste século. Mas deverá exigir-se ao Estado que considere o serviço de interesse público que a comunicação social regional e local presta às populações. Nesse sentido, deveria ser conferida alguma prioridade, já não à modernização dos equipamentos, mas à empregabilidade. Se se reconhecer um papel relevante a uma rádio local de proximidade, com meios humanos para estimular a cobertura noticiosa dos acontecimentos dessa região e desse concelho, então o Estado não deve voltar costas a esse objetivo, sobretudo nos concelhos do interior do país.

CONCLUINDO...

A radiodifusão local tem hoje, como no passado, importantes desafios. O mesmo acontece com os decisores, aqueles que definem as políticas públicas para o setor.

Um deles, que envolve poder político e operadores, consiste em encontrar a justa ponderação entre a liberdade e o direito a informar

das empresas e dos seus profissionais e o direito a ser informado dos cidadãos.

Outro desafio consiste em conciliar a liberdade empresarial (e a realidade empresarial...) com as obrigações de quem utiliza um bem escasso do domínio público e ganhou, graças a um caderno de encargos que livremente apresentou, um concurso público.

Importa ainda tirar todas as vantagens da estabilidade do meio rádio (as audiências estão estáveis e o *share* de investimento publicitário tem-se mantido nos 5 a 6%, como no conjunto do continente europeu), e dos novos suportes de distribuição – satélite, Internet, *mobile*, que constituem também novas oportunidades de difusão de conteúdos e de reanimação dos investimentos publicitários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APR (1995). *V Congresso Nacional de Rádios*. Lisboa.

Bonixe, L. (2010). Legalização, concentração e multimédia – o desafio das rádios locais portuguesas. *Revista Radioleituras*, 1 (1), 187-202.

ERC (2009). *Caracterização do sector da radiodifusão local*. Lisboa: ERC.

ERC (2014). *Relatório de Regulação de 2013*. Lisboa: ERC.

Santos, S. (2012). *O processo de liberalização das emissões de rádio em Portugal*. Tese de Doutoramento em Sociologia, ISCTE, Lisboa, Portugal.

RÁDIOS LOCAIS: CONCENTRAÇÃO E REGULAÇÃO

ELSA COSTA E SILVA

elsa.silva@ics.uminho.pt

INTRODUÇÃO: DA EMERGÊNCIA LOCAL À CONSOLIDAÇÃO DAS EMISSORAS

O enquadramento legal da propriedade de empresas de radio-difusão em Portugal regula sobretudo o universo da rádio local. Com o ordenamento do espectro radioelétrico estabelecido pela Lei nº 87/88, de 30 de julho, a partir do desenho do mapa de frequências no território português, ficou também determinada a salvaguarda dos direitos adquiridos pela Rádio Renascença e pela empresa estatal RDP – as únicas emissoras com cobertura nacional. A nível regional, existem apenas duas frequências, cuja concessão foi sujeita a concurso em 1990, uma a Norte (ganha pela Rádio Press) e outra a Sul (atribuída à Rádio Correio da Manhã). A criação em 1992 da Rádio Comercial, por cisão da RDP decidida pelo Governo, e alienada no ano seguinte ao grupo Carlos Barbosa, não alterou significativamente este panorama.

Deste modo, a propriedade das empresas emissoras de cobertura nacional ou regional ficou relativamente estabilizada. Não houve alterações significativas no que diz respeito à presença do Estado ou da Igreja Católica na atividade de radiodifusão, exceto pelo reforço dessa presença. O grupo Renascença, por exemplo, que detinha o canal 1 da RR e o segundo canal RFM, tem ainda duas outras marcas: a Mega FM (para públicos jovens) e a Rádio Sim (para uma audiência mais idosa). As duas frequências regionais acabaram por integrar o universo de dois grupos multimidiáticos portugueses: a Norte, a frequência é usada na rede da TSF (parte do grupo Lusomundo desde 1994 e agora da Controlinveste) e a Correio da Manhã Rádio, assim como a Rádio Comercial, acabaram por incorporar o grupo Media Capital.

Deste modo, os requisitos legais e de regulação relativos à propriedade das emissoras em Portugal têm enquadrado sobretudo a atividade das rádios locais. Em finais de 1988, o Governo lançou um mapa de 402 frequências locais, numa iniciativa que visou regular o espectro radiofónico depois da explosão de rádios piratas nos anos 1980. A partir de 1989, o Governo autorizou 314 estações a emitir. Nos anos 1990, o fenómeno da radiodifusão local, então regularizada, consolidou-se. Mas, ao mesmo tempo, outra tendência significativa começou a tomar forma neste universo: o estabelecimento de cadeias de emissoras locais que, contrariando o legalmente disposto, aumentaram assim a sua área de influência geográfica em alguns casos e, noutros, se deixaram “colonizar pelas emissões das estações mais fortes (e) perderam a sua característica de âmbito local” (Reis & Nunes, 1994: 401).

No final dos anos 90, assinala-se a tentativa de regulamentar o setor da rádio, nomeadamente a nível local, onde a prática corrente de retransmissão era contestada dentro do setor e a nível governamental. Apesar da contestação, a prática manteve-se, com algumas restrições legais impostas no sentido de minimizar a perda de originalidade da radiodifusão local. Assim, a lei impôs obrigações em termos de noticiário local e programação própria, o que não impediu que grande parte da transmissão resultasse da existência destas cadeias. O debate continuou no início do novo milénio, focando também as debilidades da radiodifusão local, nomeadamente as questões de mercado e a sua sustentabilidade financeira. Os primeiros anos do milénio ficaram marcados, segundo Santos (2008), pela falta de economia de escala nas rádios locais, mimetismo na programação e desequilíbrios regionais.

Esta evolução das rádios locais, desde a sua legitimação por via do reordenamento de frequências no final da década de 80, até meados da primeira década do novo milénio, evidencia a problemática da concentração, pluralismo e localismo (conceito que pretende dar conta das características únicas e inerentes da rádio para

favorecer o interesse público de comunidades locais). A questão das cadeias de retransmissão, ainda que não implique alterações a nível da propriedade formal das emissoras locais, não deixa de representar a concentração de programação e consequentemente de audiências. Assim, ainda que formalmente possa haver muitas emissoras independentes do ponto de vista da sua propriedade, a verdade é que a rádio local em Portugal acaba por ser, por essa via, uma cadeia de retransmissão de produções centralmente emitidas. O que coloca, inevitavelmente, o problema do pluralismo e do localismo.

Em 2006, tomou posse o primeiro conselho regulador da então recém-criada Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), instituída pela Lei nº 53/2005 para substituir a Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS). A configuração jurídica do novo regulador tinha por objetivo responder à necessidade de uma maior independência do organismo, assim como da sua efetividade. Novos poderes foram garantidos, nomeadamente em termos de concentração e propriedade, para defender o pluralismo e a diversidade. É ainda objetivo da ERC “colaborar na definição das políticas e estratégias setoriais que fundamentam a planificação do espectro radioelétrico”. Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é analisar, tendo em conta o enquadramento legal da propriedade das empresas emissoras, o papel do novo regulador no que diz respeito à propriedade em matéria de rádios locais e retratar a atividade de radiodifusão a partir das decisões tomadas entre 2006 e 2011, período que corresponde ao primeiro mandato do conselho regulador.

A PROPRIEDADE DAS EMPRESAS EMISSORAS — CONCENTRAÇÃO E PLURALISMO

EVOLUÇÃO LEGAL DA PROPRIEDADE EM PORTUGAL

A configuração da propriedade das empresas emissoras de radiodifusão local, nomeadamente em termos dos limites a ela impostos, foi sofrendo alterações significativas desde a lei fundadora

do ordenamento do espectro radioelétrico. Alterações que foram sempre no sentido de relaxar os limites, aumentando as possibilidades e a dimensão da concentração.

A Lei nº 87/88 é omissa em matéria de propriedade. Nascida, como foi já referido, para pôr ordem num cenário de proliferação das rádios piratas, a sua principal prioridade era o ordenamento da atividade e a regulamentação do setor. Por isso, limitações à concentração da propriedade ou a participações de capital estrangeiro (que estavam presentes na Lei da Imprensa em vigor nessa altura) nas empresas emissoras não eram assuntos previstos neste diploma, mais preocupado com as condições de licenciamento, da liberdade de informação e de programação e direito de resposta. A propriedade e questões de concorrência não eram assim matérias visadas por esta lei e apenas existe uma referência à necessidade de garantir pluralismo, mas não necessariamente por impedimento de movimentos de concentração. No nº 1 do Artigo 8º, determina-se que “a liberdade de expressão de pensamento através da radiodifusão integra o direito fundamental dos cidadãos a uma informação, que através dos diversos órgãos de comunicação, assegure o pluralismo ideológico e a livre expressão e confronto das diversas correntes de expressão (...)”.

Do ponto de vista do mercado, esta iniciativa legislativa permitiu a liberalização do setor e abriu a radiodifusão à iniciativa privada, atividade que, contudo, não pode ser exercida livremente porque, dependente de um bem público que é escasso (o espectro radioelétrico), vê o seu acesso sujeito a um licenciamento. No âmbito da regulamentação pública das condições de licenciamento, o Governo emitiu outro diploma, o Decreto-Lei nº 338/88, de 28 de setembro, onde estabeleceu limites à propriedade de empresas de radiodifusão. Determinou, nomeadamente, que “cada pessoa colectiva só poderá deter participação numa outra empresa de radiodifusão, não podendo essa participação exceder 30% do respectivo capital” (n.º 2 do Artigo 2º.) e que as pessoas singulares só poderão deter capital

numa única empresa de radiodifusão (n.º 7 do mesmo artigo).

Este foi o único enquadramento legal a produzir efeito no que diz respeito ao ordenamento do espectro radioelétrico, mas não a primeira iniciativa legal desde o 25 de Abril. Fruto do ambiente político algo turbulento, houve uma tentativa anterior que chegou a ser aprovada no Parlamento contra a vontade do Governo minoritário de então, liderado por Cavaco Silva. Esse diploma, a Lei nº 8/87, previa, curiosamente, limitações à propriedade, nomeadamente proibindo uma participação superior a 25% a qualquer pessoa individual ou coletiva numa segunda empresa e uma participação superior a 10% de capital estrangeiro. Tendo sido revogado no ano seguinte pela lei que viria então a vigorar por mais de uma década, este diploma não chegou a produzir efeitos jurídicos (Rabaça, 2002).

Os limites à propriedade de empresas de radiodifusão foram significativamente alterados na revisão legislativa seguinte que afrouxou as medidas antimonopolistas. A Lei nº 4/2001, de 23 de fevereiro, aumentou até cinco (contra um e 25% de um segundo) o número de operadores em que uma pessoa singular ou coletiva poderia ter participações – não balizando o valor dessa participação. A lei estabelecia ainda outro tipo de limites de carácter geográfico, ou seja, num mesmo concelho não seriam permitidas participações superiores a 25% no capital social em mais de um operador radiofónico. Esta evolução, relativamente ao diploma do final dos anos 1980, é um avanço significativo para a constituição de grupos radiofónicos. Até porque a lei regulamentava ainda alterações a nível de controlo e propriedade das empresas detentoras de licenciamento, estipulando que as operações de concentração poderiam ser alvo de parecer negativo pela então AACCS “quando coloquem manifestamente em causa a livre expressão e confronto das diversas correntes de opinião” (n.º 2 do Artigo 7º).

Outra questão que esta legislação abordou diz respeito às associações entre rádios locais. Através de acordos com empresas emissoras e usando a figura de cadeias de retransmissão, que tinham

sido autorizadas por uma legislação de 1992 (o Decreto-Lei nº 30/92, de 5 de março), acabou por permitir-se a “associação livre, e praticamente sem restrições, dos operadores de radiodifusão de âmbito regional ou local entre si ou com operações nacionais para difusão simultânea de emissões” (Reis & Nunes, 1994: 401-402). A Lei nº 4/2001 tentou regular a questão das transmissões em cadeia, autorizando no Artigo 30º a associação de programas temáticos que se subordinassem a um mesmo modelo específico, mas estabelecendo um limite máximo para essa associação que vise a difusão simultânea da respetiva programação: até ao limite máximo de quatro. A lei introduziu ainda outra limitação, a de que os emissores envolvidos teriam que distar em mais de 100 quilómetros.

Durante quase uma década, esta legislação vigorou em Portugal, mas não impediu que grupos radiofónicos se instalassem, contornando essas restrições legais. Em entrevista (Silva, 2004: 160), Paes do Amaral, então líder do grupo Media Capital, assumiu que existiam várias formas de ultrapassar a lei para conseguir controlar um maior número de rádios. Uma realidade que Santos (2005: 142) também assinalou, descrevendo operações de controlo da Media Capital “por interposta entidade e num aparente movimento de superação do número máximo de estações permitido”. Desta forma, o limite formal de cinco operadores não impediu o crescimento de grupos multimédia e especificamente no domínio radiofónico.

Talvez pela constatação da aparente inutilidade dos constrangimentos formais a nível da propriedade, a última mudança legislativa voltou a alterar os constrangimentos impostos à concentração de forma a possibilitá-la. A Lei nº 54/2010, de 24 de dezembro, alargou significativamente os limites, estabelecendo em 10% do total de licenças atribuídas o máximo que uma pessoa individual ou coletiva pode ter. O que significa que as balizas foram alargadas de cinco para mais de 30 licenças. E mesmo as restrições a nível geográfico foram diminuídas, determinando que uma pessoa individual e coletiva pode

deter até 50% das licenças atribuídas para determinado concelho ou área de cobertura, regiões autónomas ou áreas metropolitanas.

O diploma alarga também os limites dos emissores envolvidos em estratégias de associação de serviços de programas, ou seja, em cadeias de retransmissão. A nova formulação legal, disposta no Artigo 10º, passou a prever que “os serviços de programas temáticos que obedeçam a uma mesma tipologia e a um mesmo modelo específico” podem associar-se para a produção e transmissão simultânea da programação até um limite de seis operadores. A distância geográfica entre os emissores envolvidos deixa de ser contabilizada em quilómetros e passou apenas a considerar-se que têm de emitir a partir de diferentes distritos e de concelhos não contíguos.

Relativamente a estas matérias, a lei estabelece que a ERC pode proibir, através de parecer vinculativo sobre as operações, movimentos de concentração que configurem “risco para a livre expressão e confronto das diversas correntes de opinião” (nº 2 do Artigo 4º). Um poder reforçado na atual configuração do regulador já que a AACs tinha competências mais limitadas. À ERC compete ainda, de acordo com o diploma, a autorização para alteração de domínio dos operadores e para a cessão de serviços de programas de âmbito local e das respetivas licenças.

PROPRIEDADE E DIVERSIDADE

Tradicionalmente, a problemática da concentração da propriedade tem sido relacionada de forma íntima com a salvaguarda do pluralismo e da diversidade. A diminuição de atores no mercado, ainda que não implique necessariamente uma redução da oferta em termos quantitativos, pode significar um afunilamento das vozes presentes e restringir as alternativas. Em Portugal, o assunto não tem sido muito estudado nem alvo de grande debate, ainda que o tema tenha aflorado irregularmente o espaço público (Silva, 2004 e 2008). Relativamente ao setor da rádio em particular, são ainda escassas as

evidências sobre o fenómeno da concentração e as ligações com o pluralismo (Bonixe, 2010).

Santos (2005: 140), por exemplo, notava para o período em que produziu o trabalho que “a compra e venda de frequências sucede-se a um ritmo rápido, mostrando o dinamismo do mercado”. Ainda considerando que pudesse ser indevido falar já de concentração no setor radiofónico, assinalou a “crescente concorrência” em programas e recursos humanos. Evidenciando as dificuldades existentes no seio da radiodifusão local para produzir noticiário local e informação jornalística de qualidade e a tendência para o comercialismo no setor, o autor não deixava, contudo, de refletir sobre o papel da rádio local na defesa das suas zonas de implantação e na divulgação de realidades que escapam ao noticiário e imaginário nacional. O que significa que, desaparecendo a emissão local, desaparece igualmente o que de local tem a produção e a informação.

Bonixe (2010: 195) assinala que, no período dos anos 90, as debilidades de natureza financeira e técnica, e ainda a nível dos recursos humanos, de grande parte dos projetos radiofónicos licenciados levaram muitos operadores a emitir em cadeia “programação de outras estações que nada tinham a ver com a realidade onde estavam inseridas”. Esta colonização das rádios locais por projetos centralmente emitidos foi particularmente sentida nas grandes áreas urbanas portuguesas, nomeadamente Porto e Lisboa. A informação de proximidade perdeu-se, em detrimento da aposta maioritária em programação musical, o que provocou uma descaracterização do setor da radiodifusão local (Bonixe, 2010).

Retomando a perspetiva mais económica das rádios locais, um estudo da ERC (2009) assinala deficiências a nível de economias de escala e estruturação organizacional. Procurando a caracterização do setor, este trabalho detetou na programação das rádios locais uma presença significativa de rubricas ligadas à cultura e de componente noticiosa. Como recomendações para promover estratégias de sustentabilidade, o estudo aconselhou a consolidação de grupos

como meio de alcançar economias de escala e aumentar a quota de mercado. Contudo, não foi muito acentuada nesta análise uma abordagem de matérias como o pluralismo, a diversidade ou a informação de proximidade.

Ainda que pouco estudado em Portugal, o tema da concentração da propriedade de empresas emissoras, e também a sua ligação com o localismo e pluralismo, tem recebido alguma atenção dos académicos, em particular em contextos como o britânico e o norte-americano. Neste último caso, em particular, o tema foi estudado para analisar os efeitos de uma iniciativa do regulador norte-americano (Federal Communication Commission) que, em 1996 através do *Telecommunications Act*, liberalizou a propriedade das estações locais de rádio, possibilitando a criação de cadeias de retransmissão.

Chambers (2011), por exemplo, assinala que o cenário da rádio nos Estados Unidos se encaminhou para a predominância de grandes grupos de rádios, sobretudo a nível das emissoras mais ouvidas, evidenciando pouca propriedade de carácter local. Num estudo prévio, o mesmo autor (2003) tinha encontrado efeitos negativos da concentração da propriedade a nível da diversidade de formatos e igualmente dentro de formatos semelhantes (ou seja, em relação às *playlists*).

Partindo das vozes críticas à proibição da concentração da propriedade, Saffran (2011) assinala também que as evidências científicas produzidas a nível da diversidade de conteúdos, depois dos movimentos de consolidação da propriedade das emissoras, relatam a duplicação de formatos e a falta de diversidade das *playlists*. O autor, que realizou um estudo de receção junto dos públicos das rádios locais, apresentou como principais resultados um nível generalizado de insatisfação com a programação das rádios locais e a inadequada resposta da atual configuração de mercado relativamente à sua obrigação de servir as comunidades locais.

Um estudo de Polinsky (2007) encontrou uma relação positiva entre a diversidade de emissoras e a dimensão da audiência, o que

significa que a medida tradicional de serviço ao interesse público por contraposição à concentração da propriedade – que o regulador norte-americano entende ser a diversidade de formatos – pode não ser suficiente para dar conta da problemática. De facto, parece que a audiência não considera como substituíveis estações com o mesmo formato. E o resultado é que “à medida que aumentou a concentração da propriedade num mercado, a percentagem de ouvintes diminuiu” (Polinsky, 2007: 141), o que significa que os ganhos de eficiência conseguidos pelos grupos devido à consolidação das empresas resultaram em perda de audiência. Assim, mesmo que a concentração da propriedade da rádio não tenha alterado a diversidade de formatos, afetou os usos que a audiência faz da rádio.

Starkey (2012), numa referência ao contexto do Reino Unido, salienta que o carácter local da rádio está em declínio desde meados dos anos 90 e que essa perda de distintividade, pela diluição das estações locais em grandes grupos multimédia, é mais um sintoma da globalização cultural, sociológica e política. Essa distintividade, argumenta Starkey (2012: 178), pode ser mais onerosa quando “comparada ao relativo menor custo de uma imagem e conteúdo genéricos, mas a preservação da herança – quer cultural como radiofónica – pode valer um esforço e gasto considerável, assim como vontade política”.

PROPRIEDADE E CONCENTRAÇÃO EM PORTUGAL

A concentração da propriedade da rádio local coloca, como se depreende da investigação efetuada na área, vários dilemas à regulação: por um lado, é tida como importante para garantir a sustentabilidade financeira e providenciar dimensão técnica às emissoras; por outro lado, significa retransmissões em cadeia, perda de identidade local nas programações e na informação e prejuízo para o pluralismo. A nova entidade reguladora tem, face à sua antecessora, poderes acrescidos para lidar com a concentração da propriedade,

podendo emitir pareceres, vinculativos, sobre operações que envolvam empresas de radiodifusão. Os membros da AACCS tinham, em diferentes circunstâncias, lamentado a falta de poderes para lidar com a concentração da propriedade, numa altura sobretudo em que a maior parte dos grupos multimédia portugueses se consolidaram (Silva, 2004 e 2008).

Como vimos, estudos e trabalhos anteriores sobre a rádio local evidenciaram já para o cenário português uma certa tendência para a concentração das emissoras em grupos de média e ainda um movimento de formação de cadeias de retransmissão. Isto acaba por configurar um caso de igual concentração (a nível da programação e das audiências locais) ainda que, eventualmente, sem acordos formais a nível da propriedade. A problemática do pluralismo acompanhou sempre estas movimentações, questionando a sua oportunidade e adequação aos propósitos gerais da atividade de radiodifusão determinados pelo enquadramento legal.

Esta questão da concentração foi abordada na constituição da nova entidade reguladora, com o legislador a garantir poderes que permitam ao organismo proibir operações que possam prejudicar a apresentação de alternativas. Assim, de acordo com a Lei nº 53/2005, a ERC tem como atribuições, entre outras, velar pela não concentração “com vista à salvaguarda do pluralismo e da diversidade” e assegurar “o regular e eficaz funcionamento dos mercados de imprensa escrita e de áudio-visual em condições de transparência e equidade”. E, como vimos, os estatutos da ERC estabelecem ainda que este organismo tem também nas suas atribuições contribuir para definir políticas e estratégias setoriais no que diz respeito ao ordenamento do espectro radioelétrico.

Neste sentido, o desempenho da ERC pode revelar uma perspetiva diferenciadora face à concentração da propriedade da rádio local e o objetivo deste capítulo é avaliar a atuação da ERC, através de análise documental qualitativa e quantitativa. O corpus da análise

é constituído pelas deliberações do primeiro conselho regulador (de 2006 a 2011) em processos de designação e de controlo, disponíveis no *site* do organismo. No total, foram recolhidos 105 processos, 95 dos quais diziam respeito ao universo da rádio local, o que representa cerca de 90% do conjunto de deliberações.

A preponderância da rádio no domínio das operações que envolvem propriedade e designação não deixa já de ser um sinal do dinamismo do setor, altamente regulamentado, sobretudo quando comparado com outros setores, como a televisão e a imprensa. Nesta última, a criação de publicações é de livre iniciativa e sujeita apenas a registo. A televisão generalista é também muito regulamentada, mas como a propriedade está estabilizada, não há grandes alterações, até porque eventuais movimentações – como a criação de um quinto canal – têm sido muito mal recebidas pelos atores atuais, que alegam esgotamento do bolo publicitário. No campo da televisão por subscrição, distribuída por cabo, há também alguns requisitos a cumprir junto da ERC mas, uma vez que a distribuição não assenta num bem público escasso, as autorizações constituem uma formalidade que não suscita dificuldades. Assim, as rádios que em Portugal utilizam o espectro radiofónico acabam por constituir o reservatório mais propício a mudanças de controlo e propriedade.

O número de processos analisados pela ERC relativos a rádios locais cresceu ao longo do tempo. Em 2006, foram apenas quatro os processos (todos de designação e nenhum de controlo) analisados pelo regulador. Esse valor cresceu para 11 em 2007 (seis de designação e cinco de controlo) e manteve-se na ordem das duas dezenas de 2008 a 2011. Até 2010, e excetuando o ano de 2008, as maiores movimentações deram-se sobretudo no campo das alterações de designação – um domínio que se traduz sobretudo em autorizações para transmissões em cadeia. Ao aceitar retransmitir uma programação centralmente produzida, a rádio local alterava o nome, adoptando a designação da programação-mãe, normalmente seguida do nome da localidade para onde transmitia.

A ERC autorizou, neste período, 43 operações de retransmissão. Destas, mais de dois terços diziam diretamente respeito a acordos com a Media Capital Rádios. Neste período, a ERC autorizou, numa primeira fase, retransmissões para alterações de designação que envolveram sucessivamente as mesmas frequências. As justificações apresentadas pelos diferentes operadores são sobretudo de cariz económico e, curiosamente, em alguns casos o teor é exatamente o mesmo. Alegam a necessidade de reduzir custos, garantindo que a retransmissão é do “interesse dos anunciantes locais e regionais” e uma forma de contrariar as “baixas audiências”. O argumento para fundamentar a entrada em cadeias é ainda “a actual crise nacional e internacional” e os “constrangimentos do mercado publicitário”. Em 2008 e 2009, o grupo Rádio Renascença foi responsável por seis processos: dois de controlo e quatro de mudanças de designação. O objetivo principal foi a criação da cadeia Rádio Sim, dirigida a populações mais idosas, que também beneficiou da transferência da frequência onda média do canal 1 da RR. Neste grupo, existe ainda outra cadeia, a Mega Hits, com seis frequências, sobretudo nas áreas metropolitanas do Porto e Lisboa.

Estes são dois grupos nacionais que, usando a estratégia de retransmissão, lograram aumentar a sua zona de influência e constituir cadeias de base territorial alargada. Serão os principais atores quando se fala de concentração da propriedade (ou de programação) a nível nacional. Mas outros grupos de menor dimensão são igualmente significativos: Música no Coração, de Luís Montez, com sete rádios; a Global Difusion, com a Rádio Kiss (Lisboa e Algarve), Placard (Gaia), Record (Lisboa) e Liz (Leiria); e a NFM (presente em Ponte de Sôr, Algarve, Amarante e Oeste). A nível local, pode ainda referir-se pequenas movimentações, como é o caso da família Marinho que adquiriu domínio em 2009 sobre a Rádio Mar (Póvoa de Varzim) e Rádio Regional de Aveiro, tendo já uma emissora em Santo Tirso, um jornal da Trofa e uma empresa de publicidade na Maia. Em 2011, veio juntar-se a este núcleo a Rádio XL de Espinho.

Em 2011, o perfil das operações encetadas pelos grupos modifica-se, como resposta à recente alteração legislativa. Como foi dito, o enquadramento legal passa a autorizar a partir do final de dezembro uma maior concentração a nível da propriedade. Aproveitando o alargamento dos limites à aquisição e controlo de emissoras, os grupos entram junto da ERC com pedidos de controlo de operadores com os quais já tinham acordos de retransmissão. É o caso da Media Capital Rádios, da NFM e da Música no Coração. Em sete casos, o organismo regulador não autorizou as operações, mas apenas por um contratempo temporal. É que a Lei nº 54/2010 impôs um período de tempo (de dois anos) para mudanças nos emissores – e nos casos submetidos à apreciação da ERC, esse período não tinha sido respeitado. Não foram, portanto, preocupações a nível da defesa ou do pluralismo que impediram a concentração da propriedade.

Outra problemática que importa assinalar no que diz respeito a todas estas movimentações no domínio da radiodifusão é a que concerne à transparência da propriedade. Esta é obrigatória por lei e uma das formas, segundo Rabaça (2002), de realizar a defesa do pluralismo em contexto de consolidação, sendo este princípio um instrumento legal fundamental para regular a concentração. Mas, contudo, não bastará a designação formal do proprietário para que esta condição se cumpra. No caso das operações a nível do grupo Media Capital Rádios, a designação dos atores em causa tanto pode ser a Rádio Comercial, Rádio XXI ou Rádio Côco, não permitindo assim uma perspetiva de grupo. Por outro lado, há também operações que envolvem atores que são próximos dos grupos existentes: é o caso de Luís Nobre Guedes (advogado do grupo Media Capital Rádios) que adquiriu emissoras em Cantanhede e Coimbra e também de Gabriel Montez (irmão de Luís Montez) nas rádios Nova Antena (Loures), Terra Verde (Paredes) e Nova Era (Gaia).

NOTAS FINAIS

A análise dos documentos aqui apresentada permite concluir que a entrada em funções da nova entidade reguladora, apesar dos novos poderes e competências, não alterou as tendências de mercado já assinaladas a partir de meados dos anos 90. De facto, o movimento em direção à concentração manteve-se e acentuou-se: houve concentração *de facto* através de estratégias de retransmissão e também *de jure* com alterações formais a nível da propriedade – esta última movimentação com tendência a aumentar dados os novos limites permitidos por lei e a já manifestação de interesse por parte dos grupos.

Portanto, ainda que o localismo na rádio não se meça apenas pelo nível da propriedade local das emissoras, é óbvio que esta condição não deixa de ser importante. E, nesse sentido, as rádios estão, cada vez mais, a deixar de ser locais. Cada decisão da ERC sobre as operações analisadas será obviamente legítima e feita no âmbito da lei. Mas isso evidencia que a entidade reguladora não adotou uma perspetiva global para a radiodifusão local em Portugal, apesar de ter como atribuição contribuir para a “definição das políticas e estratégias sectoriais”. Não houve nas últimas duas décadas um debate alargado sobre o papel da rádio local e as emissoras e frequências locais foram sendo paulatinamente submetidas às estratégias dos grupos multimédia portugueses.

Parece ainda claro que a entidade reguladora aceitou, sem grandes reservas, o argumento económico e não evidenciou nas suas deliberações outro tipo de preocupações que deveriam ter sido levadas em consideração. As funções sociais e políticas da radiodifusão apareceram submetidas à vertente meramente economicista da atividade, sem que a ERC manifestasse o sentido do seu mandato que será responder a princípios como a defesa do pluralismo e da diversidade, a formação do público e a promoção da cidadania.

Finalmente, será ainda necessário realçar algumas inquietações a nível da transparência da propriedade. A informação prestada no âmbito das operações, e que se torna pública por via da sua

publicação no *site* da entidade reguladora, é muitas vezes prestada a nível de empresas, o que mascara a realidade do grupo e a concentração. A consolidação da informação prestada em termos de propriedade será, sim, uma forma de salvaguardar que o público interessado possa fazer a leitura integrada da concentração da propriedade e da programação a nível da radiodifusão em Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bonixe, L. (2010). Legalização, concentração e multimédia: os desafios das rádios locais portuguesas. *Rádio-Leituras I* (1), 187-202.
- Bonixe, L. (2012). As rádios locais em Portugal – da génese do movimento à legalização. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 9 (2), 313-325.
- Chambers, T. (2003). Radio programming diversity in the era of consolidation. *Journal of Radio Studies*, 10(1), 33-45.
- Chambers, T. (2011). Local ownership and radio market structure. *Journal of Radio & Audio Media*, 18(2), 263-280.
- ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social (2009). *Caracterização do sector da radiodifusão local*. Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- Polenski, H. (2007). The factors affecting radio format diversity after the Telecommunications Act of 1996: ownership, concentration, stations and audience. *Journal of Radio Studies*, 14 (2), 122-143.
- Rabaça, C. E. G. (2002). *O regime jurídico-administrativo da concentração dos meios de comunicação social em Portugal*. Coimbra: Almedina.
- Reis, A. & Nunes, J. M. (1994). Os meios de comunicação social – breve síntese sobre a evolução dos media no período 87-94. In A. Reis (Coord), *Portugal 20 anos de democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores
- Saffran M. J. (2011). Effects of local-market radio ownership concentration on radio localism, the public interest, and listener opinions and use of local radio. *Journal of Radio & Audio Media*, 18 (2), 281-294.

- Santos, R. (2005). Rádio em Portugal: tendências e grupos de comunicação na actualidade. *Comunicação e Sociedade 7 – Economia Política dos Media*, 137-152.
- Santos, R. (2008). Rádios locais em Portugal, 2000-2004. In M. Pinto & S. Marinho (Org.), *Os media em Portugal nos primeiros cinco anos do século XXI*. Porto: Campo das Letras.
- Silva, E. C. (2004). *Os donos da Notícia – A concentração da propriedade dos media em Portugal*. Porto: Porto Editora.
- Silva, E. C. (2005) Concentração dos media em Portugal: que leis?. *Comunicação e Sociedade 7 - Economia Política dos Media*, 209-221.
- Silva, E. C. (2008). Do apogeu ao declínio: a convergência e a concentração dos media. In M. Pinto & S. Marinho (Org.), *Os media em Portugal nos primeiros cinco anos do século XXI* (pp. 163-176). Porto: Campo das Letras.
- Starkey, G. (2012). Live and local no more? Listening communities and globalising trends in the ownership and production of local radio. In M. Oliveira, P. Portela & L. A. Santos (Eds.), *Radio Evolution: ECREA Conference Proceedings* (pp. 167-178). Braga: Communication and Society Research Centre.

ROTINAS E CONSTRANGIMENTOS NO JORNALISMO DAS RÁDIOS LOCAIS PORTUGUESAS

LUÍS BONIXE

luis.bonixe@gmail.com

INTRODUÇÃO

Ao aparecimento das rádios locais em Portugal se deve o repentino aumento do número de jornalistas portugueses de rádio. De acordo com o estudo coordenado por José Rebelo (2011), o número de profissionais de rádio duplicou nos anos de 1988 e 1989, justamente quando ocorre a liberalização do setor. As rádios locais contribuíram, deste modo, para uma revitalização da profissão de jornalista consubstanciada na quantidade de novos profissionais e também no alargamento do espaço para a presença de conteúdos informativos no meio radiofónico.

Mas, se os primeiros anos após a liberalização do setor da rádio representam um território favorável para a afirmação do jornalismo nas rádios locais como consequência do aparecimento de vários projetos de radiodifusão local um pouco por todo o país, a meio da segunda década do século XXI o cenário é muito diferente.

Diversas rádios locais encerraram portas, outras são hoje retransmissores de emissoras nacionais incorporando uma lógica de grupo e ainda outras transformaram-se em rádios temáticas musicais, abdicando, em boa medida, da sua função de proximidade com as comunidades onde estão inseridas e, por esta via, do jornalismo local e dos jornalistas. As rádios locais que ainda conservam os seus princípios de proximidade também se debatem com sérias dificuldades sobretudo ao nível financeiro e dos recursos humanos (ARIC, 2013).

A média de jornalistas por redação é muito baixa, seguindo a tendência de queda verificada a partir de 2002 (Rebelo, 2011: 70).

De acordo com dados que apresentaremos ao longo deste capítulo, situa-se em 1,57 profissionais por rádio, tornando assim muito difícil a prossecução dos objetivos das emissoras locais quanto à informação local e por esta via comprometendo a proximidade com a comunidade.

A existência de constrangimentos no trabalho jornalístico condiciona o produto final e obriga os jornalistas a encontrarem práticas de forma a garantirem o sucesso do seu dispositivo informativo. No caso particular das rádios locais estudadas, esses constrangimentos localizam-se sobretudo na reduzida dimensão das redações. Por essa razão, importa perceber que práticas utilizam os jornalistas de modo a contornarem essas mesmas dificuldades. A importância de perceber como é organizado esse trabalho fornece-nos, por essa razão, indicadores para perceber o discurso jornalístico produzido pelas rádios locais portuguesas. O presente capítulo pretende, assim, caracterizar os constrangimentos e as rotinas produtivas dos jornalistas das rádios locais portuguesas com o objetivo de dar um contributo para a compreensão do discurso informativo que nelas é produzido.

AS ROTINAS NO JORNALISMO

Os estudos do jornalismo definem as rotinas produtivas como o conjunto de estratégias encontradas pelos jornalistas para contornar a pressão que o tempo e o espaço exercem sobre o seu trabalho, tendo em conta a existência de determinados constrangimentos organizacionais, como é caso da inexistência de profissionais em número suficiente (Gans, 1980: 82). Ora, para corresponder às necessidades do dispositivo informativo, os jornalistas criam estratégias e práticas que lhes permitem garantir o sucesso ou seja, produzir as notícias.

As rotinas têm também um efeito simbólico, na medida em que nos ajudam a perceber a importância dos assuntos noticiados, uma vez que os jornalistas são diariamente confrontados com

um alargado conjunto de acontecimentos noticiáveis e, sabendo-se que não conseguem dar resposta a todos, a existência de rotinas produtivas, na conjugação com outros critérios de seleção, criam condições para que alguns assuntos sejam merecedores de atenção dos jornalistas e outros não. Ou seja, reforça Jorge Pedro de Sousa, as rotinas produtivas são a prova de que a maior parte do trabalho jornalístico não decorre de “uma pretensa capacidade intuitiva para a notícia nem de um hipotético ‘faro’ jornalístico mas de procedimentos rotineiros” (Sousa, 2000: 54).

Dito de outro modo, considerando o pressuposto de que as notícias são uma construção social da realidade, a existência de rotinas produtivas no jornalismo são um dos fatores que ajudam a compreender essa construção, na medida em que ajudam a organizar o trabalho dos jornalistas de acordo com os ciclos noticiosos e, assim, contribuem para que determinados acontecimentos sejam noticiados e outros não. O que acabámos de dizer aplica-se também ao contacto com as fontes de informação. Assim, as rotinas produtivas dos jornalistas não são importantes apenas para a organização do trabalho ou para a definição de determinados temas noticiáveis, são também relevantes para o enfoque em certas vozes e o silenciamento de outras.

Os profissionais da informação tenderão a preferir fontes acessíveis suscetíveis de garantir um constante fluxo informativo capaz de alimentar o dispositivo da organização jornalística, criando aquilo a que Gaye Tuchman (cit. em Traquina, 2001: 75) chamou de rotina do esperado.

Para Michael Schudson (2003) as organizações jornalísticas possuem os seus ritmos e rotinas caracterizadas pela escassez de tempo. Para garantir o sucesso dessas rotinas – ou seja a efetiva publicação ou difusão das notícias – os jornalistas necessitam que alguém lhes garanta informações disponíveis para emitir em tempo útil. As fontes governamentais, profissionais e conhecedoras do

sistema e organização jornalística disponibilizam essas informações com frequência, alimentando desta forma as rotinas dos jornalistas e daí resultando uma prevalência de fontes governamentais e institucionais nas notícias. Refere Michael Schudson que “as agências do Governo e os políticos, respetivamente, são ansiosos por satisfazer a carências das organizações noticiosas. Eles disponibilizam informação regularmente de modo a que os média a possam digerir facilmente” (2003: 134).

Neste plano que aqui estabelecemos entre rotinas produtivas e fontes de informação, devem ser referidos os estudos de Leon Sigal (1973) que analisou os jornais *The New York Times* e *The Washington Post* e concluiu que os acontecimentos chegam aos jornalistas provenientes, em primeiro lugar, das fontes oficiais que utilizam os canais de rotina (1973: 126).

É inquestionável a importância que as rotinas produtivas têm para o trabalho dos jornalistas ao contribuírem para uma organização e orientação que se torna fundamental, considerando a volatilidade e diversidade da matéria-prima com a qual os profissionais da informação trabalham. No entanto, sublinham alguns autores (Traquina, 2001; Sousa, 2000), as rotinas produtivas, apesar de fundamentais para a organização do trabalho jornalístico, contribuem para explicar a dependência que os média noticiosos têm das agências de informação, das fontes governamentais que têm acesso privilegiado aos média gerando a reprodução dos mesmos assuntos pelos diversos meios de comunicação social.

AS ROTINAS PRODUTIVAS NA RÁDIO

As rotinas produtivas dos jornalistas são também condicionadas pelo meio de comunicação, uma vez que os dispositivos são diferentes. Por regra, os jornais têm uma única edição diária ou semanal e é em função desse ciclo noticioso que os jornalistas se organizam de modo a assegurarem a edição do noticiário.

No caso da rádio, para além dos fatores que condicionam a organização dos jornalistas e que expusemos no ponto anterior, as rotinas dos profissionais são determinadas por fatores específicos do meio, como sejam os ciclos noticiosos, a pressão temporal dos noticiários, o valor-notícia som ou a atualidade.

Neste campo, merecem ser referidos os estudos de Villafañe *et al.* (1987). Os autores estudaram nos anos 80 as rotinas produtivas na rádio e na televisão em Espanha e concluíram que os jornalistas da Cadena SER, RNE, TVE e TV3 criaram rotinas que lhes permitiam responder às exigências impostas pela vulnerabilidade da matéria-prima instável com que trabalham, que são os acontecimentos. A partir desta formulação, verificaram que, ao contrário daquilo que se poderia supor, as notícias da rádio são marcadas pela sua previsibilidade.

Os autores espanhóis verificaram na análise que efetuaram que a maior parte das notícias emitidas pelas rádios estudadas já estava prevista. Esta previsibilidade é a forma encontrada para garantir o sucesso dos diversos momentos informativos da rádio.

Villafañe *et al.* concluíram que as rotinas produtivas dos jornalistas na rádio têm um papel importante não só na escolha dos temas, mas também dos protagonistas desses assuntos. A maior parte dos acontecimentos noticiados tem origem em fontes governamentais e em partidos políticos. Em sentido contrário, as notícias dos média estudados refletem pouco a presença de fontes originárias de organizações sociais, especialistas sem ligação ao poder ou sindicalistas.

Concluíram os autores que “os modos de racionalização do processo produtivo adotados pelos grandes meios de informação analisados tendem a cingir-se continuamente às solicitações e necessidades do poder” (Villafañe *et al.*, 1987: 147).

Os jornalistas da rádio criam rotinas que lhes permitam garantir o preenchimento dos espaços informativos da rádio. Tal como refere Eduardo Meditsch, “a rotina dos produtores da informação será organizada em função destas estratégias e o trabalho as irá refletir” (1999: 93).

No caso português, o estudo das principais rádios de informação, TSF, Antena 1 e Renascença, permitiu verificar que os jornalistas utilizam diversas estratégias de rotina que lhes permitem garantir o sucesso dos seus momentos informativos (Bonixe, 2012).

Em qualquer uma das principais rádios portuguesas de informação, os jornalistas estão organizados por turnos de trabalho com períodos de horário definidos ao longo do dia. Cada equipa de trabalho é liderada por um editor que tem a seu cargo a responsabilidade de preparar os noticiários daquele período horário. Na rádio portuguesa, verificou-se que estes turnos de trabalho estão organizados em função dos noticiários. A estrutura está preparada, assim, para responder às necessidades de matéria noticiosa que ocorra durante o dia, considerando a importância que é dada à atualidade (é preciso estar disponível para algum evento de última hora) e à captação de sons para as peças radiofónicas.

O modo de funcionamento destes turnos de trabalho pretende, ainda, responder às necessidades de continuar a acompanhar ao longo do dia a atualidade informativa. Assim, os turnos de trabalho cruzam-se por algumas horas para que os elementos das equipas troquem impressões sobre o acompanhamento da informação.

A existência de reuniões formais ou informais entre os jornalistas do mesmo turno e entre jornalistas de turnos diferentes é uma prática comum entre os profissionais da rádio em Portugal e tem a vantagem de permitir a discussão e apresentação de propostas de trabalho.

No caso das três principais rádios de informação portuguesas, TSF, Antena 1 e RR existem várias reuniões de trabalho: reuniões semanais, reuniões diárias de abertura de turno, reuniões diárias de fecho de turno, reuniões de passagem de turno e contactos informais (Bonixe, 2012: 93).

Na rádio, a criação de rotinas ajuda a planificar e organizar o trabalho dos jornalistas, organização essa particularmente relevante num meio que vive constantemente pressionado pelo tempo e pela

necessidade de obter das fontes de informação sons (declarações) para os seus noticiários.

METODOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO DO CORPUS

O presente estudo tem por base um inquérito aplicado aos jornalistas das rádios locais portuguesas com o objetivo de caracterizar a profissão quanto às rotinas produtivas, política editorial, valores-notícia e relação com a Internet. Para o presente capítulo, isolámos apenas os dados referentes às rotinas produtivas e constrangimentos percebidos pelos jornalistas inquiridos.

Responderam ao inquérito 50 dos 55 jornalistas contactados de 35 rádios locais localizadas nos distritos de Setúbal, Évora, Beja, Braga, Viseu, Guarda, Santarém, Castelo Branco, Portalegre, Leiria, Lisboa, Porto e Faro. O inquérito foi aplicado em duas vagas: novembro e dezembro de 2012 e 2013.

Quanto à caracterização dos jornalistas das rádios locais que responderam, 42% dos inquiridos têm entre 31 e 40 anos de idade. Metade dos respondentes são mulheres, 48% são homens e 2% não responderam a essa questão. Sessenta e quatro por cento são licenciados e destes 74,19% formaram-se em Ciências da Comunicação. Quanto ao tempo na profissão, encontramos as maiores fatias nos extremos, ou seja 24% são jornalistas há menos de 5 anos, mas 22% exercem a profissão há mais de 20 anos. Há ainda uma percentagem importante (18%) que é jornalista há mais de 11 e menos de 20 anos. Encontramos o mesmo cenário no que diz respeito à experiência enquanto jornalista de rádio, ou seja, se 36% dos inquiridos têm experiência inferior a cinco anos no meio radiofónico, já praticamente um quarto dos inquiridos (24%) é profissional de rádio há mais de 20 anos. Quanto ao exercício da profissão na atual rádio, 42% revelaram que têm menos de cinco anos na empresa. Mais de metade dos inquiridos (54%) auferem um salário situado entre os 485 e os 650€, é detentor de carteira profissional (70%), tem um contrato por tempo

indeterminado (72%) e 52% consideram que trabalhar numa rádio local significa uma “realização pessoal”.

AS ROTINAS DOS JORNALISTAS NAS RÁDIOS LOCAIS PORTUGUESAS

As rotinas produtivas nas rádios locais portuguesas estão fortemente condicionadas pela existência de constrangimentos, em particular ao nível dos recursos humanos existentes. Com base nos dados apurados, a média de jornalistas nas redações das rádios locais em Portugal situa-se nos 1,57 e, quando questionados sobre quais os problemas das rádios locais, os jornalistas identificaram maioritariamente a falta de recursos humanos. Deste modo, as rádios locais são obrigadas a encontrar estratégias que lhes permitam garantir a emissão de noticiários de forma regular.

A reduzida dimensão das redações impossibilita, em muitos casos, a existência de equipas próprias para produzir momentos diários em que normalmente a informação é mais rica e abundante, como se verifica nas rádios com maior dimensão (Meditsch, 1999: 93). Ao contrário do que sucede no caso das principais rádios de informação em Portugal (Bonixe, 2012), nas rádios locais a organização dos jornalistas raramente é feita por turnos ao longo do dia. Os jornalistas das redações, em regra, estão presentes durante todo o dia de trabalho o que, dado o número reduzido de profissionais, impede que estejam em funções nos períodos da noite e madrugada. Em vários casos, não existem noticiários aos fins de semana. A informação nestes períodos do dia e da semana, quando existe, é conduzida por colaboradores das rádios, muitas vezes sem auferirem qualquer remuneração.

As escolhas feitas pelos jornalistas em geral e os das rádios locais em particular são fortemente condicionadas pelo fator económico. Como refere Nelson Traquina, “o jornalismo tem custos, a começar pela contratação de jornalistas e pelos vencimentos oferecidos aos jornalistas. (...) Com poucos recursos económicos,

muitas empresas jornalísticas regionais têm sérias dificuldades em contratar profissionais a tempo inteiro e em oferecer vencimentos que sejam atractivos” (Traquina, 2001: 45). Este cenário identificado por Traquina foi também encontrado por nós a partir das respostas dos inquiridos, pois para além do número médio de profissionais por redação, a maior parte auferem um vencimento pouco acima do salário mínimo português.

Quando inquiridos, os jornalistas das rádios locais portuguesas consideram que a falta de recursos humanos nas redações é o principal constrangimento ao trabalho que exercem. A Tabela 1 mostra que 18% consideraram que o reduzido número de profissionais nas redações “afeta muito” a sua atividade profissional num dia normal de trabalho e 42% consideraram que “afeta”. Por outro lado, quando questionados sobre os principais problemas existentes na sua rádio local, a falta de meios humanos foi a razão invocada pela maior parte dos respondentes.

O reduzido orçamento disponível para a informação e a falta de meios técnicos foram também identificados como constrangimentos que “afetam muito” o trabalho num dia normal.

	Não afeta	Afeta pouco	Afeta	Afeta muito
Falta de instalações adequadas	62	12	14	2
Falta de recursos humanos	22	14	42	18
Falta de meios técnicos	42	26	12	14
Falta de meios de transporte para serviço de reportagem	50	6	20	12
Reduzido orçamento disponível para o sector da informação	30	20	20	18
Baixo vencimento auferido	28	24	26	10

Tabela 1 – Constrangimentos dos jornalistas num dia normal de trabalho (valores em percentagem)

Acresce ainda que a rede de captação de notícias (*news-net*) de que nos fala Gaye Tuchman (1978) apresenta nas rádios locais uma dimensão muito reduzida devido às dificuldades económicas e financeiras traduzidas na impossibilidade de contratar mais jornalistas para as redações ou para aumentar o número de correspondentes locais ou de colaboradores.

Assim, as rádios locais representam o acentuar do centro em detrimento da periferia, convocando a perspetiva de Gurevitch e Blumer (1982: 195) que estudaram a construção dos noticiários eleitorais. Ou seja, o centro de produção significa o local onde os noticiários são construídos e não onde os acontecimentos se produzem. No caso das rádios locais, e devido aos constrangimentos impostos pela reduzida dimensão das redações, o noticiário é construído na redação e raramente a partir de acontecimentos de reportagem com presença física dos jornalistas no local dos acontecimentos.

Esta situação é percecionada pelos jornalistas das rádios locais inquiridos para este estudo, pois 48% dos respondentes indicaram que introduziriam mais reportagem nas emissões da sua rádio. Os dados do inquérito fornecem-nos alguns indicadores sobre as razões para que os jornalistas pretendam mais reportagem. Uma delas, já aqui referida, é a falta de recursos humanos. No entanto, será necessário um estudo mais direcionado para este fim no sentido de aprofundar as razões para a reduzida presença de reportagem, uma vez que os por nós apurados são contraditórios. Ou seja, os jornalistas referem que “a falta de meios para reportagem”, neste caso de transporte ou técnicos, não afeta a sua realização (Tabela 1). Por outro lado, analisando a Tabela 2, verifica-se que no conjunto de atividades diárias dos jornalistas das rádios locais em Portugal, o trabalho de reportagem é considerada como “frequente” por 52% dos inquiridos.

A Tabela 2 identifica as atividades consideradas como “muito frequentes” e, neste caso, verificamos que consultar a Internet, fazer contactos telefónicos para as peças, consultar os média locais (e até

os nacionais) bem como contactar os colaboradores da rádio são práticas percecionadas pelos jornalistas como mais frequentes do que fazer reportagem nos locais do acontecimento.

	Inexistente	Pouco frequente	Frequente	Muito Frequente
Consulta a média nacionais	0	8	52	36
Consulta a média locais/regionais	0	2	36	58
Contactos telefónicos	0	0	24	74
Reportagem de rua	0	14	52	32
Contactos com colaboradores	0	18	46	32
Consulta a Internet	0	0	18	78

Tabela 2 – Atividades dos jornalistas num dia normal de trabalho (valores em percentagem)

O ESPAÇO DA INTERNET

A Tabela 2 mostra como os jornalistas das rádios locais portuguesas percecionam a Internet como um dos principais instrumentos num dia normal de trabalho. Setenta e oito por cento dos respondentes consideraram que consultar a Internet é uma atividade “muito frequente” no seu trabalho diário, ultrapassando mesmo o contacto telefónico, tarefa muito importante no caso do jornalismo radiofónico pois, na impossibilidade de fazer reportagem no exterior, é através do contacto telefónico com as fontes de informação que é possível obter os registos sonoros para as peças. A Internet só em situações muito específicas o permite.

Os dados apurados neste inquérito revelam a importância que a Internet tem para os profissionais da informação das rádios locais portuguesas como ferramenta de apoio aos trabalhos jornalísticos.

Por outro lado, os jornalistas inquiridos olham para a Internet como uma plataforma importante para a presença das rádios locais.

Noventa por cento consideraram que uma rádio local estar presente na Internet é muito importante, sendo que 86% dos inquiridos, para além do seu trabalho na rádio hertziana, acumulam com tarefas no *site* da rádio.

	Mais de 2x por dia	Diariamente	1x por semana	Menos de 1x por semana
Gestão de redes sociais (Facebook, Twitter, etc)	30,23	25,58	6,98	16,18
Gestão de fóruns	2,33	9,30	4,65	39,53
Gestão de comentários	11,63	23,26	6,98	20,93
Elaboração e colocação de fotogalerias	13,95	9,30	6,98	39,53
Elaboração e colocação de infografias	9,30	11,63	6,98	41,86
Elaboração e colocação de sons	16,28	32,56	6,98	20,93
Elaboração e colocação de vídeos	4,65	9,30	18,60	37,21
Elaboração e colocação de fotografias	27,91	34,88	16,28	4,65
Atualização do <i>site</i> com conteúdos não noticiosos	11,63	25,58	13,95	23,26
Atualização do <i>site</i> com notícias	34,88	48,84	9,30	2,33

Tabela 3 – Atividades dos jornalistas nos sites das rádios locais
(valores em percentagem)

A Tabela 3 mostra a distribuição dessas tarefas executadas nos *sites* pelos jornalistas das rádios. Verifica-se que a atualização do *site* com notícias é a atividade mais frequente entre os jornalistas inquiridos, uma vez 34,88% dos jornalistas responderam que o fazem mais de duas vezes por dia e 48,84 dos inquiridos revelaram atualizar diariamente o *site* com notícias.

Os dados apurados revelaram também a importância das redes sociais para os jornalistas das rádios locais, já que 30,23% dos inquiridos responderam que fazem a gestão do Facebook, Twitter ou outras

redes sociais mais de duas vezes por dia. Essa gestão implica a colocação nas redes sociais de notícias ou outras informações da rádio. A atualização do *site* com fotografias é também uma das atividades mais frequentes entre os jornalistas das rádios locais inquiridos.

NOTAS FINAIS

Depois de um período inicial após a liberalização do setor da rádio em Portugal caracterizado pelo aumento de jornalistas nas rádios locais, os últimos anos têm conduzido as emissoras locais portuguesas para um cenário em que o jornalismo tem cada vez menos espaço e, conseqüentemente, o número de jornalistas tem vindo a decrescer.

Tal como vimos a partir das 35 rádios locais portuguesas onde os jornalistas respondentes ao inquérito exercem a profissão, a média de profissionais por redação é de apenas 1,57. Efetivamente, o número de jornalistas na rádio tem vindo a decrescer sobretudo a partir do início do século XXI (Rebelo, 2011: 69) e as rádios locais, depois de terem contribuído para a explosão do número de profissionais em Portugal, são agora responsáveis por essa mesma queda. A amostra do inquérito que aqui aplicámos contribui para demonstrar essa tendência de queda. Em virtude do reduzido número de profissionais por redação, a organização do trabalho nas rádios locais é diferente daquela que se verifica nas rádios de maior dimensão. Nas rádios locais, não há equipas de jornalistas distribuídas por turnos de trabalho, pois em regra essa mesma equipa é constituída pelos poucos profissionais que integram a redação e como tal são forçados a cumprir apenas um único horário de trabalho.

A falta de recursos humanos é identificada pelos jornalistas como o aspeto que mais afeta o seu trabalho num dia normal. Entre os que responderam que “afeta muito” e os que responderam que “afeta”, encontramos mais de metade dos inquiridos. Por outro lado, e de certo modo relacionado com o aspeto anterior, é também ao

nível do orçamento disponível para a informação que os jornalistas sentem o seu trabalho mais afetado.

Situação que não pode deixar de ter influência na informação que é veiculada pela emissora, quer ao nível das temáticas abordadas, fontes com presença nas notícias e sons de protagonistas. Do mesmo modo, tais constrangimentos organizacionais ao nível das redações não pode deixar de condicionar e determinar práticas profissionais. Na impossibilidade de se deslocarem ao local do acontecimento (observando-se neste caso a necessidade de haver mais reportagem nas rádios locais portuguesas, situação lamentada pelos próprios inquiridos) os jornalistas recorrem predominantemente a estratégias para contornar essa situação.

Neste particular, a Internet tem-se revelado como uma importante ferramenta de trabalho para os jornalistas. É lá que conseguem boa parte das informações para as notícias que elaboram diariamente conseguindo, deste modo, construir os noticiários para a sua rádio.

Mas a importância da Internet pode ser observada também pelo conjunto de atividades que os jornalistas das rádios locais passaram a desempenhar em paralelo com as suas tarefas na rádio hertziana. Ou seja, tal como nos outros meios de comunicação, também no caso das rádios locais, a Internet aparece como uma nova plataforma para a distribuição de conteúdos. Verificámos que esta situação é normal entre os jornalistas das rádios locais que inquirimos, uma vez que só um reduzido número revelou não acumular a sua atividade enquanto jornalista de rádio com a manutenção ou gestão do *site*. Significa dizer que as tarefas de atualização do *site* e das redes sociais das rádios locais em Portugal estão incorporadas nas rotinas diárias dos jornalistas, o que não deixa de se registar, tendo em conta o acréscimo de trabalho para as redações, já de si reduzidas quanto ao número de profissionais.

- Flichy, P. (1981). La explosión del monólogo. Las radios paralelas en la Europa Occidental. In L. Basstes, L. (Org.). *De las Ondas Rojas a las Radios Livres* (pp. 180-188). Barcelona: Gustavo Gili.
- Galindo, J. A. G. (1998). Participación social y democracia: los ciudadanos y los medios de comunicación. In M. C. Escudero (Org.). *La Democratización de los Medios Radiotelevisión Comunitária* (pp. 289-295). Sevilha: II Congreso de Radio y Televisiones Locales, Públicas y Alternativas.
- Gans, H. J. (1980). *Deciding What's News – A study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. New York: Vintage Book
- Garcia, R. T. (2012). Vínculos comunicacionais e sentimento nacional: noção tradicional e Internet. In J. E. de Oliveira Menezes & M. Cardoso, *Comunicação e Cultura do Ouvir* (pp. 247-265). Editora Plêiade: São Paulo.
- Gurevitch, M. & Blumer, J. G. (1993). A Construção do Noticiário Eleitoral: Um estudo de Observação na BBC. In N. Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Vega.
- Hendy, D. (2000). *Radio in the Global Age*. Cambridge: Polity Press.
- Hood, L. (2010). Radio Recentered: Local News Returns Home. *Journal of Radio & Audio Media*, 17(2), 151-166.
- Maia, M. (1995). *A Telefonía*. Lisboa: Círculo dos Leitores.
- Meditch, E. (1999). *A Rádio na Era da Informação*. Coimbra: Minerva.
- Meios & Publicidade. (2012). *É terrível o que se está a passar com as rádios locais*. 18 Junho. Acedido em <http://www.meiosepublicidade.pt/2012/06/e-terrivel-o-que-se-esta-a-passar-com-as-radios-locais/>
- Mesquita, M. (1994). Os Meios de Comunicação Social. In A. Reis (Org.), *20 anos de democracia em Portugal* (pp. 360-405). Lisboa: Círculo dos Leitores.
- Moreno, E.M. (2002). El Tratamiento Radiofónico de la Información Local. In M. P. Martinez-Costa (Org.), *Información Radiofónica* (pp. 330-349). Barcelona: Ariel.

- Nosty, B.D. (1997). Los medios públicos regionales y locales - El futuro de los canales autonómicos y los medios locales públicos. In M. C. Escudero (Org.), *Radiotelevisión Pública Local y Alternativa – Perspectivas* (pp. 157-169). Sevilla: Asociación de Emisores Municipales de Andalucía de Radio y Televisión.
- Office of Communications (OFCOM) (2011). *The future of Small Scale Radio – A Research Report of Ofcom*. Julho. Acedido em <http://stakeholders.ofcom.org.uk/binaries/research/radio-research/smallradio.pdf>
- Project for Excellence in Journalism (PEJ) (2004). *Radio Intro*. Acedido em <http://stateofthemedias.org/2004/radio-intro/>
- Rebelo, J. (2011). *Ser Jornalista em Portugal – perfis sociológicos*. Lisboa: Gradiva.
- Rodrigo, M. & Ruiz-Collantes, X. (1981). Cronología. In L. Bassets (Org.), *De las Ondas Rojas a las Rádios Livres* (pp. 265-276). Barcelona: Gustavo Gili.
- Santos, R. (2008). As Rádios Locais em Portugal, 2000-2004. In M. Pinto & S. Marinho (Orgs.), *Os Media em Portugal nos Primeiros Cinco anos do Século XXI*. Porto: Campo das Letras.
- Schudson, M. (2003). *The Sociology of News*. New York : W.W. Norton & Company.
- Sigal, L. (1973). *Reporters and Officials – The Organization and Politics of Newsmaking*. Lexington: D.C. Heath and Company.
- Sousa, J. P. (2000). *As Notícias e os seus efeitos. As “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*. Coimbra: Minerva.
- Starkey, G. (2011). Directo e local nunca mais? As comunidades de ouvintes e as tendências de globalização na propriedade e produção de rádios locais. *Comunicação e Sociedade*, 20, 157-172.
- Traquina, N. (2001). *O Jornalismo Português em Análise de Casos*. Lisboa: Caminho.
- Tuchman, G. (1978). *A Study in the Construction of Reality*. New York: The Free Press.
- Villafañe et.al. (1987). *Fabricar Noticias – las rutinas productivas en radio y televisión*. Barcelona: Editorial Mitre.

ECOS E SOTAQUES DO LOCAL: O INSUSTENTÁVEL SONHO DA RADIODIFUSÃO DE PROXIMIDADE

MADALENA OLIVEIRA

madalena.oliveira@ics.uminho.pt

ONDAS DE CURTO ALCANCE

O declínio do conceito de comunicação social de massas acontece mais ou menos em simultâneo com a consolidação da radiodifusão de proximidade. Com um propósito que contrariava a ideia de disseminação de informação para um público excessivamente indiferenciado, as iniciativas locais de emissão radiofónica lançaram um movimento de promoção do conceito de comunidade equivalente ao que hoje se encontra no espírito das redes sociais. Continuando um processo de regionalização da comunicação iniciado pela imprensa local, que desde cedo procurou dar visibilidade à vida da pequena geografia das regiões, as rádios locais deram um impulso decisivo para a fragmentação das audiências e para a diferenciação da oferta de conteúdos.

A situação crítica que as rádios locais atuais experimentam, não apenas em Portugal como em muitos outros países ditos desenvolvidos, esconde a responsabilidade que estes projetos tiveram na multiplicação dos centros de produção de conteúdos e dos canais de difusão de informação e entretenimento. As duas últimas décadas do século XX foram exemplares na história dos média tanto do ponto de vista tecnológico como em termos de dinamismo e diversidade. Para além dos canais privados de televisão em sinal aberto, que apareceram na década de 1990, e da criação de novos títulos de imprensa, como o *Independente* e o *Público*, por exemplo, o final do século foi particularmente animado por uma profusão sonora incomparável a qualquer outro momento da história da rádio.

A literatura sobre meios de comunicação social regional é relativamente abundante, embora com especial dedicação ao jornalismo regional e, muito particularmente, à imprensa. É, no entanto, na rádio que o fenómeno da proximidade excede a expressão exclusivamente jornalística. Com grelhas de programação irregulares, mas também irreverentes, as pequenas emissoras locais e regionais deram ao ouvido não apenas a notícia do fim da rua mas também a música mais popular.

Despretensiosas, as rádios locais que nasceram das rádios piratas não têm na sua origem grande ambição comercial. Na generalidade, apareceram como projetos pobres em termos de recursos, sendo também, em muitos casos, bastante humildes do ponto de vista da programação. Foi, no entanto, com a alma dessa simplicidade, desde logo tecnológica, que as rádios locais se transformaram no símbolo de uma geração que convidou os grandes meios de comunicação de massas a uma maior abertura à expressão do cidadão comum. Embora relativamente escassa, a produção científica sobre rádios locais é mais ou menos unânime no reconhecimento de que a estas iniciativas modestas se deve um conjunto de princípios inovadores no campo mediático. Por um lado, a ideia de proximidade que reúne em si mesma não apenas a adjacência física e geográfica ao local abrangido pela emissão como também uma pretensa aproximação ideológica, política e cultural aos destinatários das transmissões. É aquilo que Luís Bonixe classifica como “um discurso alternativo ao produzido à escala global pelos meios de comunicação de massas” (Bonixe, 2006: 158). Por outro lado, a noção de participação, tanto da rádio na vida quotidiana das localidades como dos ouvintes, de forma relativamente assídua, na partilha de informações e na dinâmica de animação. Num livro em que se referem à regionalização da comunicação social, Patrice Cavalier e Olivier Morel-Maroger reconhecem que a rádio participou, a partir dos anos 1970, numa rede descentralizada que aspirava a “dar conta

da atualidade regional e local e fazer das rádios descentralizadas um lugar de expressão privilegiado para os cidadãos, as associações e os eleitos” (Cavalier & Morel-Maroger, 2005: 38).

Ao contrário da formalidade discursiva dos meios de âmbito nacional, as rádios locais permitiram-se uma certa coloquialidade na linguagem, que não se envergonhou de sotaques ou de regionalismos. É, aliás, uma das marcas distintivas destas emissoras a ausência de preocupação com padrões linguísticos e fonéticos. Com pronúncia familiar, também a este nível o som das rádios locais se revelou mais próximo das pessoas do que qualquer outra produção de âmbito nacional.

Apanágio da rádio em geral, o caráter intimista da linguagem manifestou-se também com mais acento nas emissoras locais ou regionais. Pela sua familiaridade com os lugares, os costumes, os dizeres e as rotinas locais, os locutores destas rádios foram também a revelação da vantagem de falar ao microfone como as pessoas mais comuns. Com os projetos das chamadas rádios livres, a rádio deixou de ser dos grandes artistas ou animadores para ser também de gente das pequenas cidades. Deixou de ser dos profissionais de carreira para ser feita por curiosos, pessoas com “boa voz” e de perfil “conversador”. E passou a ser uma caixa de ressonâncias musicais mais populares, ao invés das frequências nacionais mais conservadoras e convencionais.

Na natureza das rádios locais estão impressas marcas que não deixariam indiferente a relação do público com os meios de comunicação social. A história da radiodifusão de proximidade em Portugal conta-se como uma experiência que, emergindo da clandestinidade, se tem feito de linguagem simples e descomplexada, com propostas de programação especialmente vocacionadas para a promoção musical. Regulados por legislação própria, publicada inicialmente em 1989, os operadores de radiodifusão local definem-se por um caráter maioritariamente generalista, o que não os alheou da produção

de novidade e de conteúdos originais, dirigidos e participados, por exemplo, por comunidades estrangeiras residentes em Portugal. Embora de modo mais accidental do que estruturado, os projetos locais de rádio tiveram (mais do que terão hoje) um impacto muito significativo quer a nível cultural quer a nível económico. Graças à publicidade, tornaram visível o pequeno comércio e as empresas de pequena e média dimensão. Do mesmo modo, deram a conhecer grupos culturais, associações locais e coletividades desportivas. Ainda que despropositadamente, prepararam o poder e as instituições locais para a defesa de uma identidade própria, hoje projetada por programas de televisão itinerantes. No fundo, as rádios locais, criaram nos agentes locais uma sensibilidade para a construção de uma imagem pública.

Com limitações de ação que decorrem de uma reduzida capacidade financeira, as emissoras locais e regionais destacaram-se nos últimos 25 anos por um trabalho que, apesar de relativamente discreto, motivou as pequenas localidades a olharem para si próprias. Completando a atividade da imprensa regional, normalmente de periodicidade semanal, as rádios locais insistiram na análise da vida descentrada de Lisboa e do Porto, ao colocar em registo diário na ordem da atualidade as questões de economia, cultura e política não nacional. Dado este investimento em enfoques mais particulares, estes órgãos de comunicação criaram espaços públicos novos, mais ajustados à real dimensão dos problemas e das fortunas das cidades e vilas de menor escala.

Em Portugal, como um pouco por toda a Europa pelo menos, a radiodifusão local ou regional está fortemente vinculada a movimentos de expressão livre. Agarrados à promessa da simplicidade tecnológica e do modesto investimento necessário ao lançamento e à manutenção dos projetos, os mentores dos serviços locais de rádio fundaram um novo paradigma comunicacional que, apesar de virtuoso em muitos aspetos, não demorou muitos anos a revelar-se

frágil e, em certo sentido, insustentável. Neste capítulo refletimos sobre os fatores e as condições que concorreram para o ponto de quase falência a que já chegaram, ou estão a chegar, muitas das três centenas de frequências locais atribuídas em Portugal. Numa abordagem exploratória, examinamos as potenciais razões por que as ondas de radiodifusão local se propagaram não apenas num espectro de curto alcance radioelétrico como também com relativamente breve longevidade.

O SENTIDO E AS FRONTEIRAS DO LOCAL

De acordo com a legislação portuguesa (Lei nº 54/2010 de 24 de dezembro), a definição da área de cobertura dos serviços de radiodifusão considera quatro categorias: internacional, nacional, regional e local. No que respeita à categoria local em concreto, as fronteiras são determinadas pelos limites próprios de “um município ou conjunto de municípios e eventuais áreas limítrofes, de acordo com as exigências técnicas à necessária cobertura daqueles, no continente, ou uma ilha com vários municípios, nas regiões autónomas” (Artº 7º da Lei nº 54/2010). Do ponto de vista formal, o conceito de local restringe-se, portanto, a uma delimitação exclusivamente administrativa, que toma de empréstimo as medidas próprias do ordenamento do território. Sendo omissa à ideia de comunidade, este entendimento restringe a classificação de rádio local à amplitude da cobertura do sinal. Só discretamente a ideia está vinculada ao tipo de conteúdos transmitidos.

Embora a tipologia dos serviços de programas radiofónicos, segundo a lei, distinga apenas duas categorias – temática e generalista –, em dois momentos específicos a Lei da Rádio sugere uma expectativa de programação específica para as rádios locais. No ponto dois do Artº 11º, determina-se que “os serviços de programas de âmbito local que integrem uma cadeia (...) devem transmitir um mínimo de oito horas de programação própria, não decomponível

em mais do que seis blocos de emissão, entre as 7 e as 24 horas”. A referência a programação própria não seria, só por si, suficiente para classificar a programação como local. Com efeito, o facto de produzir programação própria não significa focar os conteúdos produzidos na esfera local de emissão da rádio. Só a leitura do ponto três do Artº 32º completa a ideia de que uma emissora local tem obrigações programáticas para com a área geográfica em que se inscreve. Diz a lei neste detalhe que “constitui ainda obrigação dos serviços de programas generalistas ou temáticos informativos de âmbito local a difusão de programação, incluindo informativa, com relevância para a audiência da correspondente área de cobertura, nomeadamente nos planos social, económico, científico e cultural” (nº três, Artº 32º da Lei nº 54/2010).

Não obstante esta clarificação, resulta ainda assim relativamente ambígua a referência a “programação com relevância para a audiência” abrangida pela emissão. Em rigor, a lei é pouco explícita no estabelecimento de critérios locais para a definição da programação. Ainda que seja possível interpretar o pressuposto da relevância como dizendo respeito a um enfoque nos assuntos públicos respeitantes ao local em que se exerce a atividade radiofónica, a noção de relevância não se esgota num enfoque exclusivamente geográfico.

Num livro sobre as transformações em curso no setor das rádios locais no Reino Unido, Guy Starkey explica que, mais do que a propriedade da estação, para as audiências é a natureza dos conteúdos e “o quanto eles se distinguem dos conteúdos produzidos para outras pessoas noutras comunidades” o que realmente importa em termos de distintividade da programação (Starkey, 2011a: 85). Distinguindo a classificação geográfica da programação, este autor britânico lembra, por outro lado, que “os conteúdos podem ser locais mesmo quando o processo que os gera é remoto” (2011a: 85). Por este prisma, uma rádio poderia ser local sem estar instalada fisicamente em termos de produção na área a que a sua programação diria diretamente respeito.

Não obstante a dimensão do conceito sugerida também por estas advertências, no contexto português, uma emissora define-se como local se o seu sinal for emitido no raio geográfico definido por lei para a classificação local e se, transmitindo em cadeia, respeitar os mínimos de programação própria estabelecidos. Na aceção legal, são, portanto, mínimos os pressupostos que regulam o carácter local da atividade de radiodifusão. Se para a música portuguesa a lei chega a definir quotas obrigatórias, no âmbito da informação e da restante programação, não há nenhuma indicação do grau de implicação local (e do que deve entender-se por implicação local) que oriente a produção das emissoras.

A qualidade do que é local (o que em inglês é referido como *localness*) não tem em Portugal uma tradução de operacionalização publicamente conhecida. Tomá-la como um conhecimento implícito daqueles que fazem as rádios locais é um risco que fragiliza a capacidade de escrutínio público e do próprio regulador acerca da adequação ou não dos conteúdos emitidos à classificação atribuída. Neste ponto, é exemplar a atuação da Ofcom (a entidade reguladora do Reino Unido), que disponibiliza *online*¹ linhas orientadoras sobre o que pressupõe essa qualidade do que é local. Com a pretensão de completar o que não está definido na legislação, a própria Ofcom reconhece que estas linhas de orientação não são regras, mas admite-se que tais considerações ajudem a analisar os resultados das estações. Baseado nas expectativas dos ouvintes, o guia tomado em consideração pela Ofcom clarifica, por exemplo, o que é e o que não é “material local”, o que significa “produzido localmente” e o que devem ser os serviços informativos locais.

Embora a reflexão proposta neste capítulo não tenha outro propósito senão o de indagar as possíveis razões da debilidade dos projetos locais de radiodifusão, que carecem, portanto, de uma

¹ Ver <http://stakeholders.ofcom.org.uk/broadcasting/radio/localness/localness-guidelines>

análise e comprovação empírica, arriscamos admitir que um dos fatores da perda de expressão das rádios locais estará precisamente preso à perda de sentido do que é ou não local. A insuficiente produção de matéria informativa local e um compromisso cada vez mais ténue com os agentes locais (certamente também por razões de ordem económica) não estarão a contribuir para que as rádios locais continuem a ser relevantes nas regiões em que se inscrevem nem para que elas funcionem em regime complementar relativamente aos outros meios.

A PRIORIDADE DO TRIVIAL E DO POPULAR

Em linhas gerais, o esquema de programação das rádios de âmbito local segue mais ou menos o esquema de programação das rádios nacionais. Com variações próprias do estilo, das condições e dos objetivos específicos de cada emissora, de um modo geral a oferta de conteúdos passa pela transmissão de informação, pela emissão de programas desportivos (normalmente sobre o desporto local) e pela difusão de música, podendo haver programas de entrevista, de debate, de antenna aberta à participação dos ouvintes e também emissões em direto de acontecimentos normalmente de natureza cultural ou desportiva. Se hoje este tipo de grelha de programação é mais ou menos comum, nas décadas de 1980 e 1990, do ponto de vista da organização dos conteúdos emitidos, as rádios locais destacaram-se essencialmente em três aspetos: por um lado, pela abertura da antenna a informação considerada secundária pelos órgãos nacionais. Por outro, pela difusão de música popular e por um tipo de programas que chegaria a quase todas as rádios locais, os programas de discos pedidos. Finalmente, pela promoção generalizada dos espaços abertos à participação do ouvinte por telefone. Embora esta fosse uma possibilidade já utilizada com relativa frequência nas emissoras nacionais, foram as rádios locais que a tornaram numa prática recorrente na programação radiofónica.

Apesar de a produção de grandes reportagens ser muito reduzida e de o investimento em ações jornalísticas de grande fôlego ser muito mais ocasional do que a realidade propiciaria (muito por falta de orçamento), as rádios locais estão na base de uma nova perspectiva sobre a informação. Dando expressão a critérios de noticiabilidade que combinam a proximidade geográfica com a relevância – algo que os jornais regionais/locais já faziam –, as emissoras locais deram ao pequeno acontecimento a visibilidade coletiva que não seria alcançável em mais nenhum meio. É às rádios locais que se deve aquilo que, num capítulo sobre a radiodifusão local e a produção de notícias, Andrew Crisell chamou de “new stratum of news” (Crisell, 2005: 31). Para o autor de *Understanding Radio*, as rádios locais passaram a dar espaço ao que parecia demasiado comum para aparecer nos média nacionais, ao que seria “demasiado trivial, demasiado ‘secundário’ e muitas vezes insuficientemente visual para aparecer nas televisões regionais; e demasiado efêmero para a imprensa local” (Crisell, 2005: 31).

O triunfo das rádios locais, aquilo que fez com que elas se tornassem numa espécie de “antena da vida quotidiana” (Cavalier & Morel-Maronger, 2005: 41), é indissociável da capacidade de noticiar o que se passa localmente. Em *Local Radio Journalism*, Paul Chantler e Sim Harris sustentam que a informação “é uma das poucas coisas que faz com que uma estação local seja distintiva e próxima das pessoas” (Chantler & Harris, 1997: 5). Para além de um papel central na informação sobre os acontecimentos que diretamente afetam os ouvintes, os microfones das emissoras locais tiveram (ou têm ainda) também um papel ímpar na divulgação de novos talentos que nem sempre têm acesso imediato a um meio de expressão nacional.

Conjugando o princípio de atenção à atualidade local com uma sensibilidade para as manifestações artísticas mais populares, que muitas vezes nascem nos meios mais pequenos, as rádios locais são reconhecidas pela projeção de fenómenos musicais emergentes. Como explica Andrew Crisell, os operadores locais descobriram que

“o conteúdo que daria mais audiência e atrairia a maior repercussão publicitária seria a música popular, um fenómeno cujas origens e manifestações foram altamente locais” (Crisell, 2005: 23). Graças a esta perceção, as rádios locais herdaram das rádios piratas uma competência de apresentação e promoção cultural que muito contribuiu, por exemplo, para o próprio desenvolvimento da indústria discográfica. Por um lado, pelo incentivo sentido por muitos artistas para criar novos trabalhos. Por outro, pela familiarização dos ouvintes com novas músicas e pelo estímulo à compra de discos, numa altura em que o vinil deu lugar ao Compact Disc, um formato bem sucedido do ponto de vista comercial, graças ao valor acessível, à qualidade do som registado e à popularização dos leitores de CD nas aparelhagens domésticas e nos automóveis.

Ao contrário das grandes cadeias de rádio, cujas *playlists* estão condicionadas por imperativos comerciais que impõem uma seleção musical ditada pelos chamados *top music*, as rádios locais afirmaram-se por escolhas alternativas, com uma oferta mais variada e menos constrangida em termos de gostos-padrão. Embora algumas rádios se possam distinguir por uma identificação com determinado tipo de música (o *jazz* ou o *rock*, por exemplo), a banda sonora de uma boa parte das emissoras locais está particularmente associada à música popular portuguesa, às vezes também à música folclórica. Antecipando o que hoje fazem as televisões em programas de registo popular, as rádios locais constituíram-se, inclusive, como o primeiro meio de comunicação social promotor de um estilo que ficou conhecido como *música pimba* e que chegou a ser conotado com raízes mais rurais que urbanas.

Ao promover “música local para pessoas locais”, para falar nos termos de Charles Fairchild (2012), as estações locais contribuíram para tornar “a música local mais compreensível e tangível e, portanto, mais aberta e acessível” (Fairchild, 2012: 164). A inscrição de novos artistas de música nos círculos comerciais é, por isso, devedora, em

parte, do papel que estes órgãos tiveram, com a especial capacidade de implicar os próprios ouvintes. Com duas ou três edições diárias, de uma ou duas horas, os programas de discos pedidos deram ao ouvinte a possibilidade de participar nas escolhas musicais de segmentos da programação. Estes programas, que funcionam como uma espécie de *jukebox* e que incluem em alguns casos dedicatórias para outros potenciais ouvintes, tiveram o seu auge na rádio na década de 1930 (Legorburu Hortelano, 2008: 131), mas voltaram a ser um êxito nos anos 1980 e 1990 nas emissoras locais. Para além de animarem períodos específicos da programação das estações, serviam também como uma espécie de barómetro das expectativas e dos gostos da audiência, regulando o estilo musical da emissora.

O apelo à participação dos ouvintes por telefone não se restringe, no entanto, a escolhas musicais. Também os passatempos e pequenos concursos, que nasceram nos meios audiovisuais a partir da rádio, foram uma fórmula mágica para as emissoras locais. Por vezes atribuindo como prémio bilhetes para atividades culturais, este tipo de programas é ainda hoje, embora menos do que no passado, um estímulo à efetiva relação dos animadores com os ouvintes. Por outro lado, o sentimento de proximidade relativamente às rádios locais e o reconhecimento de um certo poder representado por estes órgãos fez com que, em situações de perigo, os telefonemas de pedido de auxílio para os bombeiros ou para a polícia fossem acompanhados de telefonemas para a rádio. Em direto ou em *off*, a prestação de informações, a denúncia de um facto ou de uma situação, o relato de casos pessoais e a conversa com os animadores em programas mais intimistas puseram em evidência uma espécie de contrato de confiança que tem tanto de racional quanto de emocional.

As singularidades da programação local – que, durante mais de duas décadas, corresponderam com sucesso ao que as pessoas esperariam de um órgão de comunicação próximo – são hoje desafiadas por um contexto novo, definido pelo acesso generalizado das

pessoas a conteúdos informativos e de entretenimento – exatamente o que não existia quando desabrochou o fenómeno das rádios locais. Na reunião de todos os meios, a Internet, onde “o local coexiste com o global” (Cébrían Herreros, 2007: 236), oferece, ainda que sob formas descaracterizadas porque muito menos sonoras, tanto a informação próxima, como a música de eleição pessoal, como ainda espaços de interação. O trivial e o secundário das notícias da cidade misturam-se no Facebook com as ligações ao resto do mundo; os discos pedem-se como *audio on demand* e a interação oralizada dá lugar à partilha de imagens e palavras avulsas nas redes sociais. Embora as necessidades de socialização sejam mais ou menos as mesmas a que as rádios locais procuraram responder, as respostas da Internet e das novas tecnologias de modo mais genérico reclamam uma capacidade de reinvenção que não tem sido fácil desenvolver.

A INSOLVÊNCIA DO AMADORISMO E DO MODELO ECONÓMICO

Embora muitos operadores locais tenham iniciado a atividade de radiodifusão com quadros profissionais de dimensão razoável, muitos dos projetos que deram lugar às três centenas de frequências licenciadas em 1989 nasceram no contexto de um grande amadorismo relativamente à comunicação social. Neste domínio, poderá hoje reconhecer-se que uma das condições que tornaram os projetos de radiodifusão local fascinantes é, ao mesmo tempo, uma das razões da sua insustentabilidade técnica. Nos sótãos, nas garagens ou nas lojas de edifícios comerciais onde se instalaram, as emissoras locais são desde o início produzidas por grupos profissionais restritos, frequentemente auxiliados por colaboradores sem formação específica, muitas vezes sem vínculo formal à empresa. De acordo com um estudo realizado pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social, o setor da radiodifusão local “caracteriza-se pela existência de colaboradores voluntários que por gosto ou por *hobbie* fazem animação de rádio sem qualquer contrapartida remuneratória” (ERC, 2009:

136). É a estes colaboradores, que vão à rádio fazer um ou outro programa, que muitas rádios deverão a possibilidade de emitir 24 horas por dia. Sem esse contributo e sem recurso a modos de emissão automática, algumas não teriam condições para assegurar uma emissão integral.

O movimento das rádios piratas despertou em muitas pessoas uma vontade de experimentar e de fazer rádio. Com motivações que nem sempre passaram por fazer da locução de rádio uma profissão, muitos animadores que compuseram o quadro de vozes das emissoras locais nunca chegaram a desenvolver carreira nos média. Outros profissionalizaram-se, alguns mesmo com o intuito de procurar melhores oportunidades em meios de âmbito nacional. Salvo algumas exceções, as rádios locais portuguesas empregam núcleos muito pequenos de trabalhadores, entre jornalistas, animadores, comerciais, técnicos e administrativos. Poucas integram profissionais especializados em publicidade, embora muitas façam inclusive produção de *spots* publicitários (de pequenos anunciantes sem capacidade de recurso a agências de publicidade e meios).

Em 1989, quando se iniciaram as emissões legais das estações locais, a formação universitária em Portugal tinha apenas uma década, tendo os primeiros licenciados chegado ao mercado de trabalho em 1984. Não havia, no país, profissionais com formação superior em número suficiente para preencher as potenciais vagas existentes nas empresas. O recurso a quadros de pessoal mais ou menos amadores não teve, no entanto, como razão única a insuficiente disponibilidade de profissionais credenciados. Estava na natureza das rádios locais esse carácter exploratório e experimental, essa descoberta de novas vozes e essa índole propensa a uma certa informalidade. Nalguns casos pouco estáveis, estes quadros de animadores e jornalistas puseram em evidência o entusiasmo suscitado pela multiplicação de antenas. Com frequência, as memórias dos primeiros anos destes operadores são retratadas pelo espírito inovador e por uma

certa excitação de que hoje já quase não se encontra equivalente. Com poucos recursos técnicos, em instalações por vezes exíguas, os novos radialistas da década de 1980 formaram-se especialmente diante do microfone e graças a cursos especializados oferecidos pelo Cenjor (Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas), que, tendo sido criado em 1987, é praticamente contemporâneo da radiodifusão local legal, e pelas associações do setor, a Associação Portuguesa de Radiodifusão, criada em 1987 como Instituto das Rádios Locais, e a Associação de Rádios de Inspiração Cristã, que apareceu em 1991.

O lado romântico das rádios locais descreve-se pelas circunstâncias em que foram criadas e pelo contexto social, político e cultural que as encorajou, mas também pela dedicação, assalariada ou não, das pessoas que as sonharam e lhe foram dando existência ao longo dos anos. Com uma organização interna de complexidade variável, por relação à dimensão das empresas, as funções dentro das rádios locais são pouco propícias à especialização, quer em termos de programação quer em termos de informação. Se a versatilidade dos profissionais foi uma das condições de existência para estas emissoras, hoje a ausência de competências especializadas pode ser um dos fatores da perda de distintividade num panorama mediático ampliado e de acesso global.

Do ponto de vista da propriedade, as rádios locais criadas em 1989 apareceram sob a forma de pequenas empresas ou cooperativas, normalmente originárias do meio onde se vieram a instalar. Assente maioritariamente na angariação de publicidade, o modelo de negócio destas empresas esbarrou desde cedo com o problema da dimensão do país. Com um mercado estreito para sustentar a concentração de emissoras verificada em alguns municípios ou conjuntos de municípios, as rádios locais deram sinal de fragilidades económicas logo desde os primeiros anos da década de 1990. Como explica Sandra Marinho, o licenciamento das rádios locais deu lugar

a um novo problema, o da sua colonização por emissores mais fortes (Marinho, 2000: 100). A revisão do quadro de regulação do setor legitimou sucessivas alterações na paisagem de radiodifusão desenhada em 1989. Seguiram-se processos de alteração de propriedade, com o encerramento de algumas estações e a associação de outras.

No estudo em que faz a radiografia da radiodifusão local em Portugal, publicado em 2009, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social revela que 82% das 189 rádios consideradas no retrato da caracterização económico-financeira têm faturação inferior a 200.000 € e custos de pessoal que representam praticamente metade do orçamento (ERC, 2009: 116-125). Este estudo demonstra ainda que “o preço médio de um anúncio transmitido por uma rádio de âmbito local é de 15 euros”, que pode ser reduzido para seis euros na aplicação de uma taxa de desconto de 60%, contra os 198 euros de preço médio numa rádio de âmbito nacional, que pode ser reduzido para 40 euros, em função da aplicação de descontos na ordem dos 80% (ERC, 2009: 126).

Numa altura em que o investimento publicitário na radiodifusão hertziana tende a decrescer (ERC, 2009: 150), aumentam as dificuldades dos pequenos operadores que se veem obrigados a acordos de alienação parcial ou total das frequências a grupos económicos de maior dimensão. Ainda que do ponto de vista legal se possa continuar a contabilizar estas frequências como locais, várias dezenas de estações locais têm alterado os seus projetos iniciais, transformando-se em repetidores de sinal de outras rádios. Com prejuízo para a produção de conteúdos de enfoque local e consequentemente para a atração de anunciantes, a colonização das frequências locais, que já havia começado na década de 1990, transformou-se nos últimos anos numa ameaça para o sentido do local. O investigador britânico Guy Starkey explica que “a diminuição do sentido de local [*localness*] está a ocorrer de várias maneiras, mas na essência pode ser racionalizada no facto de estações de rádio comerciais de propriedade local,

de origem local e de gestão local estarem a cair no controlo de grupos nacionais e até internacionais de média, que colocam em situação de desvantagem as comunidades” (Starkey, 2011b: 156). É isso que segundo o autor pode ditar a “morte antecipada” da radiodifusão de proximidade, sendo que “a regulação da propriedade e do conteúdo, bem como a prestação de apoio financeiro poderiam ser essenciais para evitar que a rádio local se tornasse global” (Starkey, 2011b: 172).

Como reconhece Pedro Portela, “a rádio hertziana assumiu como preocupação a comunicação dirigida às comunidades locais” (2011: 63). Ao fim de 25 anos de radiodifusão de proximidade em regime legal, os valores inerentes ao desejo de dar expressão a comunidades locais continuam atuais. Com a profusão da Internet, também a rádio se vê desafiada por imperativos globalizantes, que não apagam, no entanto, a necessidade de conjugar o local com o distante que se faz próximo graças às redes de comunicação sem fronteiras. A história das rádios locais é sobre este ponto uma lição que se desperdiçará se, em termos de regulação e de inovação, da sua insustentabilidade comercial não se encontrarem novas vias para a reabilitação dos sons locais no espaço público. O modelo de radiodifusão comunitária, para que a Lei nº 54/2010 só muito ligeiramente dá abertura e um sistema de financiamento baseado em regimes de *crowdfunding* são, quiçá, possibilidades a explorar com esperança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bonixe, L. (2006). As rádios locais em Portugal: uma análise do discurso jornalístico. *Comunicação & Cultura*, 1, 157-169.
- Cavalier, P. & Morel-Maroger, O. (2005). *La radio*. Paris: PUF.
- Cébrian Herreros, M. (2007). *Modelos de radio, desarrollos e innovaciones. Del diálogo y participación a la interactividad*. Barcelona: Editorial Fragua.
- Crisell, A. (2005). Local radio: attuned to the times or filling time with tunes?. In B. Franklin & D. Murphy (Eds.), *Making the local news: local journalism in context* (pp. 22-33). New York: Routledge.

- ERC (2009). *Caracterização do Sector da Radiodifusão Local*. Lisboa: ERC
- Fairchild, C. (2012). *Music, radio and the public sphere. The aesthetics of democracy*. New York: Palgrave Macmillan.
- Legorburu Hortelano, J. M. (2008). Programas de participación de la audiencia. In M. Alcudia Borreguero (Eds.), *Nuevas perspectivas sobre los géneros radiofónicos* (pp. 123-139). Barcelona: Editorial Fragua.
- Marinho, S (2000). Um percurso da rádio em Portugal. In M. Pinto (Ed.), *A comunicação e os média em Portugal, 1995-1999: cronologia e leitura de tendencias*. Braga: Instituto de Ciências Sociais/Universidade do Minho.
- Portela, P. (2011). *A rádio na Internet em Portugal. A abertura à participação num meio em mudança*. Ribeirão: Húmus
- Starkey, G. (2011a). *Local radio, going global*. London: Palgrave Macmillan.
- Starkey, G. (2011b). “Directo e local nunca mais? As comunidades de ouvintes e as tendencias de globalização na propriedade e produção de rádios locais. *Revista Comunicação e Sociedade*, 20, 157-172.

RÁDIOS LOCAIS E INTERNET: QUEM NOS MOSTRA O CAMINHO?

LUÍS ANTÓNIO SANTOS

lsantos@ics.uminho.pt

Numa das mais icónicas fotografias do final de 2014 o Papa Francisco surge desfocado e parcialmente encoberto por duas ou três mãos segurando dispositivos móveis que registam o momento. Não vemos o Papa, apesar de estarmos na sua presença, mas sugere-se, por via do enquadramento escolhido, que isso não será o mais importante. É uma foto desafiadora, porque parece dizer que vivemos cada vez mais seguros no conforto higienizado que se alcança à margem da experiência sensorial direta e é uma foto indiscutível porque captura esse universo em que o sentir se canaliza cada vez mais por via de aparelhos digitais integrantes do nosso espaço vital. Não se tratando de uma novidade, em sentido estrito, até porque se reconhecem aqui pistas de uma discussão com circularidades necessariamente infundáveis em torno das narrativas sobre o real desde o início da organização humana em sociedade, o facto é que a disseminação de aparatos e ferramentas de captura-edição-publicação erodiu a maioria dos processos verticalizados e lhes acrescentou – pelo menos isso – algumas camadas mais ou menos horizontalizadas de interações que se estendem em redes de congruência não linear. O volume, a produção capilar tendencialmente aleatória dessas (re)criações e a sua reprodução acelerada (medida agora quase apenas em derivações do instantâneo) combinam-se de tal forma que abrem caminho a leituras propondo não apenas reequacionamentos do encontro do Humano com o Real mas, sobretudo, reformulações da percepção sobre o poder e presença relativos dos média na nossa vida.

A propósito deste segundo ponto, em particular, encontramos com frequência discursos e elaborações sobre o fim/início de paradigmas, apresentando-se de forma genérica os processos de digitalização e a Web como forças motoras dessa mudança. São, em muitos casos, discursos que partilham o mesmo chão comum binário de outras narrativas mitológicas (bem vs. mal, grande vs. pequeno, empreendedor vs. estagnado) e, como tal, aparentam estar para além dos limites do território das previsões; o seu apelo reside, em grande medida, no facto de “apresentarem simples e convincentes explicações sobre o mundo” (Schoenbach, 2001: 362). As elaborações sobre o magnífico mundo dos novos média emergiram de ideias ancoradas em noções de oferta-procura – se a tecnologia permite que algo se faça, certamente far-se-á; se os conteúdos estão ao nosso dispor através de interfaces diferenciados vamos querer aceder a eles; se a interação é uma possibilidade vamos querer interagir (Schoenbach, 2001: 367-368) – e em conjunto com leituras no lado oposto do espectro (‘qualquer novo espaço de mediação comunicacional é perigoso’) ajudaram a definir, “com extrapolações quase utópicas” (Wellman, 2004:124), as fronteiras de um debate ainda longe de encerrado.

Estes textos – que, “embebedos em linguajar tecnológico, funcionam como uma espécie de língua franca, adiantando pronunciamentos em tom de verdades absolutas que não admitem discussão” (Mattelart, 2002:592) – partilham duas perceções inter-relacionadas que lhe aportam uma dose de fragilidade: a) o uso de novas formas e dispositivos de comunicação é maioritariamente benigno e ‘alteração’ é entendido quase sempre como sinónimo de ‘melhoramento’; b) a Web abre caminho à correção de desequilíbrios crónicos, agindo como promotora de maior nivelamento em termos sociais, políticos e económicos (reduz a distância entre antigos produtores e consumidores de conhecimento, bens e serviços, entre os que tinham acesso exclusivo ao espaço público e os que pertenciam à ‘massa de

observadores' e entre os que exercem funções com poder político e os que por eles são representados).

Significativamente, apesar de a Web carregar consigo a responsabilidade por tão profundas alterações ela é, em paralelo, apresentada como uma espécie de instrumento cirúrgico, que não deixa qualquer rasto de presença. É como se se tratasse, de facto, de uma ferramenta 'desinfetada' (inodora, incolor e insípida) posta à disposição dos indivíduos – todos com as mesmas condições de acesso, oportunidade e conhecimento pré-adquirido – para que se constituam como participantes plenos em comunidades de interesses partilhados.

O utilizador é, por arrastamento, entendido também ele como uma espécie de 'página em branco'; apesar de posto perante tão vasto leque de alterações positivas na vida, não se adiantam grandes considerações sobre o seu conjunto específico de competências, o seu desejo ou vontade de adotar esta ou aquela tecnologias ou a sua ansiedade face à inovação. Nas palavras de Boiarsky: "temos estado a perguntar se os média alteram as nossas capacidades mentais; deveríamos, em vez disso, estar a perguntar como é que as nossas capacidades mentais afectam a forma como usamos os média" (Boiarsky, 1997: 110).

Uma última fragilidade é detetada na ausência de um sentido de historicidade; as transformações do presente são com frequência apresentadas como ocorrendo por via de dispositivos inócuos operados por utilizadores sem traços distintivos e sem (ou quase sem) interferência de estruturas, discursos ou processos sociais do passado. Há, nesta opção, uma tentativa de fuga a uma das características sinalizadoras de humanidade – o ímpeto para observar o novo por contraste, em diálogo ou como resultado do passado; "a nossa tendência natural para pôr vinho velho em garrafas novas" (Landow, 2003: 36) – que retira densidade às análises. É precisamente porque "as continuidades não são mais relevantes do que as descontinuidades ou vice-versa" (Sousa, 2006: 376) que se impõem leituras histórica e temporalmente enquadradas.

Diz-nos Mattelart:

O discurso que acompanha a sociedade da informação promoveu a ideia de tábua rasa ao patamar de princípio. Tudo pode ser considerado obsoleto. O determinismo tecnó-mercantil deu corpo a uma modernidade amnésica, esvaziada de projeto social. A comunicação sem fim e sem limites está a ser promovida como herdeira do progresso sem fim e sem limites. Na ausência de memória, assistimos ao regresso em força da escatologia, com conotações religiosas retiradas de profecias sobre o advento da noosfera. A noção de ‘complexidade’ foi ela própria pervertida e transformada num álibi. A crescente complicação da sociedade contemporânea dissolve-se em explicações simples (Mattelart, 2003: 159).

Diga-se, em todo o caso, que apesar das falhas induzidas pela simplificação, estas leituras aportam, ainda assim, algumas virtudes: a) funcionam como sinais avançados de aviso, aproximando-nos de áreas onde a transformação está a ocorrer; b) enfatizam, e bem, o papel determinante de um conjunto de desenvolvimentos tecnológicos que concorrem para fazer dos ambientes digitais um espaço de estar social; c) dão destaque a alterações em relações de poder – entre produtor e consumidor, entre cidadão e Estado, entre indivíduos e modos e estruturas de organização social pré-existent.

A Web e os espaços virtuais que dela emanam por via de uma crescente integração de indivíduos em redes permanentes de troca de informação estará tão longe de ser um espaço de virtudes benignas como de ser o seu oposto. Sendo “um sistema que tende a ser tão complexo como a sociedade da qual se diz ser uma cópia virtual” (Flichy, 2002: 147) ela transporta do passado a relação moderna sujeito/objeto, incorporando som, texto e imagem para distribuição por tecnologia ‘push’ mas transgride os limites dos modelos de comunicação existentes ao permitir a comunicação de muitos para muitos, ao permitir a receção, alteração e redistribuição de objetos culturais, ao deslocalizar as ações comunicativas dos limites territoriais da nação, ao permitir o contacto global

instantâneo, ao inserir o sujeito numa rede (Poster, 1999: 15-16). Haverá, assim, portanto, na interseção do novo com o pré-existente um espaço em que persistirão ‘velhos impulsos’, como lhes chama McQuail, que são determinantes para perceber qual deve ser o seu posicionamento no futuro próximo: o reconhecimento de que os média são detentores de poder – com a capacidade de alcançar benefícios coletivos mas também de causar danos pessoais e públicos – a necessidade de prestarem contas pela sua atuação em sociedade, a relevância da defesa de valores como a liberdade e a confidencialidade, a proteção da cultura, da língua e da identidade (2015: 15).

O DESAFIO PARA A RÁDIO

Sobrevivente a já vários anúncios antecipados da sua morte, a rádio enfrenta agora o desafio de encontrar para si um novo espaço num ecossistema mediático que se encontra, todo ele, em fluxo. Importa, em todo o caso, assinalar que a digitalização de métodos, formatos, produção e transmissão de conteúdos – expandida pelo aparecimento da Web – não estão na origem de uma crise. Com efeito, “o seu tradicional modo de se fazer presente no dia-a-dia dos ouvintes estava já posto em causa mesmo antes da chegada em força da internet” (Portela, 2015: 87). Um grau de esvaziamento/empobrecimento da oferta da rádio – pelo menos nas sociedades ocidentais, marcadas por uma crescente “financiarização” da gestão das empresas mediáticas (Almiron, 2010) e por uma subsequente mercantilização da oferta – precede a explosão da internet, embora não se tenham percebido grandes impulsos para a mudança uma vez que, “a curto prazo, (o modelo de programação) continua a ser rentável” (Martinez-Costa, 2004: 11).

Esta rádio que, progressivamente, de forma mais acentuada a partir da última década do século passado, foi aumentando o tempo de antena da publicidade, foi dando menos espaço à informação e foi reduzindo os custos com programação de autor (substituindo-a

por ‘vozes’ que aparecem em segmentos cada vez mais longos e uniformes), cedeu a terceiros o controle da sua linguagem e expressividade: “A rádio tornou-se cada vez mais barata (...) mas um pouco mais desinteressante” (Meneses, 2010: 12).

Empobrecida e embaratecida, a rádio viu-se – sobretudo depois da expansão da oferta de canais TV por cabo (que, em Portugal, aconteceu a partir dos últimos anos do século passado) – confrontada com uma rutura num modelo de negócio em que a ‘proposta de valor’ tinha por base, em grande medida, algo que não lhe pertencia (a música, alinhada em *playlists* adaptadas aos interesses das editoras). Baixar o preço da ‘proposta de valor’ – a única opção viável para enfrentar a concorrência nesse modelo – configurou-se, a cada ano que passou, num passo mais numa espiral descendente de qualidade e relevância social do meio.

Poder-se-á, em todo o caso, argumentar que se aliarmos a algumas das suas características mais fundamentais – como a imediatividade, o baixo custo, ou a mobilidade, por exemplo – um passado em que se percebe uma rápida e bem sucedida ameaça que foi o aparecimento da televisão há razão para encarar o futuro com moderado otimismo. A rádio já viu a mudança radical pela frente e tem em si uma ‘codificação mutante’ bem mais apta do que outros meios, dir-se-á.

Num estudo muito abrangente e bem fundamentado dos desafios que a rádio, enquanto meio, enfrenta no presente, Pedro Portela aponta o conjunto de novos serviços áudio (que invadem o seu ‘território’ sonoro), a proliferação de dispositivos de consumo, produção e reprodução (móveis, de baixo custo, de utilização simples e intuitiva), os efeitos da circulação global acelerada da informação, as novas formas de relacionamento interpessoal/de grupo em rede e ainda aspetos (só) aparentemente menos decisivos como a modificação da relação da rádio com a temporalidade, a diversidade de novas formas de disponibilização de conteúdos que parecem ser exigidas às rádios e a modificação estética que a digitalização traz à linguagem sonora (2015: 95-139).

Não cabendo no âmbito deste trabalho detalhar cada um destes desafios valerá a pena salientar que muitos deles se desenvolvem à margem de enquadramentos legais próprios ou, nalguns casos pelo menos, com a vantagem competitiva de não estarem espartilhados pelo aparato legislativo que condiciona a atividade radiofónica tradicional. Há, portanto, se quisermos, esse outro desafio, que acompanha em paralelo os demais: o de a rádio se encontrar na inusitada situação de já não ser o ‘jogador mais ágil’ em campo.

Valerá ainda a pena assinalar que todos eles são muito mais do que irrupções momentâneas que, a dado passo, esmorecerão em sossego controlado. A rádio precisará não apenas de enfrentar as demandas impostas por estes desenvolvimentos mas também de se ‘habituar a ser’ em conjunto com elas. E, por isso mesmo, mais do que uma alteração de procedimentos pontuais, de grelhas de programação, ou de opções de interação/partilha de conteúdos disponíveis, a rádio precisará de fazer, em paralelo, dois movimentos, “o de expansão e o de redefinição de foco” (Portela, 2015: 95), que implicam o abandono de muitas das ‘percepções de partida’ para o meio e que obrigam a uma reflexão profunda (e, de certa forma, re-fundadora), sobre a sua “configuração social e contexto de uso” (Livingstone, 1999: 60).

A alteração da relação com o tempo, por exemplo, é uma das áreas em que se percebe com mais clareza a necessidade de mudança profunda no edifício de conceitos e formalizações em torno da pergunta: ‘o que é a rádio?’. O ciclo de produção 24/7, a segmentação dos blocos de emissão em múltiplos de horas completas, o sinal horário (associado ao ‘tempo da informação’), a centralidade do ‘direto’, são indicadores da muito estreita relação que a rádio foi desenvolvendo com uma leitura cadenciada da temporalidade. Essa cadência, marcada pela rádio em nosso nome tornou-se, também, ao longo de décadas, numa presença quase naturalizada na segmentação da experiência diária dos ouvintes (que, sendo pessoal e íntima

era, também, pela tonalidade massificadora do meio, comunitária). Embora a experiência da realidade sonora seja, no presente, independentemente das plataformas e dispositivos de chegada, ainda muito marcada pela personalização, ela é, cada vez mais, apenas episodicamente comunitária. A temporalidade linear já não vive sozinha: “não tem um tempo único, como antigamente, mas múltiplos tempos, uma profusão de horários, tendencialmente tantos quantos os ouvintes e os seus estados de alma” (Reis, 2011: 13).

RÁDIOS LOCAIS DE OLHOS NO FUTURO

Um relatório recentemente produzido pelo norte-americano, Pew Research Center, sob o título genérico *A Vida Digital em 2025*, começa com a seguinte afirmação: “a Internet vai ser como a eletricidade – menos visível mas, no melhor e no pior, cada vez mais entranhada na vida das pessoas” (Anderson & Rainie, 2014: 1).

Se os desafios já mencionados para a generalidade da rádio precisam, com graus diferenciados de intensidade, de ser absorvidos também pelas rádios locais, a eles deverão ser acrescentados outros – os que resultam das previsões de alargamento da presença das tecnologias interconectadas em tempo real na nossa vida. O mesmo estudo adianta que a proliferação de sensores ‘inteligentes’, câmaras, *software* e centros de recolha e tratamento de dados (já não apenas os que o indivíduo, de forma pontual, decide partilhar mas sobretudo todos os que, sobre ele, de forma indireta, são enviados por dispositivos diversos como o automóvel, o frigorífico, os aparelhos recetores de áudio e vídeo ou até mesmo os quadros elétricos da residência), criará um novo ambiente de rede invisível e imersivo. Nesse ambiente ganharão particularmente relevo novas dinâmicas de catalogação (*tagging*) e de processamento (mapeamentos analíticos) não apenas do mundo físico mas também dos universos cruzados de relacionamentos sociais e coexistirão os fluxos de comunicação tradicionais com os resultantes de interações de ‘realidade

aumentada' com o mundo através da adoção de tecnologias portáteis, usadas em vestuário ou até implantadas no corpo (Anderson & Rainie, 2014: 5).

Se olharmos com o distanciamento que o tempo já nos permite para o processo de implementação de rádios locais em Portugal, verificamos que ficou muito mais marcado por uma certa leitura política sobre a melhor configuração de um novo espaço mediático do que pelas irrupções de irreverência criativa trazidas do evento gigante que a precedeu, a explosão de rádios piratas. Assinale-se que sensivelmente no mesmo espaço de tempo – o de domínio da vida política nacional por um partido (e um líder) ideologicamente moldado por uma afeição à gestão de Margaret Thatcher no Reino Unido e à sua visão minimalista da presença do Estado na vida pública – foram privatizados grandes jornais nacionais (que haviam sido nacionalizados na sequência da mudança de regime depois de 1974), foi despoletado o processo de criação de uma rede de rádios locais e foi ainda aberto o espectro televisivo à iniciativa privada. Em todas estas medidas se encontra um mesmo fundamento – deve ser o mercado, e não o Estado, a ditar o funcionamento dos média e deve ser com base nas regras genéricas de gestão de um negócio que as empresas são criadas e mantidas. Se, no caso da privatização de grandes jornais ou no caso da criação de canais televisivos de expansão nacional se aceita a necessidade de conformidade com o mais comum padrão de funcionamento de cada sector em sociedades democráticas, o mesmo já não se poderá dizer sobre a opção feita para o espaço radiofónico. A verdade é que, aqui, inúmeras experiências internacionais de criação de condições para a coexistência de vários modelos de funcionamento e financiamento, poderiam ter sugerido ao poder político de então um caminho alternativo (e a experiência britânica até poderia ser uma das fontes inspiradoras). O modelo de rádio comunitária (de que se fala noutro momento neste volume) – que na América Latina assume a designação corrente de

rádio popular ou comunitária, que em África é por vezes apresentada como rádio rural e que nalguns países europeus assume a designação de rádio livre ou associativa – poderia ter sido uma das opções consideradas na altura sendo que, para isso, importaria criar tanto o enquadramento legal necessário como as condições facilitadoras do seu aparecimento a nível local. Não foi o que aconteceu e, no fundo, todas as rádios – pequenas e muito pequenas – foram forçadas a seguir um modelo de organização e de financiamento muito semelhante ao das rádios nacionais estando, além disso, obrigadas a conformidades legais quase tão exigentes. Ora a escala – e neste modelo de gestão ela é especialmente relevante – nunca (salvo raras exceções) foi suficiente para garantir o saudável funcionamento de uma empresa cumpridora de todas as suas obrigações.

Neste que é um momento de necessária reflexão em torno do que (não) temos e em que se impõe uma ‘reformulação de sentido’ para as rádios locais em Portugal talvez importasse dar um primeiro passo para enfrentar os desafios do digital, recentrando a missão, objetivos e modelo de negócio de um número substancial de projetos à volta de ideias mais próximas das de um meio de comunicação comunitário. Isso implicaria alterar o foco de atenção da programação (dependendo muito mais de informação local e de espaços de intervenção da comunidade), alterar o tipo de propriedade e controle (partilhada por associações ou organizações locais), dar mais espaço a não profissionais, e implementar um modelo de negócio abertamente não comercial (dependente de patrocínios, publicidade local e subsídios contratualizados com entidades oficiais) (Jankowski, 2002: 7-8).

Uma rádio local de pendor comunitário teria ferramentas para acompanhar os desafios acima expostos por uma série de fatores:

1. A possibilidade de afastamento de uma programação orientada para o lucro abre caminho a uma lógica orientada para o serviço à comunidade. Não será, no enquadramento complexo do futuro próximo, um entendimento de serviço

como ‘algo que nós fazemos para vocês’ mas antes uma releitura do conceito à luz de um tríptico de intencionalidades: envolvimento, colaboração e filiação (Jarvis, 2014). A ideia de filiação é, das três, a menos comum e poderia – à semelhança do que já foi experimentado noutros média (nomeadamente em Inglaterra e em Espanha) – cumprir duas funções: a de ativar a ligação das pessoas à rádio (ser ‘membro’ é bem diferente de ser ‘ouvinte’) e a de garantir meios financeiros adicionais;

2. Liberta do modelo de negócio ‘tradicional’ e com uma estrutura de custos potencialmente partilhada, uma rádio local poderia envolver-se em microiniciativas para alargar o seu rendimento, como a preparação de trabalhos temáticos (em parceria com associações locais, escolas ou grupos), a organização de eventos ou a participação em projetos colaborativos;
3. O abandono de modelos de programação fustigados pela erosão do tempo e debilitados pelo carácter soporífero da replicação poderia trazer de volta às rádios locais o espaço de manobra suficiente para sedimentar, de formas distintas e em conformidade com entornos específicos, uma marca sonora específica, capaz de, em simultâneo, responder aos interesses dos seus destinatários e de envolve-los mais na produção. Neste presente atribulado e incerto, marcado por paisagens sonoras polirítmicas (Cook, 2014: 60) concentrar a atenção em produções mais personalizadas e com sonoplastia mais cuidada poderia ser um dos caminhos para reganhar um espaço autónomo (Portela, 2015: 129-130);
4. Uma programação mais tematicamente orientada pode ser adaptada a temporalidades de consumo distintas e disponibilizada em vários suportes. Pode, ainda, ser reformatada para se adaptar aos interesses de comunidades culturalmente próximas embora geograficamente distantes. A mobilidade

precisa de ser pensada a partir dos usos (e não da oferta ou dos dispositivos) e uma rádio local tem condições para determinar isso com mais precisão – conhecendo bem os seus ‘membros’ saberá melhor o que lhes disponibilizar e em que plataformas;

5. Um entendimento da presença em espaços sociais na Web não apenas como repositórios de conteúdos já preparados mas também como área de discussão de propostas, de ideias de trabalho, de convites à presença e ajuda funcionaria de forma mais eficaz em grupos restritos com vinculações mais fortes (Rosen, 2014). Percebemos, nestas sugestões, que uma rádio local não precisa de continuar a ser, no novo ecossistema mediático de geometrias em permanente variação, uma espécie de cópia desbotada do que é oferecido pelas empresas de expansão nacional. Precisa, em todo o caso, de se adaptar a um universo em que a centralidade é transferida para o ouvinte/membro da comunidade e em que a rádio já só vai conseguir conquistar atenção pela relevância do conteúdo e pela forma como gerir, em permanência, a relação.

CONCLUSÃO

Uma leitura particular da ‘linha do tempo’ da Humanidade apresenta-nos um passado ‘oral’ (algo mágico) como tendo precedido um presente ‘letrado’ (mais racional). Nesse entendimento, em que uma cultura do escutar deu lugar a uma cultura visual, a primeira é percebida como mais supersticiosa, mais próxima do rumor (‘Quem conta um conto acrescenta um ponto’) e de uma postura passiva e a segunda é entendida como mais abrangente e fiável (Hendy, 2013: xiii)

Esta é uma leitura incompleta e imprecisa – diz-nos Hendy – uma vez que o subestimar desse universo mágico que emana do sonoro é, de certa forma, uma negação da relevância da resposta emocional ao que nos rodeia.

A rádio que temos e que, gradualmente, parece ter-se acomodado a oferecer cada vez menos distinção (no ambiente sonoro mas, de forma genérica, em todos os conteúdos que produz) aos ouvintes encontra-se agora perante uma série de desafios ligados à digitalização de processos (de produção, distribuição e receção) demonstrando alguma dificuldade em perceber qual a estratégia a adotar. Há, naturalmente, exemplos de rádios que não estão já nesse patamar mas são, em todo o caso, uma minoria.

Para as rádios locais o problema agudiza-se porque um dispositivo legislativo demasiado pesado e um modelo de negócio pouco flexível e muito pouco adaptado à escala micro dos projetos ajudou a cimentar uma situação de fragilidade. Uma resposta adequada (e na justa medida das especificidades de cada uma) só pode ser produzida se, em conjunto, se alterarem os contextos de funcionamento. A adoção de um posicionamento mais próximo do de uma rádio comunitária pode, em simultâneo, trazer às rádios locais uma oportunidade de reafirmação de uma marca sonora distinta e de reaproximação a audiências cultural e emocionalmente próximas. Num tempo de estridências, a diferença pode estar no contexto e não no conteúdo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almirón, N. (2010). *Journalism in crisis. Corporate media and financialization*. Cresskill, NJ: Hampton Press.
- Anderson, J. & Lee R. (2014). *Digital life in 2025*. Pew Reserach Center.
- Boiarsky, G. (1997). The psychology of new media: technologies lessons from the past. *Convergence*, 3(3), 109-126.
- Cook, J. (2014). Listening for listeners – the work of arranging how listening will occur in cultures of recorded sound. In V. Nightingale (Ed.), *The Handbook of Media Audiences* (pp. 41-61). Oxford: John Wiley & Sons.
- Flichy, P. (2002). New media history. In L. Lievrouw & S. Livingstone (Eds.), *The handbook of new media* (pp. 136-150). London: Sage.

- Hendy, D. (2013). *Noise – A human history of sound and listening*. London. Profile Books.
- Hesmondalgh, D. (2007). *The Cultural Industries*. London. Sage.
- Horvath, R. (2014). *Sobre La radio*. E-book. Acedido em <http://helpbookhn.blogspot.pt/2014/10/sobre-la-radio-ricardo-horvath-pdf.html>
- Jankowski, N. W. (Ed.) (2002). *Community media in the information age – perspectives and prospects*. Cresskill-NJ: Hampton Press.
- Jarvis, J. (2014.12.16). *Engagement, collaboration and membership*. In *Geeks Bearing Gifts series – Medium*. Acedido em <https://medium.com/geeks-bearing-gifts/engagement-collaboration-and-membership-9a2248e2d77b>).
- Mariotti, S. L. (2013). Adorno on the radio: democratic leadership as democratic pedagogy. *Political Theory*, XX (X), 1-28.
- Landow, G. (2003). The paradigm is more importa than the purchase - Educational innovation and hypertext theory. In G. Liestol, A. Morrison & T. Rasmussen (Eds.), *Digital media revisited - theoretical and conceptual innovations in digital domains* (pp. 35-64). Cambridge, MA: MIT Press.
- Livingstone, S. (1999). New media, new audiences?. *New Media & Society*, 1 (1), 59-66.
- Martínez-Costa, M. d. P. (2004). La radio digital en Europa: Perspectivas y evolución. *Quaderns del CAC*, 18, 3-12.
- Mattelart, A. (2003). *The information society - An introduction*. London: Sage.
- McQuail, D. (2015). The early origins of a crisis of our times. In J. Trappel, J. Steemers & B. Thomass (Eds.), *European Media in Crisis – Values, Risks and Policies*. London. Routledge (no prelo).
- Meneses, J. P. (2010). A rádio em crise antes da crise provocada pela Internet. *Observatório (OBS*)*, 4 (1), 1- 24.
- Portela, P. (2015). *A voz do utilizador na mediamorfose da rádio*. Tese de Doutoramento. Universidade do Minho. Braga. Portugal.
- Poster, M. (1999). Underdetermination. *New Media & Society*, 1 (1), 12-17.

- Quandt, T. (2012). What's left of trust in a network society? An evolutionary model and critical discussion of trust and societal communication. *European Journal of Communication*, 27 (7), 7-21.
- Reis, C. (2010). Os impactos da digitalização na propaganda radiofônica. In A. F. Magnoni & J. M. Carvalho (Eds.), *O novo rádio: cenários da radiodifusão na era digital* (pp. 257-271). São Paulo: Senac.
- Reis, I. (2011). A reconfiguração da temporalidade da rádio na era da Internet. *Revista Comunicação e Sociedade*, 20, 13-28.
- Rosen, J. (2014.11.09). "How to be literate in what's changing journalism". In *Pressthink*. Acedido em <http://pressthink.org/2014/11/how-to-be-literate-in-whats-changing-journalism/>
- Schoenbach, K. (2001). Myths of media and audiences: Inaugural lecture as professor of general communication science - University of Amsterdam. *European Journal of Communication*, 16 (3), 361-376.
- Sousa, H. (2006). Information technologies, social change and the future: the case of online journalism in Portugal. *European Journal of Communication*, 21 (3), 373-387.
- Waldman, S. (2011). *The information needs of communities – the changing media landscape in a broadband age*. Federal Communications Commission.
- Wellman, B. (2004). The three ages of Internet studies: ten, five and zero years ago. *New Media Society*, 6 (1), 123-129.

RECUPERAR O ESPÍRITO DAS PIRATAS: REFLEXÕES SOBRE RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM PORTUGAL, DO VAZIO LEGAL A UMA PROPOSTA CONCRETA

FÁBIO FONSECA RIBEIRO

fabiofonsecaribeiro@gmail.com

REINVENÇÃO COMUNICATIVA NA RÁDIO EM COMUNIDADE

Apesar de alguns relatos indicarem que a primeira experiência de rádio comunitária surgiu durante uma longa greve de trabalhadores rurais na Bolívia, na década de 40, as referências mais consensuais sobre a origem deste movimento remontam à emergência das rádios livres ou piratas na Europa da década de 70 (Kaplún, 1990). Como fenómeno emergente nesta altura, as rádios piratas assumiram-se como novos espaços de liberdade, uma ‘bricolage radiofónica’ protagonizada por cidadãos revoltados pela concentração do capital simbólico e cultural nos média de grande dimensão (Guattari, 1982). Este carácter inventivo da rádio alargou o “recurso ao microfone aberto” (Bonixé, 2006: 161), iluminando recantos silenciados pelo discurso mediático, com novos atores e novas dinâmicas sociais. Esta ‘rádio participada’ tornou-se popular entre os cidadãos pela necessidade de fuga a comentadores e interesses instalados ou ao sensacionalismo fútil, a partir de “sintonias amigas” (Perona, 2009).

Nesta época, entre as décadas de 60 e 70, as rádios piratas e comunitárias convivem num quadro desregrado de legalidade. Embora a dinâmica comunitária estivesse na origem de ambas, as piratas destacavam-se pela sua vertente de interesse económico moderado, essencial para a gestão quotidiana das suas variadas despesas logísticas e de produção. As rádios comunitárias aproveitaram também o ambiente social e político de intensa contestação

desta altura, no entanto ficaram um pouco longe do protagonismo comumente atribuído às piratas.

Na Europa, a consciência pela legalização de rádios clandestinas começou a ganhar força, devido à multiplicação de experiências neste sentido. O espectro radiofónico teve mesmo de reorganizar-se, dada a confusão de emissoras ao longo da frequência do sinal elétrico. Em Portugal, por exemplo, as rádios foram forçadas a interromper a emissão durante vários meses, nomeadamente entre o final de 1988 e meados de 1989. Com o estatuto legal, vários projetos desapareceram e outros reorganizaram-se de modo a converterem-se em rádios regionais ou locais. No entanto, os esforços regulatórios desprezaram, de um modo geral, o papel das comunitárias, não só pela reduzida ou inexistente expressão destes projetos em vários países, mas também pela ausência de um debate público inclusivo nesta matéria. Acredita-se, porém, que o primeiro país a permitir o funcionamento legal das rádios comunitárias terá sido a Austrália, em 1972¹.

Embora sem qualquer expressão no território nacional, as comunitárias emergem um pouco por todo o mundo como projetos de emancipação comunicativa das comunidades, favorecendo uma programação interativa. Incentivam manifestações culturais e democratizam o poder de comunicar, em emissões FM de raio geográfico reduzido, entre 1 a 5km (Peruzzo, 1998), contribuindo para uma sustentabilidade sociológica (Portela, 2006) essencial para o progresso em áreas como a saúde pública, expressão cultural, justiça ou economia local (WilkinsTufte & Obregon, 2014; Cammaerts, 2009).

A função marcadamente social da rádio comunitária e a sua importância no contexto local valeram-lhe já algum reconhecimento público a nível internacional. A Rádio Favela, no Brasil, foi distinguida

¹ Acedido em <http://www.communityradiotoolkit.net/tag/history-of-community-radio/>

pela ONU como um dos casos de maior impacto neste âmbito, pelo papel na prevenção do tráfico, consumo de drogas e violência nas comunidades onde se insere (Portela, 2006). A Rádio Tajik, no Tadjiquistão, implementa programas de educação rural para agricultores locais em estreita cooperação com a FAO, a Rádio Netherlands emite em oito línguas diferentes, incluindo o Português, através da produção de conteúdos independentes e de um jornalismo que favoreça os aspetos multiculturais (Portela, 2006).

Esta inspiração provou ser decisiva para a emergência definitiva das rádios comunitárias nas décadas de 80 e 90, mas não resolveu divergências quanto a um entendimento legal que regule este tipo de projetos. Os entendimentos regulatórios divergem em vários contextos internacionais. A Europa, por exemplo, reflete isso mesmo: em Portugal e Espanha não existe enquadramento legal, ao contrário da Holanda (desde 1981), Irlanda (1994) ou do Reino Unido, onde a Community Media Association conseguiu sensibilizar a Ofcom (autoridade reguladora dos meios de comunicação do país) para a abertura de um novo período de atribuição de licenças até 2017 (Cammaerts, 2009). No Japão ou na Malásia ainda se aguarda por um diploma legal efetivo, enquanto nos EUA, a National Association of Broadcasters conseguiu abolir recentemente impedimentos burocráticos que colocavam em perigo estes projetos (Evens & Paulussen, 2012).

Como alguns autores sublinham (Cammaerts, 2009; Lewis & Booth, 1998; Fraser & Estrada, 2001), estas disparidades regulatórias relativamente à rádio comunitária decorrem da existência de determinados preconceitos. Aos recursos humanos envolvidos nestes projetos atribuíram-se, por vezes, deficientes conhecimentos de especialização teórica e técnica sobre a forma como se trabalha em rádio e o correspondente domínio das linguagens radiofónicas. Acredita-se também que a implementação deste tipo de projetos requer necessariamente um investimento bastante avultado. Fraser & Estrada (2001) desconstroem esta ideia, referindo que a sociabilidade

evocada na essência das comunitárias também se traduz na organização de um sistema de financiamento partilhado para minimizar impactos de elevados custos.

Um preconceito mais denso encontra-se numa dimensão mais abrangente, que engloba a comunicação enquanto geradora de processos sociais, económicos e culturais. Seguindo Melkote (2001) ou Srampickal (1994), existe um ‘dividendo geográfico’ que, refém de determinadas representações sociais, sugere que o Hemisfério Norte não necessita da comunicação para potenciar o seu desenvolvimento, ao contrário do Hemisfério Sul, tradicionalmente observado como um espaço subdesenvolvido, em várias vertentes da vida pública, ao contrário das nações do norte.

O domínio exclusivo das estações FM na atribuição das licenças traduz-se naturalmente na pouca influência das rádios comunitárias no *lobbying*. Este poder diminuto também se concretiza na existência de um certo preconceito em relação a estes projetos, pensados como lugares propícios a algum anarquismo, que conduzem a uma descredibilização da rádio como meio de comunicação competente na produção sonora com dimensão substantiva para a vida das populações (Cammaerts, 2009).

SILÊNCIOS DA RÁDIO COMUNITÁRIA EM PORTUGAL E AS MÚLTIPLAS VOZES NO CONTEXTO INTERNACIONAL

A implementação de rádios piratas, em Portugal e no estrangeiro, partiu invariavelmente da dinamização de projetos comunicativos criados por cidadãos independentes. Esta organização, entre a montagem do emissor, as condições logísticas e a definição da programação da rádio, cruza-se com o espírito fundador das rádios comunitárias, um traço identitário que permite uma aproximação ontológica entre piratas e comunitárias.

Do ponto de vista formal não existe regulamentação legal das rádios comunitárias em Portugal. A última atualização da Lei da

Rádio nº 54/2010, de 24 de dezembro continuou omissa em relação às rádios comunitárias, pelo que a classificação das rádios, quanto à área de cobertura geográfica FM, se resume meramente a critérios como internacional, nacional, regional ou local. Segundo dados do Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS), em 2007 existiam 347 rádios locais, um número que os investigadores nesta área acreditam ser substancialmente mais reduzido na atualidade (Bonixe, 2010). Esta diluição do ‘localismo’, agravada pela conjuntura económica recente, reflete-se numa tendência mais económica de estratégias de retransmissão e alterações a nível de propriedade (Reis, 2011).

No entanto, é possível assinalar algumas experiências de rádios que recuperam alguma da essência das comunitárias, sem ânimo lucrativo e dinamizadas por comunidades específicas. A primeira surge apenas em setembro de 2011, no Porto, com a Rádio Manobras, a primeira rádio comunitária a emitir em FM e que atualmente transmite apenas no *online*, em horário completo de 24 horas. Em Lisboa, a Rádio Zero também emite apenas na Web, desde 2004, com o objetivo de “intervir na sociedade através de conteúdos de cariz comunitário e da promoção de atividades culturais” (Público, edição de 19-01-2012), uma iniciativa autónoma da Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico (AEIST), de Lisboa. Em Aveiro, a Rádio Ás desenvolveu, entre 2012 e janeiro de 2014, uma programação inovadora com comunidades de Aveiro, Santa Cruz (Cabo Verde) e São Bernardo do Campo (Brasil), para reforçar a identidade comunitária e valorizar a tradição (Oliveira, 2014). A Stress FM² funciona desde 2011 e assume-se como uma rádio que nasceu de um espírito comunitário. No Fórum de Rádios Independentes (FRI), que decorreu no Porto, entre 12 e 14 de setembro de 2014, os responsáveis apresentaram-se como “uma rádio *online*, mas

² Acedido em <http://stress.fm/>

também temos fotografia, texto, vídeo, para dar um equilíbrio. Andamos a desbravar terreno e a tentar perceber o que é isto da rádio *online*”, fazendo coberturas e emissões em direto a partir de localidades como Fundão, Caldas da Rainha, Montemor-o-Novo, entre outros locais³. A Quase FM⁴, sediada na Faculdade de Ciências Humanas de Lisboa, da Universidade Católica Portuguesa, emite no *online* e permite a participação experimental e voluntária de alunos do curso de comunicação, em torno da produção, animação e informação. A CC FM⁵ também está ligada a um curso de comunicação, no caso da Universidade do Porto. Funciona em *podcast* e é gerida por quatro pessoas, num espírito assumido de paixão pela música. A Engenharia Rádio⁶ está também inserida na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e começou por ser gerida de forma interna, por alunos de Engenharia, mas recebe agora voluntários que pretendam também trabalhar na rádio, que nasceu em 2007. No FRI, Miguel Heleno, coordenador da rádio, admitiu que falta ainda “uma natureza informativa, com uma periodicidade definida, bem como uma agenda cultural do Porto”.

Esta reduzida experiência no território nacional contrasta drasticamente com as múltiplas iniciativas de rádio comunitária no contexto internacional, onde decorrem vários casos bem sucedidos em pontos tão geográfica e idiossincraticamente distintos como o Reino Unido, o Brasil, a Austrália, o Chile ou o Nepal. Criada em 1995, a Rádio Khwezi⁷, na África do Sul, é a maior rádio comunitária do país, situada perto de Mapumulo. Através de dois emissores FM, estima-se uma audiência de 140 mil ouvintes diários, a maioria de povoações rurais, subdesenvolvidas ou economicamente debilitadas.

³ Acedido em <http://jpn.up.pt/2014/09/14/forum-de-radio-independente-quando-o-amor-a-camisola-supera-todas-as-dificuldades/>

⁴ Acedido em <https://www.facebook.com/QuaseFM>

⁵ Acedido em <http://cc-fm.tumblr.com/>

⁶ Acedido em <http://www.engenhariaradio.pt/>

⁷ Acedido em <http://www.khwezi.org.za/index.php/about-us.html>.

A atividade desta rádio procura ser abrangente, com formatos exclusivamente dedicados à realidade daquelas populações, a nível social, económico e até espiritual. No Nepal, a partir de 1990, surge a Rádio Sagarmatha, um dos meios de comunicação inspiradores de uma maior participação e envolvimento das mulheres na construção das rotinas de trabalho de aldeias isoladas. A Rádio Ada, no Gana, começou as suas emissões experimentais em 1998, tendo desenvolvido uma ação importante no combate a certas doenças que afetam o território ganês (Nunes, 2004).

No Reino Unido, a legalização da rádio comunitária é ainda hoje vista como uma vitória política da Ofcom, a entidade reguladora naquele país. De acordo com uma publicação no jornal *The Guardian*⁸, existem atualmente mais de 130 rádios comunitárias no Reino Unido e cerca de meia centena aguarda tramitação legal para poder avançar. Os benefícios sociais em comunidades mais restritas geograficamente concretizam-se em casos como as rádios New Style (Birmingham), London's Resonance FM (Londres), Garrison FM (Edimburgo) ou Cross Rhythms in Stokeon Trent (Stoke). Segundo dados da Ofcom, a que o artigo do jornal reporta, este tipo de organizações radiofónicas consegue cumprir um plano económico equilibrado, capacitado para lidar com custos operacionais relativamente modestos e com uma média de trabalhadores na ordem dos 74 indivíduos. Neste estudo concluiu-se que cada estação emite, em média, 81 horas de conteúdos originais por mês, a maioria a partir da realidade local. Peter Davis, diretor do regulador para questões da rádio, defendeu⁹ que “as rádios comunitárias se transformaram em autênticas histórias reais de sucesso, através de conteúdos ricos e variados para os ouvintes, acrescentando benefícios adicionais para as comunidades pelo envolvimento e formação”. Davis reconheceu

⁸ Acedido em <http://www.theguardian.com/media/organgrinder/2009/mar/09/community-radio-ofcom-plunkett-blog>

⁹ Acedido em http://www.ofcom.org.uk/media/news/2009/03/nr_20090309a

ainda dificuldades na completa abrangência FM em todo o território britânico, pelo que apela a uma ‘migração digital’ das rádios para alargar o espectro sonoro e a audiência dos meios. O texto do jornal é até mais ambicioso e assegura que “com a rádio de índole comercial no topo das preocupações, qualquer projeto radiofónico de sucesso e que não pertença à BBC merece ser celebrado”.

Na Índia, o movimento pelas rádios comunitárias surge como uma ferramenta indispensável para apoiar a vida quotidiana de uma vasta população. Em dezembro de 2002, o Governo indiano, através do Ministério da Informação e Transmissão, abriu oficialmente um período de atribuição de licenças para rádios comunitárias, ainda que neste período inicial tivessem de apresentar algum enquadramento com instituições educativas. No entanto, a luta pela emancipação das comunitárias surge num período anterior, em 1995, através de uma deliberação considerada histórica pelo Supremo Tribunal Indiano que determinou que o FM constitui um bem público e que deveria ser utilizado em serviço da comunicação, através da promoção da liberdade de expressão, ainda que regulada por um organismo estatal. Posteriormente, em novembro de 1999, procedeu-se a um primeiro inventário das organizações interessadas em adotar um regime legal até meados de 2002, em que foi lançado um manual de criação de rádios comunitárias, com documentação legal e técnica de suporte a estes projetos (Pavarala & Malik, 2007).

Numa publicação do setor de comunicação e informação da Unesco, de 2011, consegue perceber-se a trajetória árdua e recente da implementação da rádio comunitária na Índia. A Radio Bundelkhand, um dos exemplos de sucesso retratados, tornou-se conhecida pelo papel que desempenhou na ativação das mulheres no tecido profissional das comunidades. NammaDhwani, outra das estações, prolongava a discussão sobre os programas mais conhecidos na televisão até à rádio, envolvendo os cidadãos em reflexões sobre o sentido que davam às histórias vistas na televisão ou até mesmo lidas nos jornais.

NOTAS PARA UMA EXPERIMENTAÇÃO DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS ONLINE EM PORTUGAL

Em Portugal, numa rede complexa de restrições legais, nomeadamente com as exigências de orientar emissoras para o lucro numa lógica empresarial, a rádio enfrenta reconhecidas dificuldades que ainda hoje se traduzem, de um modo mais visível, na concentração dos meios de comunicação em grandes grupos de comunicação, mudanças de propriedade ou estratégias de retransmissão (Reis, 2011). Este cenário proporcionou um progressivo silenciamento de realidades locais (Bonixe, 2011), de localidades e populações mais afastadas dos grandes contextos urbanos, uma situação que motiva a apresentação da seguinte proposta.

A Unesco publicou recentemente um manual que retrata alguns dos passos obrigatórios para a criação de rádios comunitárias, justificando pela necessidade de catalisar o desenvolvimento de uma governação competente a nível local, reforçando a inclusão dos menos mediatizados no discurso político e democrático: “para além da capacidade excecional de partilhar informação relevante e adequada no tempo sobre assuntos, oportunidades, experiências, competências do dia-a-dia e interesses públicos” (Fraser & Estrada, 2001: iii). Por outro lado, proporciona um contacto mais estreito, próximo e íntimo entre os ouvintes, permite a publicitação dos problemas privados de comunidades cultural e socialmente isoladas, naquilo que Lewis (2000) descreveu como o potencial de “*status* cultural da rádio”.

As potencialidades sugeridas pela implementação de rádios comunitárias no panorama internacional podem servir de contexto para a proposta que de seguida apresentaremos relativamente à experimentação de um projeto comunicativo neste domínio. Neste sentido, a partir das limitações legais já referidas, uma das únicas possibilidades de aproximação à ideia de rádios comunitárias em Portugal passaria pela dinamização de uma infraestrutura mediática

radiofónica de emissão exclusivamente *online*. Neste sentido, encetamos aqui algumas propostas para a sua criação, tendo como importante inspiração os apontamentos teóricos da Comunicação para o Desenvolvimento, que define o agendamento de uma estratégia comunicativa orientada para resultados. Neste caso, pretender-se-ia criar um espírito suficientemente dinâmico numa comunidade em torno do som, de uma rádio *online*, num projeto exclusivamente alimentado pela energia de cidadãos interessados na emancipação comunicativa de determinados grupos sociais.

Antes de explicitar algumas das opções que podem vir a ser seguidas para a implementação destes projetos de rádio em comunidade, justifiquemos de que forma a Comunicação para o Desenvolvimento pode ser seguida para determinar certas estratégias comunicativas. Uma análise superficial por vários documentos que refletem sobre esta área científica permite-nos perceber que várias instituições com motivações políticas e sociais utilizam algumas destas conceções no quadro das suas atividades. Para a Unicef (2013), a Comunicação para o Desenvolvimento baseia-se numa agenda de direitos humanos que se concretiza no direito à informação, comunicação e participação, através da criação de formas de expressão comunitária que envolvam uma pluralidade de vozes e narrativas. Para a OECD¹⁰, trata-se de colocar em relação os indivíduos através da criação de conteúdos que satisfaçam as necessidades comunicativas dos cidadãos. Ora, a partir do horizonte que aqui sugerimos, recordamos o contributo de Manyozo (2012) no que se refere à dinamização de projetos comunicativos em comunidade, segundo três perspetivas: 1) “mídia para o desenvolvimento”, que se refere à produção de conteúdos indispensáveis para cumprir as necessidades comunicativas das comunidades; 2) “desenvolvimento dos mídia”, relativa à criação de infraestruturas de mídia; 3) “comunicação-participação”, que define

¹⁰ Acedido em <http://www.oecd.org/dev/devcom/toolkitoncommunicationfordevelopmentc4d.htm>

o envolvimento dos cidadãos numa agenda mediática, atribuindo funções específicas aos envolvidos “desde a posse ao controlo do processo de desenvolvimento” (2012:155).

Alguns destes estudos não conseguem disfarçar um certo entusiasmo pela comunicação a partir do universo digital e tecnológico. Não propriamente no nível de uma euforia cibernética, mas numa crença sólida que novos desenvolvimentos sociais podem resultar de uma integração das dinâmicas comunicativas no espaço *online*, entre computadores, dispositivos móveis e aplicações Web, blogs, arquivos multimédia e redes sociais. Neste sentido, para Servaes (2008), não se trata apenas de disponibilizar informação junto da comunidade, mas em criar oportunidades de envolvimento cívico que tenham visibilidade mediática a partir do digital, com reflexos no quotidiano das populações. As tecnologias de informação e comunicação não representam simples ferramentas, acrescentam portanto uma nova dimensão à condição humana (Manyozo, 2012). A integração da tecnologia permite a tentativa da compreensão do humano, das suas crenças e valores, expandindo normas e idiosincrasias sociais e culturais. Propõe soluções e formas de nos posicionarmos perante os problemas (Wilkins, Tufte & Obregon, 2014).

A partir de algumas considerações formuladas neste sentido e da necessidade de contornar o silêncio e a noite social que sugere a concentração dos média em Portugal (Santos, 2005), encetamos agora algumas dimensões que podem orientar futuros projetos comunitários em torno da rádio *online*, com o objetivo de potenciar a dimensão comunicativa de grupos em escolas, freguesias, associações recreativas, desportivas, culturais, entre outros. Deste modo, a seguinte figura retrata genericamente as áreas de atuação desta proposta:

Figura 1 - Áreas de atuação da proposta de implementação de rádios comunitárias *online*

O objetivo principal desta proposta consistirá na criação de rádios autossuficientes e geridas autonomamente pelos cidadãos, levando à antena conteúdos considerados relevantes para a vida pública. No fundo, esta proposta inspira-se num dos três princípios defendidos pela União Europeia no Horizonte 2020, particularmente nos ‘desafios sociais’, que relacionam a implementação de tecnologias e plataformas inovadoras de comunicação com a promoção do bem-estar das populações, num quadro de rentabilidade sociocultural. A complementaridade entre áreas científicas, outra das recomendações deste plano, também se concretiza nesta ideia.

A Figura 1 recorta quatro áreas onde a implementação de rádios comunitárias *online* pode decorrer. Naturalmente que se poderia pensar num esquema dinâmico, de sucessão de acontecimentos e ações, no entanto, a especificidade de cada projeto determina a evolução entre etapas. Ainda assim, parece claro que a formação teórica e técnica/prática apenas poderá decorrer depois da identificação de colaboradores e interessados em participar na iniciativa.

Justamente a partir desse primeiro ponto, o ideal seria reunir em torno da rádio um grupo fixo de colaboradores, de participação

regular no agendamento de atividades e produção de conteúdos, e de outras intervenções pontuais, circunscritas à realidade contextual da comunidade. Por isso, a dimensão humana será fundamental no compromisso e responsabilização dos cidadãos perante o projeto. A rotatividade de vozes apresenta-se como um critério apreciável, no entanto apenas as dinâmicas próprias da comunidade podem responder a um número de intervenientes para o funcionamento exequível da rádio. Depois de reunidos os interessados, será fundamental fazer um breve diagnóstico dos seus conhecimentos técnicos e teóricos sobre o modo de funcionamento dos média em geral e da rádio em particular. A partir desta percepção, poder-se-ia organizar um conjunto de profissionais e/ou académicos que estivessem dispostos a colaborar em sessões breves de formação junto destes interessados. Através das percepções que se retiram sobre o contexto da comunidade, procede-se a uma organização de elementos interessados na programação e gestão desta plataforma, tendo em conta a satisfação que lhes provocará a participação em projetos desta natureza. As parcerias com empresas locais podem ser agendadas, embora a tónica não comercial deva presidir a qualquer estratégia conjunta realizada neste contexto. A nível teórico, vários eixos temáticos poderiam ser trabalhados, desde a definição de rádio comunitária, a função da programação e dos conteúdos mediáticos, a estrutura e gestão de uma rádio. A nível prático, a atenção recairia no trabalho em *softwares* de edição áudio, da captura de som, da criação de *podcasts*, a criação de blogues ou a gestão de redes sociais.

Do ponto de vista prático, podemos eventualmente sugerir um conjunto de ferramentas que poderiam orientar as sessões, através de uma utilização de recursos *freeware* ou de custo reduzido. Neste sentido, existe já um conjunto alargado de ferramentas *online*, justamente em regime de livre acesso e utilização, que podem atuar como retransmissores de uma emissão em direto, envolvendo um microfone, um computador e ficheiros sonoros. Evidenciem algumas,

embora esta demonstração não se esgote às apresentadas: Caster FM¹¹ consiste numa plataforma *online* de armazenamento e transmissão de conteúdos sem limite de carregamento de ficheiros; Fluvius Media¹², um *software* desenvolvido por dois dinamarqueses, foi criado primeiramente como ‘Radio Pro’, um serviço de emissão em direto de rádio. O Fluvius aperfeiçoou as potencialidades do anterior e disponibiliza gratuitamente opções de mistura áudio que facilitam a transmissão em *streaming*; Live365.com¹³ representa uma opção mais interessante para uma rádio baseada em *playlists* de música, dispondo também de uma função *live record* que permite a possibilidade de transmitir sons em direto.

Embora este texto não pretenda explicar detalhadamente as melhores ferramentas para implementar uma rádio *online*, procurámos sinalizar algumas opções gratuitas e que podem ajudar a emancipação destes projetos. Existem também questões técnicas que devem ser devidamente acauteladas. O número elevado de acessos ao *site* utilizado para a emissão da atividade radiofónica pode condicionar seriamente a evolução ininterrupta do sinal. Importa por isso considerar algumas questões neste sentido. Todos os computadores ligados à Internet têm um número de identificação (IP). No caso específico da Web, grande parte destas ligações apresenta um número de IP fixo, determinado pelo sistema DNS (Domain Name Server), e são necessárias, em média, 24 horas, para ocorrer uma mudança de IP em todos os utilizadores. Para evitar bloqueios de acesso à rede onde se inscreve o IP fixo, é comum aconselhar-se a criação de um IP dinâmico, uma sugestão que poderá ser útil a dinamizadores de rádios *online* alojadas em *sites* específicos e com necessidade de permitir o acesso de vários utilizadores. Através do sistema DNS dinâmico, o computador executa uma aplicação que

¹¹ Acedido em www.caster.fm

¹² Acedido em www.fluviusmedia.com

¹³ Acedido em www.live365.com/new/index.live

renova automaticamente o número de IP evitando cortes no acesso e transmissão de dados¹⁴.

Num terceiro grupo, reflete-se sobre a definição de uma política editorial da rádio. Aqui tentar-se-ia definir, genericamente, a identidade própria daquele meio de comunicação: os assuntos e temas que merecem ser trabalhados. A equipa responsável pela rádio também deverá ponderar sobre a forma como se trabalharia no *online*, entre plataformas como *site* e redes sociais e eventualmente sobre a potencial interatividade digital com o público. Acredita-se que a credibilização dos conteúdos e a participação dos cidadãos contribui para a fidelização de audiências (Ribeiro, 2013).

Neste exercício preparativo, julgamos importante também considerar, como sugere a ilustração, as condições logísticas que presidem à implementação das rádios comunitárias *online*. Deste modo, existem questões técnicas e logísticas importantes, como o material técnico a utilizar (microfones, computador, mesa de mistura, acesso à Internet) ou o espaço físico onde decorre a emissão. De acordo com exemplos retirados da criação de outras rádios deste tipo, procederam-se a campanhas de *crowdfunding* ou de parcerias pontuais com empresas ou entidades locais para obter algum financiamento inicial base.

Como já tivemos oportunidade de referir, algumas reflexões já tentaram sistematizar alguns dos aspetos importantes na criação destas rádios. Num documento produzido pelo CLEMI¹⁵, organismo francês que dinamiza atividades e investigação sobre educação para os média, são referidas alguns procedimentos de implementação de uma rádio web. Este guia, intitulado 'Fichas práticas de web rádio', sugere como primeiro passo a 'criação de um *podcast*' e tem como objetivos o treino do tom da leitura de textos radiofónicos, da acentuação de palavras importantes e do respeito pela pontuação.

¹⁴ Acedido em <http://www.labeee.ufsc.br/~luis/labinfo/dhcp.htm>

¹⁵ Acedido em <http://www.education-aux-medias.ac-versailles.fr/fiches-pratiques-Webradio>

Aprende-se também a sonorizar um determinado texto e alguns das noções básicas que envolvem a escrita radiofónica. Num segundo momento segue-se a ‘montagem de uma emissão a partir de um *podcast*’, definindo os participantes intervenientes, compreendendo a dinâmica do discurso radiofónico entre narrativas, *jingles*, músicas, entre outros elementos da sonoesfera. Posteriormente, o momento da ‘criação de uma emissão em direto’, registado num *site* de *streaming* para posteriormente se atribuírem papéis a cada interveniente, destacando a importância do moderador. Num quarto passo, a ‘inserção de um *podcast* numa emissão’, e na quinta o agendamento das condições de transmissão em direto, divulgando o horário de abertura da emissão. Embora curto e meramente descritivo, este documento permite uma observação genérica sobre os passos indispensáveis na organização de uma web rádio.

CONCLUSÃO

As rádios comunitárias são sinónimo de abrangência, participação, envolvimento e pluralismo, uma característica que as identifica com o espírito das piratas, entretanto extintas pelas circunstâncias legais. As comunidades desempenham, por isso, um papel de “grupo social, agregado por interesses, vivências e/ou não de um espaço geográfico comum, que participam de maneira organizada e decidem coletivamente os caminhos a serem trilhados pelo grupo, tendo voz ativa nos diferentes canais de participação necessários à estruturação da emissora” (Nunes, 2004: 61). Recordando Félix Guattari (1982), as rádios comunitárias representam o ressurgimento de novos espaços de liberdade, em oposição à grande concentração do capital simbólico e mediático. Apoando-se no caso das rádios em comunidades rurais do interior brasileiro, Graziella Bianchi (2003) criou até o conceito curioso de ‘rural mediatizado’, observando detalhadamente de que forma os programas de uma rádio conseguiram introduzir alterações profundas no quotidiano de grupos isolados,

destacando o papel dos comentários dos ouvintes na antena, do humor e do entretenimento.

Tendo em conta a falta de regulação destas rádios em Portugal e perante o aumento da concentração dos média em grandes grupos de comunicação, conduzindo ao desaparecimento de várias rádios locais e regionais (Sousa & Santos, 2009), reduzindo a visibilidade mediática daquelas regiões e diminuindo as possibilidades de expressão dos cidadãos nos média locais (Starkey, 2012), existem hoje possibilidades efetivas para uma emancipação comunicativa a baixo custo, através da comunicação *online* e radiofónica.

Ora, se nas palavras de Armand Balsebre (1994), a rádio persegue uma tripla função comunicativa de difusão, comunicação e expressão, a potencial dinamização destes projetos sugere que a satisfação que poderá decorrer da experimentação dos indivíduos com o universo comunicativo digital e radiofónico também terá de considerar as dificuldades a que este caminho necessariamente obriga. Desde o compromisso dos interessados, às exigências de uma aprendizagem que pode ser igualmente complicada de executar, juntam-se as questões logísticas e técnicas. Em todo o caso, e num quadro totalmente a descoberto em Portugal relativamente a estas matérias, estes projetos radiofónicos podem atuar simultaneamente como corpo e espaço simbólico de afirmação de dinâmicas sociais de proximidade, respondendo e facilitando respostas para problemas de comunidades minoritárias, fragilizadas ou afastadas geograficamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Balsebre, A. (1994). *El lenguaje radiofónico*. Madrid: Cátedra
- Bonixe, L. (2006). As rádios locais em Portugal: uma análise do discurso jornalístico. *Revista Comunicação e Cultura*, 1, 157-169.
- Bonixe, L. (2010). Legalização, concentração e multimédia: os desafios das rádios locais portuguesas. *Revista Rádio-Leituras*, 1, 187-202.

- Cammaerts, B. (2009). Community radio in the west: A Legacy of Struggle for Survival in a State and Capitalist Controlled Media Environment. *The International Communication Gazette*, 71(8), 635–654.
- Comissão Europeia (2011) Horizon 2020 - The Framework Programme for Research and Innovation. Acedido em http://ec.europa.eu/research/horizon2020/pdf/proposals/communication_from_the_commission_-_horizon_2020_-_the_framework_programme_for_research_and_innovation.pdf
- Evens, T. & Paulussen, S. (2012). Local radio in Europe: Policy options for a sustainable sector. *Media Culture Society*, 34(1), 112–121.
- Fraser e Estrada (2001). *Community radio Handbook*. UNESCO.
- Guattari, F. (1982). Las radios librespopulares. In L. Bassets (Ed.), *De las Ondas Rojas a las Radios Livres* (pp. 231-236). Barcelona: Gustavo Gili.
- Kaplún, M. (1990). *Comunicación entre grupos*. Buenos Aires: Hvmánitas.
- Lazarsfeld, P. (1940). *Radio and the Printed Page: An Introduction to the Study of Radio and its Role in the Communication of Ideas*. Nova Iorque: Duell, Sloan & Pearce.
- Lewin, K. (1946). Action research and minority problems. *Journal of Social Issues*, 2, 34-46.
- Lewis, P. (2000). Radio Theory and Community Radio. In N.W. Jankowski & O. Prehn (eds), *Community Media in the Information Age: Perspectives and Prospects*. Cresskill, NJ: Hampton Press.
- Manyozo, L. (2012). *Media, Communication and Development - Three Approaches*. Nova Deli: Sage Publications.
- Nunes, M. (2004). As Rádios Comunitárias Nas Campanhas Eleitorais: Exercício Da Cidadania Ou Instrumentalização (1998-2000). *Sociologia Política*, 22, 59-76.
- Oliveira, M. (2014). Colónias de som: O papel da rádio na expressão sonora das lusofonias. In M. M. Baptista, *Colonialismos, Pós-Colonialismos e Lusofonias – Atas do IV Congresso Internacional em Estudos Culturais* (pp.50-55). Aveiro: Programa Doutoral em Estudos Culturais (UM e UA).

- Pavarala, V. & Malik, K. (2007). *Other Voices: The Struggle for Community Radio in India*. Londres: SagePublications
- Perona, J. (2009). Información radiofónica y libros de estilo: análisis y propuestas de unos textos que claman renovación. *Estudios sobre el mensaje periodístico*, 15, 367-384.
- Peruzzo, C. (1998). Participação nas Rádios Comunitárias no Brasil. In *BOCC - Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação*. Acedido em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>
- Portela, P. (2006). *Rádio na Internet em Portugal: a abertura à participação num meio em mudança*. Dissertação de mestrado, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Reis, A. (2011). *O áudio no jornalismo radiofónico na Internet*. Tese de doutoramento. Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Sousa, H. & Santos, L. A. (2009) Das MediensystemPortugals. In Hasebrink, U. & Schulz, W. (Eds.), *InternationalesHandbuchMedien* (pp. 541-554), Baden-Baden: Nomos.
- Starkey, G. (2012) Live and local no more? Listening communities and globalising trends in the ownership and production of local radio. In M. Oliveira; P. Portela & L. A. Santos (Eds.), *Radio Evolution: ECREA Conference Proceedings* (pp. 167-178). Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Unesco (2011) *GroundRealities, Community Radio in India*. Communication and Information Sector UNESCO House: Nova Deli.
- Wilkins, K.; Trufte, T. & Obregon, R. (2014). *The handbook of development communication and social change*. London: Wiley-Blackwell.



ENTREVISTAS

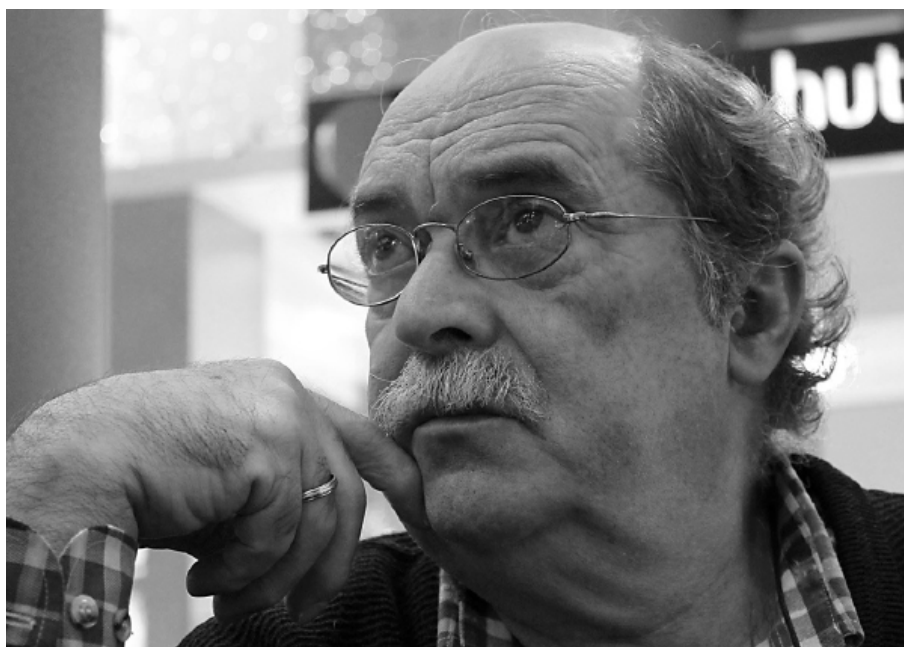


Foto: Ana Isabel Reis

ANTÓNIO COLAÇO

“DEPOIS DE LEGALIZADAS, AS RÁDIOS PERDERAM CRIATIVIDADE”

Aos 63 anos de idade, António Colaço conta uma longa experiência na dinamização de revistas, jornais e televisões regionais. Trabalhou na Rádio Antena Livre de Abrantes, uma emissora pirata dos anos 80 que se tornaria fundamental para a legalização das rádios locais, pelo dinamismo que emprestou à região e pelo protagonismo que assumiu nos três encontros de Abrantes, reuniões largamente participadas pelas rádios piratas portuguesas tendo em vista a reivindicação de um enquadramento legal para o setor local de radiodifusão.

Entrevista realizada a 18 de dezembro de 2014, no Montijo.

Estação NET: Qual é a sua ligação às rádios piratas?

António Colaço: Sempre tive um fascínio muito grande pela rádio. O meu aparecimento no mundo da rádio ficou, em parte, a dever-se a uma colaboração regular que mantive com a Antena 1 depois que Sansão Coelho realizou, em direto de Abrantes, um programa na altura muito popular, o ‘Sabatina’. Daí a entrar para o fervilhante mundo das rádios piratas foi um passo. Em síntese, quis contar para o semanário Notícias de Abrantes, com quem colaborava, a história de uns rapazes que, numa aldeia próxima de Abrantes, em Arreciadas, estavam a fazer experiências de radioamadorismo. Desde essa reportagem, ao facto de ter saltado para o interior da equipa e com eles começarmos a levar por diante emissões mais consistentes, foi um passo. E o seguinte foi começar a tomar contacto com o que de mais importante se fazia no panorama nacional das incipientes experiências radiofónicas. Aqui, seja-me justo destacar o papel do semanário *Seze* na divulgação do que até então acontecia. Sem querer, pôs-nos em contacto uns com os outros. Sabíamos que éramos mais a cada dia que passava. Desde as emissões do José João Farinha, na Rádio Imprevisto, em Odivelas – creio – até às do pessoal do Porto, com os irmãos Alberto e Bernardino Guimarães e o Daniel Guerra, na Rádio Delírio, António Oliveira, na Rádio Caos, ao Mário da Rádio Canelas, em Gaia, mas, também, do Américo Mascarenhas, em Coimbra, da Rádio Livre Internacional, estava criado o caldo de cultura que nos faria chegar à fala uns com os outros e com tantos outros até ao objetivo final, a legalização.

EN: O António foi também um dos pioneiros deste movimento.

AC: O meu modesto contributo foi ter potenciado a criatividade, o empenho e a dedicação dos meus companheiros, conseguindo conjugar esforços para, depois de definidos os nossos objetivos, ajudarmos a dotar Portugal de mais um meio de comunicar e aproximar os portugueses entre si. O importante foi não termos ficado

fechados na nossa própria casa e abri-la a todos quantos se quisessem juntar a nós.

EN: Estava na rádio e no jornal ao mesmo tempo?

AC: Sim, colaborava, como disse, num semanário que se chamava ‘Notícias de Abrantes’. Eram duas realidades autónomas, cada um trabalhava por si.

EN: De que ano estamos a falar, concretamente?

AC: De 1980.

EN: Havia portanto uma questão social por trás dessa rádio onde trabalhou.

AC: Sim, queríamos uma rádio que servisse as pessoas. O nascimento da rádio, em Abrantes, tem a sua génese na questão das cheias, numa ideia de prevenção, e, depois de algum tempo e crescimento, começámos a fazer discos pedidos, programas infantis. Os estúdios foram construídos na cave de um colega nosso e um dos principais dinamizadores foi o saudoso Manuel de Sousa Casimiro, a alma daquela rádio nessa fase, bem como o Carlos Ramos, Augusto Martins, entre outros. Era na aldeia de Arreciadas, que, pela sua localização, ajudava na propagação do som. Com a crise da Metalúrgica Duarte Ferreira, no Tramagal, dá-se um outro passo curioso. Eles oferecem-nos cinco ou seis *walkie talkies*, isto numa era anterior aos telemóveis. Passámos a fazer relatos, diretos. A primeira passagem de ano que fizemos com os *walkie talkies*, por volta de 1983, lembro-me de tentarmos ir à aldeia mais longínqua de Abrantes para testar até onde é que ia o sinal! Foi um gozo! Nessa altura, o presidente da Câmara Municipal – onde eu ainda trabalhava – deu todo o apoio institucional a esta iniciativa de ano novo da rádio. Quando começámos a ter o telefone aberto à população, alertei o presidente para as consequências do seu apoio e que o mais certo seria começarmos

a receber queixas das pessoas, do quotidiano: “aquele caminho não está bem, etc., etc....”. Tivemos momentos difíceis e em que por vezes o diálogo entre nós foi difícil. O apoio à rádio, no entanto, não deixou de se manter. Era o preço da liberdade. Honro o Eng. Bioucas por essa pioneira coragem democrática e de verdadeira cidadania.

EN: Tinham alguma ideia sobre as pessoas que ouviam a rádio?

AC: A partir do momento em que começámos a ter um telefone aberto à população, começámos a ter uma noção muito mais nítida do alcance do nosso trabalho, uma vez que aumentava em cada dia o número de pessoas a querer participar nos diversos programas e atividades.

EN: Onde decorriam as emissões?

AC: Os estúdios funcionavam numa cave, adaptada e forrada com caixas de ovos, na casa do Manuel Sousa Casimiro, em Arreciadas, como disse. Depois começaram a sair reportagens, com o Pedro Duarte do Sete, o Adelino Gomes e outros média. Quando começámos com os encontros de Abrantes, em 1984, toda a malta como que sentia o dever de visitar a rádio. Ficavam até deslumbrados com aquilo.

EN: Em relação aos formatos dos programas, qual era a linha definida pela rádio?

AC: Por exemplo, no que diz respeito à informação, tentei fugir ao comodismo de nos instalarmos na leitura preguiçosa dos telexes da NP [Notícias de Portugal], porque o objetivo era sair para a rua para saber o que de facto estava a acontecer e podia ser notícia, as nossas próprias notícias. Era por isso que tínhamos querido fazer aquela rádio. À medida que se começa a complexificar a tecnologia, algumas pessoas começaram a ficar deslumbradas com as capacidades que daí resultavam. A rádio podia, a qualquer momento, interromper a

sua programação normal para dar notícias. Isso não foi bem visto por alguns dos mais deslumbrados de nós e gerou algum mal-estar. Instituímos, então, reuniões semanais, como forma não só de agendarmos a semana seguinte mas também para analisarmos o nosso próprio comportamento e evolução. Eram reuniões fantásticas e em que se partia a pedra toda. Por exemplo, alguns colegas que só faziam animação não gostavam que os seus programas fossem interrompidos para fazer reportagem. Pois bem, tudo isso era ali bem escarpelado.

EN: Havia um espírito colaborativo em todas as rádios piratas desta altura. Como é que se pagavam as despesas?

AC: Éramos nós. Por exemplo, à noite, enquanto íamos para os descampados ou instalações que o possibilitassem, era a malta que fazia o jantar, cada um levava comida. E depois emprestavamos o talento, o trabalho e a criatividade. Quando abrimos os discos pedidos, começámos a ter pessoas que nos davam dinheiro.

EN: Como compravam o equipamento?

AC: Os primeiros emissores foram fabricados em casa, pelos nossos técnicos. Mais tarde ainda tivemos o prazer de ver cedido por algum tempo o emissor da Rádio Livre Internacional emprestado pelo Américo Mascarenhas, um dos seus animadores. Depois comprámos um emissor recorrendo quer à generosidade dos ouvintes, quer recorrendo a empréstimos bancários.

EN: Alguma vez foram multados pelos serviços radioelétricos? Andaram com o emissor a fugir da fiscalização? Qual era o montante da multa?

AC: Há uma história muito engraçada. Um dia estávamos a fazer uma emissão no Convento de São Domingos, em Abrantes, e tivemos de chamar o Presidente da Câmara para negociar com os

serviços radioelétricos que tinham ido lá. Enquanto negociavam com o Presidente Bioucas, por trás, outros de nós, fugiam com o emissor! A multa é que ficou. O montante foi de 50 contos. Há outro momento muito giro, que se dá quando as rádios são obrigadas a fechar em plena época de pré-legalização, em 1988. Viemos a Lisboa para nos reunirmos com a TSF, a propósito de uns assuntos. Não sei como circulou a notícia, mas os serviços de fiscalização tinham feito saber que já tinham fechado todas as rádios do país e só faltava a de Abrantes. Disseram-nos que tínhamos apenas 10 minutos de emissão para encerrar a rádio! Nessa noite regressámos a Abrantes, onde os fiscais já se encontravam para fechar a rádio, e decidimos ir fazer a emissão para um dos moinhos de vento que conhecíamos, localizado em Mouriscas, a alguns quilómetros de Abrantes, e que pertencia ao Ti Manel Roldão, pai da apresentadora da RTP Fátima Medina. Ninguém da rádio sabia onde estávamos, a não sermos nós que tínhamos vindo de Lisboa. Estivemos cerca de duas horas no ar e a emissão encerrou com o meu filho a desejar 'boas férias' aos fiscais. Foi de uma ternura que ainda hoje me comove. Deve ter sido por volta de 24 de dezembro de 1988. A malta nunca se amedrontou, ainda houve alguém que pediu uma *vacatio legis*, enquanto a lei não se publicava, mas não resultou.

EN: Que impacto atribui aos encontros de Abrantes, no período antes da legalização?

AC: Foram muito importantes, a partir do momento em que percebemos que apenas conjugando esforços poderíamos alcançar a legalização que tanto desejávamos. Partindo dos contactos que entre nós fomos reunindo e até pelas visitas que muitas das rádios passaram a fazer a Abrantes, também motivadas pelas notícias que iam saindo nos média sobre nós, não foi difícil propor esses encontros, em regra de um dia, ao sábado, com almoço e depois debate com conclusões.

EN: Quantos encontros foram realizados?

AC: Houve três encontros em Abrantes, no então restaurante panorâmico de S. Miguel do Rio Torto, do outro lado do Tejo, com uma vista ótima sobre Abrantes e dispondo de ótimas e espaçosas instalações. Aliás, este restaurante em Campo de Tiro, serviu, também, para muitas das emissões clandestinas. O então gerente, Jorge Sobral, foi um apoiante entusiasta do nosso trabalho.

EN: Mas não houve um anterior a todos esses em Canelas? Esteve presente?

AC: Houve, mas não pude estar lá. Enviei um documento com a posição da Rádio de Abrantes em relação ao assunto e até tenho a documentação que resultou dessa reunião. No entanto, os três que decorreram em Abrantes, a partir de 1984, foram aqueles que considero fundamentais. De ano para ano iam crescendo e no terceiro chegaram a vir deputados. O primeiro encontro chamou-se ‘Os desafios da rádio local’, o terceiro foi ‘Abril: Rádios Mil’. Creio que o tema do segundo terá sido “Comunicar é preciso”, mas não consigo precisar.

EN: Em que consistia a ideia de uma emissão em cadeia?

AC: Com o crescer da nossa força, acreditámos que um dia seria possível criar uma espécie de emissão em cadeia que teria como rádio central a TSF e que partiria do conceito tão simples de que essa emissão seria alimentada por trabalhos enviados por todas as rádios que então tinham aderido ao movimento. Uma gravação com igual tempo para todos e onde cada rádio dizia de sua justiça e ao que vinha. Só foi possível chegar a essa ideia, porque o nosso crescimento atingiu uma tal fase de maturidade que nos sentimos seguros e em condições de desafiar assim o poder. Era para que, de uma vez por todas, alguém olhasse para nós. Assumo ter sido um dos pais dessa ideia e testei-a com dois amigos

que na altura foram importantes neste combate, o João Duarte Soares, da Cooperativa TSF e o Adelino Gomes, que na altura estava menos ligado à TSF, mas que também tinha sido mentor. Essa emissão veio a ter lugar, mas num outro contexto para o qual não fui tido nem achado, o que, reconheço hoje, me desgostou imenso. Pude, anos mais tarde, dizer ao meu querido amigo António Macedo, que eu deveria ter estado ao seu lado nos estúdios das Torres das Amoreiras, na animação dessa emissão. O que lá vai, lá vai.

EN: Essa ideia de retransmissão resultou dos encontros?

AC: Sim. Além disso também criámos um boletim informativo, chamado ‘Via Aberta’, para manter os contactos, debater questões relativas à estética da rádio, partilhar experiências e determinar ações de conjunto para pressionar o poder político para que pudesse, assim, ver a nossa força.

EN: Por que razão os deputados quiseram participar no terceiro encontro?

AC: A força do movimento tornou-se imparável. Os deputados perceberam o poder da ideia e que os receios que tinham em relação à possível partidarização das rádios eram infundados. Por que razão não haveríamos de pensar todos na democracia? De aprofundar a comunicação? Hoje estou muito pela net e interessei-me pelas redes sociais. Tenho até um mote: “As redes sociais, mais do que uma moda, são um modo de mudar”. O objetivo continua a ser o mesmo hoje: partilhar dúvidas, problemas e encontrar soluções, numa palavra seria ‘comunicar’.

EN: Como é que estabeleciam os contactos com as rádios, no sentido de preparar os encontros de Abrantes?

AC: Como já disse, as continuadas notícias sobre a nossa atividade e as iniciativas que fomos tomando deram-nos

bastante projeção mediática e, sobretudo, muita credibilidade. Nesse sentido, aos poucos, foi fácil elaborar uma lista com os contactos dos entusiastas das rádios espalhados de norte a sul de Portugal. Tanto fax e tanto selo que coleí....

EN: Num balanço global dos três encontros, qual deles foi o mais importante?

AC: O último, sem qualquer sombra de dúvida. Pela primeira vez, os deputados dos principais grupos parlamentares perceberam, finalmente, o alcance da iniciativa. No regresso, tentaram não perder o comboio de uma realidade que lhes poderia vir a ser muito útil.

EN: Como é que o General Eanes reagiu à solicitação da entrevista?

AC: Todos diziam: “Eanes dar uma entrevista? Nem pensar!”. Ele tinha ido participar no encerramento das comemorações dos 700 anos do Foral de Vila de Rei, a 22 de setembro de 1985. Na altura, ainda colaborava com a Antena 1 e participei com o repórter José Manuel Frota no programa do Adelino Gomes, o ‘Amanhecer da Rádio’, lá em Vila de Rei. Nesse dia, a Antena 1 fez, por minha proposta, uma emissão a partir da aldeia mais próxima do centro de Portugal. Depois, mais tarde, e a título informal, disse ao General Eanes que tínhamos uma rádio lá na terra também e se ele não se importava de conversar um pouco comigo. O problema foi que andei quatro horas atrás dele até conseguir o meu tão desejado objetivo! Mas foi uma conversa natural, ele tinha a perfeita noção do que estava a acontecer com estas rádios e da importância do que era estar ali a falar para a rádio que mais andava nas bocas do mundo. Tivemos a sorte de estar lá um jornalista da Agência de Notícias a então NP, hoje Lusa, cujo nome – creio – era Valhelhas, que fez um *take* sobre o assunto. Relembro que estamos numa fase em que não havia TSF, SIC, telemóveis, e havia apenas um número reduzido de jornais. Mas o que saiu ajudou a incendiar o então parco panorama mediático. Foi algo como “Eanes

fala a uma rádio pirata”. Foi o fim, ou melhor, o princípio de um contributo decisivo para a tão desejada legalização!

EN: Que outros contributos se juntaram à causa das piratas?

AC: Há uma outra história muito engraçada. A 1 de outubro celebra-se o Dia Mundial da Música e, em 1984, Abrantes foi escolhida para comemorar a efeméride pela primeira vez em Portugal. Eu estava ainda na Câmara e, além da decoração que fiz no centro da cidade, entrevistei para a rádio o Ministro da Cultura, o Dr. Coimbra Martins. A dada altura, durante a emissão, digo-lhe: “Sr. Dr. Coimbra Martins, estamos aqui numa emissão clandestina, ilegal... O que faríamos se entrasse aqui a polícia?” Respondeu-me ele: “Bom, eu continuaria a falar, eles cumpririam o seu dever...” Foi um momento muito engraçado. Para além do ministro Coimbra Martins também o ministro Augusto Seabra participou nessa emissão clandestina. Um outro contributo resultou na proposta de criação, entre o segundo e o terceiro encontro, da Associação Portuguesa de Radiodifusão. Os objetivos passavam não só pela organização das rádios em si, mas também pela promoção de iniciativas que alicerçassem a formação dos seus membros. Quem gostasse de fazer informação, poderia juntar-se para partilhar ideias sobre a forma como se trabalha a notícia, a programação, o estilo da rádio, a animação entre intervalos, etc. Para mim isso era decisivo. Fundamental, diria mesmo.

EN: Em relação ao processo de legalização, como foi a experiência da Rádio Antena Livre?

AC: Não vivi muito esse período, porque em março de 1989, e na sequência do encerramento das rádios por via da sua legalização, aceitei o convite para exercer assessoria de imprensa no Gabinete de Imprensa do PS. Mas a rádio constituiu-se como uma cooperativa, obteve uma licença e foi legalizada. Para mim, a legalização servia apenas para não termos problemas no contacto com as pessoas,

obter apoios, patrocínios... O problema é que, mesmo depois de legalizadas, as rádios perderam criatividade, os públicos começaram a desaparecer, a publicidade também... Aos poucos, e essa é a verdadeira questão, o fascínio perdeu-se. Perdeu-se, sobretudo, o contacto direto com as pessoas e os seus problemas. As rádios, mais do que intensificarem a sua preocupação e atenção com os problemas das pessoas, passaram a constituir-se em problemas para si próprias. Depois chegou-se a um absurdo de criticar a legalização, só porque a publicidade começou a diminuir e não havia apoios. Desde que houvesse uma política clara de protocolos, por exemplo, entre as rádios e as câmaras, não me parecia mal esse tipo de acordos.

EN: A legalização foi politicamente instrumentalizada?

AC: No caso da TSF, que pretendia a frequência nacional, não tenho a mínima dúvida de que foi vítima de um processo politicamente instrumentalizado. E porquê? Porque a TSF era a rádio que mexia com isto tudo. A TSF foi prejudicadíssima. De resto, não me parece que tenha havido interferências.

EN: Como recorda os primeiros encontros com o Secretário de Estado das Comunicações para preparar a legalização?

AC: Lembro-me do primeiro encontro que tivemos, com o então Secretário de Estado das Comunicações, Raul Junqueiro, no Terreiro do Paço, em Lisboa. A dado passo, senti um pisar de pé de um dos meus colegas da delegação, dado o entusiasmo com que estava a participar na reunião, porque eu só ‘barafustava’ em favor da ideia de legalização. Basicamente, o Governo atrasava a regulamentação das rádios, porque tinha medo que fossem utilizadas por câmaras ou partidos. Ali, em Abrantes, creio que não tínhamos esse problema. Tivemos debates, tempos de antena... Houve até um caso verdadeiramente paradigmático: a célebre central termoelétrica da EDP – que hoje está no Pego, e que veio corrida de Viana do Castelo e de

Pombal – foi instalada em Abrantes. Mas foi devido à existência da nossa rádio e da sua disponibilidade para a realização de diversos debates, plurais, com todas as sensibilidades e opiniões presentes, sobre as consequências da sua possível vinda para Abrantes, que a empresa e a população puderam esclarecidamente perceber a sua vinda. Estava em causa, por exemplo, a questão da poluição do carvão. Mas foi graças à rádio que a EDP conseguiu explicar por que razão queria vir para Abrantes. Era esta a ideia da função social da rádio que perseguíamos. Na altura, por exemplo, o PS não foi muito favorável à ideia. Os políticos tinham medo da utilização partidária das rádios. O Raul Junqueiro, o Anselmo Rodrigues... o próprio Dr. Almeida Santos, manifestavam algum receio. Foi o deputado socialista Dinis Alves e o Jorge Lacão, num outro momento, que deram os primeiros passos, secundados pelo deputado do PSD, Jaime Ramos. Mas esse encontro no Terreiro do Paço, pelo simples facto de nos terem recebido, e olhando a esta distância, foi mais um passo no evoluir do processo rumo à legalização.

EN: Depois de uma experiência intensa na rádio, abraçou a carreira de assessor.

AC: Quando as rádios fecharam, em dezembro de 1988, fui convidado para ser assessor de imprensa e coordenar a atividade do Gabinete de Imprensa do PS. Não foi fácil aceitar logo a ideia. Fiquei uns três ou quatro dias a pensar... Tinha a sensação de que, enquanto jornalista, se aceitasse uma mudança para o outro lado, seria uma espécie de um crime... E naquele vazio de rádios, a interrupção entre dezembro de 1988 e março de 1989, aceitei o desafio sempre com a perspetiva de um dia voltar. Com a ideia da fundação da TSF tinha também a vontade e, por que não dizê-lo, o secreto desejo de integrar a sua equipa inicial. Aliás, tinha participado, por convite de Emídio Rangel e outros, na equipa fundadora da Rádio O Ribatejo, em Santarém, como que um pré-ensaio da TSF a esse nível, mas tal não se concretizou.

EN: Como vê a rádio de hoje?

AC: Confesso, já lá vai o tempo em que, andando pelo país na minha atividade profissional, procurava sintonizar os projetos de rádios locais para ver em que medida me faziam sentir o respirar da vida local, como desejámos desde o princípio. Aos poucos, face a continuadas desilusões, e ao sentimento da ‘mesmice’, esse interesse diminuiu. Não estou, pois, em condições de traçar um retrato fiel do que é o panorama nos nossos dias do impacto do seu trabalho. Hoje, como disse, a vontade de comunicar permanece. Neste momento estou mais empenhado no fortalecimento do projeto das chamadas ‘redes sociais’. Fui durante mais de um ano um relutante adepto do Facebook. Hoje, reconheço, creio que é uma das armas que melhor têm ajudado à materialização da velha ideia do “comunicar é preciso”! Tem uma energia e um alcance espantosos. Mas creio que ainda não estamos a saber utilizá-lo como devíamos. É por isso que digo: “redes sociais, mais do que uma moda, um modo de mudar”. Realizei há tempos, com o apoio da Associação 25 de Abril, mais de 60 almoços, a que chamei de AAA-Animados Almoços, no seu restaurante, a pretexto das comemorações dos 40 anos de Abril. Para além do almoço debate, os convidados falavam para mim, no final, para o meu velhinho Nokia! Quis demonstrar até onde podia ir-se na utilização destes aparelhinhos. Até as televisões chegaram a ‘picar’ alguns desses AAA. Como vê, com a rádio, com as televisões de proximidade – outra realidade na qual andei empenhado e que me custou o único processo no DIAP, por emissão ilegal de TV) e agora com os telemóveis, a realidade é só a de um único desejo: “comunicar é preciso!”

EN: Que leitura faz da complementaridade da rádio com a Web?

AC: O lado intimista da rádio permanece único. Acho que nunca vai terminar. Mas, face às imensas possibilidades que podem resultar de um intercâmbio entre as duas linguagens, tudo o que puder ser feito

deve ser tentado. Não por causa da sobrevivência da rádio, mas antes pelo intensificar da comunicação. É perfeitamente possível colocar no ar e com isso enriquecer programas, por exemplo, colocar no ar as preocupações de ouvintes da rádio que interagem, por exemplo, através do Facebook ou outros.

EN: Como vê a estética da rádio hoje?

AC: Como a vi desde sempre: um meio, jamais um deslumbrado fim em si mesmo. Acho que deve haver uma estética que cuide, desde logo, da voz, de uma voz bem colocada, por que não?! O que se assistiu muitas vezes, foi a um coro de gente deslumbrada que apenas se ouvia a si própria não dando vez à voz dos outros. O mesmo se diga para o investimento em programas que cuidem de aperfeiçoar técnicas que explorem tudo quanto pode fazer-se com a exploração criativa do som e colocar tais conquistas ao serviço, por exemplo, de dramatização de mensagens. Acho que a norma permanece eterna: tudo fazer para que a rádio saia valorizada, mas sempre entendida como um meio que é essa a sua verdadeira vocação. Acho que se ela pudesse falar, agradecer-nos-ia esse papel terrivelmente encantador, ser imprescindível tanto quanto ser impercetível a sua presença.



Foto: Luís António Santos

ANTÓNIO MACEDO

“A RÁDIO HOJE É, EM BOA PARTE, RESULTADO DO QUE AS RÁDIOS LOCAIS FIZERAM”

Nasceu em Lisboa, em 1950, e começou por trabalhar na revista Flama, nos semanários Se7e e O Jornal, na revista Mais e na Rádio Comercial. Foi um dos fundadores da TSF e da rádio Central FM. Atualmente trabalha na Antena 1, onde é um dos responsáveis pela emissão das manhãs. Participou na dinamização de vários projetos radiofónicos na época das piratas, como a Rádio Clube Foz do Mondego.

Entrevista realizada a 21 de outubro de 2014, em Lisboa.

Estação NET: Como chegou às piratas?

António Macedo: O primeiro contacto com as piratas – mais tarde locais, mas que eu gosto mais de chamar piratas – foi antes da TSF, mas num período em que eu tinha muitas reservas e dúvidas quanto ao futuro da pirataria radiofónica das rádios locais, sobre a viabilidade de fazer rádio, independentemente dos equipamentos mais básicos e precários que tínhamos. Mesmo assim, envolvi-me de uma forma paternalista. Não era com distanciamento, porque até já era amigo de algumas pessoas numa rádio em Benfica, que não tinha nome sequer, numa cave, e ajudei a fazer umas coisas engraçadas. Era rapaziada muito novinha, um dos miúdos era filho de um amigo meu, tinha 11 ou 12 anos de idade e já era fanático pela rádio. A outra experiência foi no centro do país, a Rádio Clube Foz do Mondego, na Figueira da Foz, porque tenho algumas ligações justamente à Figueira e aquilo na altura, os conhecidos e amigos que eu tinha pediram-me uma ajuda no sentido de dar lá uns conselhos sobre a forma como aquilo devia ser feito, como devia ser conduzido. Uma delas desapareceu completamente, era uma rádio de família, de casa, que era ouvida ali na rua em Benfica, pelos vizinhos e amigos dos vizinhos.

EN: Em que ano isso aconteceu?

AM: Em 1982 ou 83. A Rádio Clube Foz do Mondego surge justamente na mesma altura, chamava-se Rádio da Figueira, também era em casa de um amigo meu, ali para as Abadias. Tinham montado lá uma antena no telhado do prédio, uma coisa também muito rudimentar, mas com um entusiasmo incrível daquela gente toda. Eu começo-me a surpreender-me com aquilo tudo por causa dos encontros do Colaço [Encontros de Abrantes], embora na altura estivesse pouco ligado a isso, porque continuava na Rádio Comercial. Era um profissional da rádio, olhava para as piratas deste modo: “isto era porreiro e tal, mas não leva a lado nenhum, temos que ficar a ouvir, pode ser que apareça gente com habilidade, com talento”. Não me

assustava nem pensava sequer que podia aparecer gente que pudesse vir a ocupar o meu lugar. Foram as iniciativas do [António] Colaço e da Rádio Clube de Abrantes, em 1986-87, mais do que a TSF nos primórdios, que me começaram a dar volta e acabo por perceber, em final de 87, quando há um grande encontro em Abrantes, uma coisa com milhares de pessoas e rádios de todas as formas e feitios, que estava a decorrer o 25 de abril no espaço radioelétrico português. Era uma coisa absolutamente imparável. No meio disto tudo, comecei a ver que havia gente com um talento desmedido. Comecei a ouvir a Rádio Universidade Tejo. Quando ia a Coimbra, ouvia muito a Rádio Universidade de Coimbra. Comecei a ouvir o Daniel Belo, que é meu camarada agora aqui na Antena 1. Estava a explodir uma coisa que podia desencaminhar o país para os melhores caminhos. Aquilo que se sentia era o usufruto da liberdade, que não era leviano. Era a liberdade com o valor total que a palavra tem. Era de Norte a Sul do país, mais Centro-Norte do que para Sul, curiosamente menos Alentejo e menos Algarve, e muito mais para cima, porventura era mais fácil fazer rádios lá em cima, nas localidades onde as pessoas estão muito mais concentradas demograficamente, se calhar era mais fácil levar as pessoas a fazerem rádios no Norte e no Centro do que no Sul. Nunca tive a curiosidade de perceber isso, mas a verdade é que era... E para alguém que era da rádio e que na altura vivia ainda a contradição e o paradoxo de ser da rádio e ter uma paixão desenfreada pela rádio, ganhar a vida na rádio e estar absolutamente desgostoso, completamente desapontado com a rádio que se estava a fazer em Portugal, aquilo era absolutamente emocionante. Mais do que estimulante, era uma coisa absolutamente emocionante. Na altura, eu tinha 40 e picos, aquilo era tudo uma miudagem. O mais velho tinha para aí 21 ou 22 anos. Era uma coisa absolutamente impressionante. E gente que não pensava na rádio como um trampolim para ir para a televisão, não, era gente da rádio porque era a rádio que eles queriam fazer. Lá com ideias às vezes bizarras e absolutamente

inconsequentes, outras vezes com ideias bem sustentadas, com projetos metidos na cabeça e até projetos aplicados, mas pronto, entre o muito bom, o razoável e a porcaria total, alguma coisa se havia de apurar.

EN: O que é que as piratas trouxeram de novo à rádio portuguesa?

AM: A juventude, o entusiasmo e a noção da liberdade. Eu, na altura, estava na Comercial e isto coincide mais ou menos com o meu divórcio da rádio. No final de 1986, princípios de 1987, divorciei-me da rádio. Parou. Pensei: “para mim acabou, vamos ver o que é que dá”. Dava nos jornais, porque eu, apesar de não estar a exercer verdadeiramente a profissão, sou jornalista, e estava na altura no semanário *Jornal* e também no *Se7e*. Disse ao Jaime Fernandes e ao João David Nunes que me ia embora e fui. E, entretanto, passava-se isto das piratas e eu ia acompanhando enquanto jornalista destes jornais. Isto coincide com a circunstância de o Rangel me ter convidado para a TSF, apesar de eu não ser da origem, da cooperativa TSF. Conheci muito bem a cooperativa, vi a construção, mas não participei na fundação da cooperativa. Conhecia os estúdios, o sítio onde a cooperativa funcionava, o que fazia, porque era amigo das pessoas que estavam na cooperativa. Aliás, não lhes perdoo nunca ter sido convidado. Quando o Rangel me chamou para a TSF, então é que comecei a viver mesmo por dentro uma rádio feita com o entusiasmo da rapaziada nova, dos jovens.

EN: Para quem estava nas rádios instituídas, como é que se olhava internamente para o novo fenómeno? Isso modificou as práticas?

AM: Não, nem por sombras. A minha primeira reação, quando começa este movimento, foi contraditória e até preconceituosa. Hoje não tenho dúvidas que era preconceituosa e de receio. Pensávamos todos: “nós é que estamos certos, nós os das rádios nacionais... Esta gente toda que vem para aí vem brincar às rádios, como brincam lá

em casa com o aspirador, a enceradora da minha mãe e com cassetes. Nós é que estamos certos. Não vêm cá ocupar os nossos lugares, é preciso estudo, preparação, experiência...”

EN: A esta distância como é que vê o proveito que terão tido esses projetos?

AM: Pois teve, a rádio hoje é, em boa parte, resultado do que as rádios locais fizeram. Aquilo que as rádios locais fizeram de bom, repercutiu-se em toda a rádio portuguesa. Há uma rádio portuguesa antes e depois das piratas. É indiscutível. Como houve uma rádio portuguesa antes da Comercial e depois da Comercial, como houve uma rádio portuguesa antes e depois do FM da Rádio Clube Português.

EN: E as produtoras independentes?

AM: A única emissora verdadeiramente coerente era a emissora nacional; tinha uma programação cinzenta e para velhos, mas era absolutamente coerente. Aquilo era uma estação de rádio. As outras, não. A Rádio Renascença era um depósito de programas de rádio, alguns dos quais eram muito maus e havia dois ou três que fizeram história na rádio portuguesa. A Renascença era o ‘Página 1’ e mais nada. O Rádio Clube Português era o clube das donas de casa e mais nada. A TSF, o Correio da Manhã Rádio, a Rádio Nova, no Porto, hoje a Antena 1, são rádios marcadas pelo trabalho que foi feito, aliás, vê-se pela idade média das pessoas que trabalham mesmo aqui na Antena 1, que é uma rádio que é feita para pessoas com mais de 30 anos.

EN: As rádios piratas aproximaram a rádio das pessoas? Contribuíram para urbanizar o país?

AM: Sim, claro, para o tornar mais sofisticado, menos rural. Estávamos a sair de um período que estava muito marcado por uma intenção

de ter um país rural... De alguma maneira em todas as pequenas cidades ou vilas havia dois ou três fenómenos deste. Agora há 300 rádios a emitir.

EN: É o número que se comenta.

AM: Diz-se, mas se calhar não há.

EN: Muitas delas retransmitem.

AM: Pois, claro. Na altura havia mais de mil.

EN: Os números oficiais apontam para um número à volta de 800 rádios piratas. Os registos vêm dos vários encontros de rádios livres, no Porto e em Abrantes.

AM: Acho que seriam mais de mil, mas havendo 800, havia projetos bem pensados, consolidados. Depois também havia rádios absolutamente provincianas, rurais.

EN: Havia noção de quem era o ouvinte e da relação que se queria manter com o público?

AM: Esse foi sempre o equívoco, porque isso nunca foi medido, nunca foi atribuída a importância ou retirada a importância de eu estar a falar para a minha vizinha do 3º esquerdo. A proximidade pode ser um bem inestimável e pode ser absolutamente mortal. E este equívoco, na maior parte dos casos, não foi resolvido. Isto faz com que hoje as rádios locais que eu conheço não tenham resultados, porque esse equívoco não foi resolvido.

EN: Quando a TSF foi fundada, ainda pirata, havia claramente a ideia para que classe social se dirigia?

AM: Claramente. Não éramos nós, era o Emídio Rangel. Esse era “o nome”. A TSF foi feita pelo Emídio Rangel, ponto final. Ele preparou cursos, preparou jornalistas e técnicos. Desde o primeiro tijolo posto

na cave da Rua Ilha do Pico, ao último minuto de emissão, antes de ele ir para a SIC, foi tudo o Rangel. Apoiado, evidentemente, por mais três ou quatro pessoas e, depois, pelos 40 miúdos que eles formaram no primeiro curso, os 20 do segundo curso e dos 30 do terceiro curso. As pessoas que ele, o Adelino Gomes, e o Joaquim Furtado formaram. O Rangel sabia exatamente para quem queria disparar, que rádio queria fazer, a rádio que ele tinha no ouvido e na cabeça, como é que queria fazer, em todos os momentos daquela rádio, a coerência daquela estação e quem é que ele ia atingir com uma rádio desta natureza. Sabia exatamente. E acertou em cheio. Não falhou uma. O Rangel não falhou. Só falhou uma: que foi o animador das manhãs: não era eu, era o José Nuno Matias, que não aceitou, fui segunda escolha.

EN: E isso que ajuda a explicar a sobrevivência da TSF?

AM: Para mim, a rádio ideal tinha de ter o conteúdo da TSF e com a plástica, a forma, a estética do Correio da Manhã Rádio. Esta era aquilo que se chama uma rádio bonita, esteticamente um primor. Dizia-se que eles tinham cuidado até com os níveis dos microfones, com a seleção musical e os textos. Aquilo era uma rádio absolutamente primorosa. Com um nome destes pensava-se o piorio. Rigorosamente nada a ver. Com a particularidade interessante de os proprietários não terem interferido.

EN: Ficaram surpreendidos pelo facto de o Correio da Manhã ter ficado em primeiro em Lisboa?

AM: Não. No Porto, digamos que se podia aceitar, mas aqui em Lisboa é inaceitável. Claro que não podia ser a TSF a ganhar em Lisboa. A TSF assustava pela liberdade e pela iniciativa. Assustava, porque as pessoas quando falam da TSF, lembram-se logo do incêndio do Chiado. É mentira que a TSF tenha explodido mediaticamente com este episódio. A TSF já estava completamente consolidada. A

TSF é uma rádio bissexta, começou a emitir no dia 29 de fevereiro de 1988 e a 1 de março, no dia a seguir, houve uma greve geral que a TSF acompanhou, durante 24 horas, como viria a acompanhar a 25 de agosto o incêndio no Chiado. Hoje, isto é escamoteado ou esquecido. Foi no segundo dia. A rádio portuguesa parou para ouvir a TSF. Literalmente parou. Fazíamos aquilo que ia fazendo a Renascença, a Comercial e a emissora nacional. Havia uma greve geral no país e a rádio estava parada. A rádio portuguesa estava parada, e nós estávamos rigorosamente em todo o lado. Foi malta de Bragança a Vila Real de Santo António. A greve geral desse dia 1 de março de 1988 não foi uma greve geral em Lisboa, foi uma greve geral no país. Isto foi absolutamente demolidor e absolutamente assustador. O Correio da Manhã era uma rádio bonita, mas que não incomodava, antes pelo contrário. Esta incomodava. Incomodava porque nós, se fosse preciso meter ruído no ar, metia-se ruído no ar, fosse de que maneira fosse.

EN: Participou naquela emissão de novembro de 1988 da cadeia nacional de rádios em protesto contra o lançamento, correto?

AM: Sim, fui eu quem abriu essa emissão. A dada altura estava tudo a chorar, comovido, eu, toda a gente... Todos trazíamos uma camisola amarela e apareceu gente no estúdio de outras rádios, nessa emissão conjunta. Aí se verificou que era possível fazer uma cadeia nacional de rádios que acabámos por fazer.

EN: Falta irreverência à rádio hoje?

AM: Falta. A rádio tem ciclos. Hoje anda toda a gente confundida com a história da Web e quase que se diz que a Web é que é o futuro da rádio e vê-se por aqui os investimentos e os recursos que são disponibilizados para essa área e os recursos que não são aplicados na área Web....

EN: Mas a emissão tradicional não pode conviver com a Web?

AM: Pode, claro. A rádio e a Internet são parceiros. A emissão tradicional pode tirar partido da Web e vice-versa. A rádio pode ser emitida na Web, porque isso não tem custo nenhum. Põe-se a emissão no ar e se der, der, se não der, não dá. A rádio na Web deve ser outra coisa. E outra coisa o que é? No fundo, é o segredo dos pequenos conteúdos, dos pequenos formatos, dos programas, levar ao tempo em que ouvir rádio era ouvir de facto.

EN: Continua a falar do ouvir, da escuta. Segundo estudos que temos desenvolvido, os *sites* das rádios dão pouco valor ao áudio. O som na Web não é mais do que o fluxo da emissão FM. A TSF e a Renascença têm *sites* próprios, mas, à entrada, não sabemos se aquilo é um *site* de um rádio ou de um jornal.

AM: Estou absolutamente de acordo! Isso vai ser corrigido aqui, espero. Foi contratado recentemente o ex-diretor da parte informática do grupo Impresa, o João Pedro Galveias, que me dobrava nas manhãs da Antena 1. É um tipo da rádio e tem objetivamente a ideia de pôr em prática a rádio personalizada na Internet.

EN: A cultura contemporânea é muito visual, voltada para a imagem. Na sua opinião, a rádio tem alguma responsabilidade nesta ‘deseducação’ do ouvir, ou seja, a rádio estará a fazer suficientemente o seu papel para ensinar as pessoas a ouvir?

AM: Não, mas tem de voltar a fazer. Para mim é decisivo que a rádio seja indispensável, como pôr os óculos. Tem de demonstrar a utilidade do que está a acontecer, aqui e lá fora. O que aconteceu, o que está a acontecer e o que pode acontecer. Depois, falar ao ouvido, que não é falar com um tom de voz macio, pode ser aos gritos. A rádio é o meio de comunicação mais democrático de todos, pode salvar vidas, no meio de um pinhal. Tendo em conta isto, a rádio é a única que tem o poder de ser um intruso e tem de conseguir transportar paixões, ódios, amores.

EN: Combater a ideia de uma rádio científica.

AM: Justamente.

EN: O espírito rebelde das piratas não haveria de durar para sempre, mas há ainda algo a recuperar dessa geração?

AM: Aquilo foi uma réplica dos picos daquela época. Fico completamente abismado ao ouvir pessoas da minha geração a falar da rádio em comparação com a gente mais nova. São dois mundos diferentes, não tem nada a ver. Não tenho dúvidas nenhuma de que a rádio vai voltar a marcar a agenda, vai virar isto tudo. Isto é cíclico, faz parte da nossa vida e da rádio e agora estamos todos a dormir, acomodados, pelas circunstâncias a que estamos sujeitos, claro.

EN: O espírito da formalidade da rádio, que viria a fazer parte antes, durante e depois das piratas, foi uma herança trazida pelos profissionais das rádios das antigas colónias? Isso era novo, diferente?

AM: Tenho a vantagem em relação a muitos, é que comecei cá, fui lá passar férias e levei a “estalada” toda na cara. Pode parecer estranhíssimo. Quando saí daqui, a rádio estava a começar a mudar e a censura era uma coisa inimaginável. Foi provavelmente, no início dos anos 70, o pior período da rádio em Portugal. Horrível. De censores a entrar nas redações, detenções na Renascença, em plenas instalações. Foi nessa altura que fui passar férias a Angola. Lá, encontrei liberdade e comunicação. A rádio, em Angola, tinha o horizonte do país. Era esta a rádio que estava na cabeça das pessoas. Aqui a rádio acaba na Igreja de Fátima ou em Cedofeita. A rádio era redutora, restritiva.

EN: E a ideia do poder do meio?

AM: Essa noção do poder era o quê? A rádio era muito popular e sofisticada, em Angola. O poder tinha a ver com a abrangência da rádio, estamos a trabalhar num dos maiores países do mundo, com gente

da rua. Pensámos em mudar o calendário escolar, com datas mais ou menos como aqui, por exemplo. Chamámos o jornal A Palavra, as emissoras de Lobito, Benguela, Luanda e em cinco dias, virámos o país do avesso em torno desta questão. Tivemos movimentações de estudantes na rua e a rádio, com um programazinho, na Emissora Católica de Angola, com o apoio de um jornal, a virar aquilo tudo.

EN: E quanto ao sentido estético dessa rádio?

AM: O João Gabriel, o Artur Neves e o Zé Maria Pinto D’Almeida foram os melhores sonoplastas com quem trabalhei. Todos estes profissionais foram moldados a partir deste contexto. Tinham uma noção de que a rádio era a base democrática. Com o nível de iliteracia que existia, só mesmo a rádio podia entrar nestes cenários. Em Angola fizemos coisas extraordinárias.

EN: Como vê a rádio de hoje?

AM: Hoje não podemos fazer coisas novas. A nossa grelha é rígida, pouco flexível. Lembro-me das reuniões. Íamos a todas e, como não havia o email, as reuniões poderiam demorar 10 minutos ou 10 horas, mas de certeza que saíam dali coisas! Entendíamo-nos bem. Uma das coisas mais fantásticas que fizemos na TSF foi uma manhã cantada, com o coro de sete pessoas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Naquele fim-de-semana, em Lisboa era só coros por todo o lado. E diz o João Paulo Guerra: “E se fizéssemos uma emissão toda a cantar?”. Eu respondi: “Cantar... Sou um desafinado do pior, com esta voz rouca...”. E começámos a desencadear um processo, com um maestro que era conhecido de não sei quem, comprou a ideia, foram ter connosco ao estúdio, ouviram *jingles*, os indicativos da publicidade e estiveram desde as 7h a cantar! Foi a emissão toda em direto, com os sete miúdos e o maestro até às 10h. Isto é de doidos! Hoje se tentássemos fazer isso, vinha logo uma engenheira a dizer que o estúdio não tinha condições...



Foto: Luís António Santos

CARLOS DANIEL ALVES

**“SE NÃO TIVESSE SIDO A RÁDIO LOCAL,
HOJE NÃO SERIA JORNALISTA”**

Começou como jornalista da Rádio Comercial, em 1989 e três anos mais tarde entrou na RTP. Entre 1993 e 1997 regressou à rádio para integrar a redação da TSF para, em 2000, voltar novamente aos ecrãs da televisão, na SIC. Um ano depois regressou à RTP, onde ainda se mantém como jornalista e comentador, apresentando habitualmente o “Jornal da Tarde”. Foi durante o ensino secundário que se aventurou, pela primeira vez, no mundo da comunicação. Carlos Daniel Alves foi uma das vozes da então pirata Rádio Paredes.

Entrevista realizada a 21 de novembro de 2014, em Braga.

Estação NET: Como é que chegou às piratas?

Carlos Daniel: Lembro-me perfeitamente, tinha 16 anos. Foi num daqueles passatempos clássicos das rádios locais, em que metíamos uma música e pelo meio fazíamos perguntas e as pessoas telefonavam para tentar adivinhar. Eram perguntas de cultura geral, desporto, cinema, política, história. Era um formato de passatempo. Foi essa a minha primeira experiência, com 16 anos, e com dois amigos.

EN: Qual era a rádio?

CD: Chamava-se Rádio Paredes, a rádio da minha terra, que mais tarde viria a tornar-se Rádio Terra Verde, um projeto que teve bastante sucesso a nível regional, sobretudo porque era herdeira dessa emissora dita ‘pirata’. Grande parte das pessoas que estavam na Rádio Paredes acabariam por fundar a Rádio Terra Verde, outros foram para outras rádios; houve uma segunda licença no concelho mas essa funcionava mais perto de Valongo, no limite do concelho. Acho que alguém da coletividade onde a rádio surgiu (a Assembleia Sportiva) me deve ter levado para Rádio Paredes. Sempre estive, desde os tempos de liceu, envolvido em várias iniciativas da terra, nos escuteiros, no grupo de jovens, no teatro, no hóquei em patins, no futebol... As pessoas conheciam-me e talvez por isso me tenham convidado para a rádio.

EN: Que balanço é que faz dessa experiência?

CD: Adorei, foi uma coisa apaixonante, incrível. Às vezes digo e é bem verdade: nunca tive momentos tão felizes do ponto de vista da realização pessoal e profissional. De gozo e de satisfação. Lembro-me de quando entrava ou saía daqueles estúdios com paredes de madeira fina, tipo pladur, a satisfação que aquilo dava.

EN: Até que altura esteve nessa rádio?

CD: Até ao período em que fomos forçados a fechar, em dezembro de 1988.

EN: Como decorreu o encerramento da rádio?

CD: Lembro-me de nos termos juntado todos, mas não houve propriamente um drama. Havia muita certeza de que aquele projeto tinha pernas para andar. O que é engraçado é perceber que houve ali uma geração de pessoas que ainda hoje se encontra a trabalhar nos meios de comunicação social. O Rui Orlando, que é hoje um dos principais narradores da Sport TV no Porto, cresceu comigo nesse primeiro e noutros programas a seguir. O António Merino Ferreira trabalhava connosco e também esteve na Sport TV. O Ricardo Mota, que viria a fazer uma carreira na RTP, é atualmente delegado da RTP em Maputo e é mais um amigo de infância. O Alves Mateus fez também um percurso na RTP, esteve muito tempo a chefiar a delegação em Bragança. Na RTP falavam até os “lobbies de Paredes”, porque estava lá muita gente que começou nessa rádio. E depois houve colegas que ficaram mais perto, noutras rádios locais, em televisões também, o António Crespo, o António Neto... muitos.

EN: Lembra-se da estrutura de programação da rádio? Havia alguma coordenação editorial?

CD: No início dependia muito da disponibilidade e da boa vontade das pessoas. Não entrei logo quando a rádio começou, só uns meses depois, mas a ideia que tenho é que havia, no início, um horário de quatro horas de emissão, das 20h às 00h, todos os dias. Não havia gente para fazer mais do que isto. Lembro-me até do emissor, construído de modo artesanal, e que atingia um raio de 5 quilómetros, no máximo. Era uma rádio para o centro da cidade (ao tempo vila), não mais do que isso. No entanto, com o passar do tempo fomos ganhando corpo, essencialmente por sermos novidade. Provámos que era possível existir um conjunto de pessoas da terra a falar para a terra, uma ideia muito engraçada e que nunca se tinha vivido dessa maneira.

EN: A questão do ‘falar para a terra’ era fundamental para a rádio?

CD: Era incrível. O efeito era extraordinário. As pessoas falavam na rua do programa que tinha passado... Falavam numa dimensão que, à escala local, era enorme. Ao fim de um ano, a rádio fazia encontros, jantares com os ouvintes, que enchiam pavilhões de 200 ou 300 pessoas.

EN: Sentiam a ideia de ilegalidade?

CD: Não. Percebia-se que havia ali talvez uma margem de evolução, que poderia vir a ser, teria mesmo de ser, enquadrada pela lei. Mas não era ilegalidade, era uma realidade ineludível que precedeu a própria lei.

EN: Mas a rádio tinha publicidade?

CD: Sim, tinha.

EN: E como era essa relação entre um mercado publicitário e um agente ilegal?

CD: Bom, com 16 anos o que eu mais queria era ir para a rádio e fazer o programa. Essas questões não me interessavam propriamente, até porque “trabalhava” de borla. Só nas últimas férias de verão é que me deram qualquer coisa, porque a rádio estava a crescer, queria ter mais horas de emissão, com noticiários, etc. Acho que me pagaram 17 contos e 500 – uma fortuna – e por isso lá passei boa parte das férias escolares.

EN: Como é que eram pagas as despesas correntes da rádio, água, luz...?

CD: A rádio nasceu de uma instituição, a Assembleia Sportiva de Paredes, como outras que há ainda em muitas terras. Era um sítio onde iam sobretudo os homens à noite, mas havia também algumas senhoras. Jogava-se cartas, bilhar, via-se televisão, discutia-se

política ou futebol. O espaço físico da rádio era nesse local e era a mesma cooperativa que suportava inicialmente as despesas de água, luz, rendas. A rádio ficava em duas assoalhadas improvisadas nessas instalações.

EN: O emissor ficava também nesse local?

CD: Sim, até que um dia foram colocar um emissor mais forte num local alto, penso que no alto do monte em Baltar.

EN: Ainda enquanto rádio pirata?

CD: Sim, acho que sim.

EN: Nunca houve problemas com a GNR ou com vizinhos que se queixavam de ter ficado sem televisão?

CD: Tenho ideia que chegou a haver alguma discussão sobre o barulho, mas já não consigo precisar.

EN: Relativamente ao programa que fazia, como era orientado?

CD: Não havia propriamente uma coordenação ao nível superior, cada um fazia o que bem entendia. Fiz vários programas, um deles com o Rui Orlando, que era uma coisa extraordinária. Era à sexta-feira, das 22h às 00h – no fundo, antes de ir para os copos –, mas que tinha uma regra que consistia em nunca se fechar o microfone. Tudo o que acontecia no estúdio ia para o ar. Os disparates, o disco a cair... A rádio no seu estado mais puro, talvez. E ingénuo.

EN: Do ponto de vista da produção, tentavam fazer aquilo que não ouviam nas nacionais?

CD: Lembro-me de ter tentado repetir algo que tinha ouvido algures... Havia sobretudo uma influência muito grande dos programas que ouvíamos na altura. O 'Som da Frente', de música independente, e a rádio começou a tocar mais Bauhaus e Peter Murphy, ou seja,

as coisas que não se ouviam tanto na rádio nacional. Esta foi uma marca distintiva. Paralelamente havia o concurso mais popular, para a pessoa telefonar, os discos pedidos. Tudo misturado, com um critério de programação absolutamente aleatório.

EN: A rádio tinha os seus discos? Havia alguma colaboração com uma discoteca da cidade?

CD: Tinha umas poucas centenas, de vinil, e na maior parte dos casos muito gastos. Não me recordo muito bem, mas houve uma parceria qualquer com alguém, que chegou a patrocinar uns quantos discos que passámos na rádio.

EN: Havia sensibilidade para o tratamento informativo local?

CD: Era uma sensibilidade mínima. Os noticiários eram uma espécie de “corta e cola” da imprensa local, mas a maior parte até era de informação regional e nacional.

EN: Faziam desporto?

CD: Sim, tínhamos muito desporto. Fui o primeiro relator de futebol da rádio em Paredes, porque, a dada altura, decidiram começar a fazer os relatos dos jogos do Paredes. Fazíamos os jogos em casa e fora. Chegámos a fazer parcerias com outras rádios, também relativamente aos meios e custos de transmissão, com emissoras da Maia, de Amarante, de Vila Real. Estas colaborações não envolviam dinheiro e significavam que as probabilidades de sermos agredidos eram menores. Comigo houve até uma situação curiosa, porque treinava durante a semana com os jogadores (eu era júnior) de quem aos fins-de-semana fazia os relatos. Foi uma época extraordinária.

EN: Esta experiência influenciou o seu percurso profissional?

CD: Influenciou muito. Depois continuei na rádio, até 1997, até a televisão me obrigar a deixar a rádio. Aliás, a minha passagem para

profissional, com 19 anos, na Rádio Comercial, deve-se aos trabalhos que fiz na rádio. Na altura houve um concurso e era preciso enviar uma série de trabalhos para apreciação. Decidi pegar nos trabalhos que fiz na Rádio Paredes, sobretudo de desporto, e enviar. No verão de 1989, o Costa Monteiro ligou-me a dizer que eu era um dos escolhidos e lá fui eu, todo entusiasmado. Naquela idade, no primeiro ano de faculdade, tinha a oportunidade de começar a trabalhar. Foi excelente. Esse percurso fez de mim um profissional diferente. Se não tivesse sido a rádio local, poderia ter sido professor, advogado, mas quase de certeza absoluta que hoje não seria jornalista.

EN: Essa influência também aconteceu com outras pessoas?

CD: Com certeza. Por exemplo, o Ricardo Mota, que foi meu colega no 12º ano e estava comigo na rádio. Não me lembro de ele me ter dito, durante o ano letivo, que queria ser jornalista, mas quando chegou a altura de decidir, a vida na rádio pesou muito na decisão dele e lá foi ele para o curso de jornalismo. Na altura, a Escola de Jornalismo, no Porto, estava a dar os primeiros passos e não arrisquei logo estudar jornalismo.

EN: Que leitura faz dos efeitos da Lei da Rádio de 1988?

CD: Deveríamos ter protegido mais a informação local, por exemplo. O número de licenças atribuído foi exagerado, já na altura pensava que era desproporcionado. Não fez sentido nenhum. Transformou o processo num negócio que, para muitas rádios, esteve longe de representar lucros. O negócio de hoje na rádio é ter um computador que sozinho faz as emissões, com anúncios, programação... Enfim, são rádios locais que de local não têm nada.

EN: Que alternativas existem para contrariar este cenário?

CD: Hoje conheço menos o meio, como é natural. Quem o vive por dentro, saberá melhor. Creio que há sempre volta a dar. Continuo a

ouvir a rádio, normalmente música e informação, em torno daquelas que mais gosto. Renascença, Antena 1 e TSF, por obrigação profissional, tenho de ouvir. Depois, a Comercial, a Smoot A rádio reconverteu-se em boa parte, meteu-se no carro, o *podcast* deu alguma vida e valor ao produto da rádio. A rádio está inevitavelmente a mudar. Se vai ser engolida pelo vídeo, talvez o futuro mostre isso. O carro protegeu a rádio e espero sinceramente que, por razões de segurança rodoviária, não se inventem mais ecrãs táteis e painéis nos carros. Isto é um absurdo, andamos a discutir o uso dos telemóveis nos carros e depois enchemos os carros de ecrãs, para distrair as pessoas. A evolução da rádio na Internet parece-me que não será tanto para valorizar o áudio. Está por explorar ainda um universo de opiniões curtas que a rádio pode promover na Internet. Basta perceber a quantidade de citações de comentadores a jornais. Quase nunca lemos algo que foi comentado na rádio. Temos gente interessante a comentar na rádio, mas isso ainda se perde, vezes demais, no éter.



Foto: Luís António Santos

DAVID PONTES

**“NESSAS RÁDIOS TÍNHAMOS MUITOS SONHOS QUE
ERAM INSUSTENTÁVEIS EM TERMOS PROFISSIONAIS”**

Jornalista com uma carreira variada, David Pontes conta com várias passagens na imprensa, entre Jornal de Notícias, Edipresse, O Comércio do Porto e mais atualmente na agência de notícias LUSA, onde desempenhou, até novembro de 2014, funções ligadas à área comercial e de negócio. Regressou em dezembro de 2014 ao JN para exercer as funções de subdiretor. Nos anos 80, participou em várias rádios piratas, como a Rádios Caos ou a Rádio Universitária do Porto.

Entrevista realizada a 16 de outubro de 2014, no Porto.

Estação NET: A Rádio Caos foi a sua primeira experiência nas piratas?

David Pontes: A Caos foi a minha primeira experiência, sim. Na altura tinha um amigo, um colega jornalista, que era rádio-amador, por isso tinha aquela coisa que, de repente, estava na emissão e depois passava para a montagem do emissor. Acho que ele, o Alfredo Leite, chegou a montar um pequeno emissor qualquer com os amigos em Arcozelo, e depois por alguma conexão que não me recordo, aproximaram-se da Rádio Caos. Um dos pais do Bernardino Guimarães e do Alberto, da Rádio Delírio, tinha um negócio qualquer que era montar emissores de rádio. Não sei bem como chegámos lá, mas de repente descobrimos que já havia alguém que montava o serviço completo, por isso era escusado sermos nós a ter aquele trabalho todo. Foi assim que isto aconteceu, e foi nesta explosão de possibilidades que criámos a Rádio Caos e depois começámos a fazer os nossos programas.

EN: Quem o levou à rádio?

DP: Provavelmente foi o Alfredo Leite e pelos contactos que ele tinha. Depois o nome da rádio era giro, achávamos graça àquilo na altura, e eles aceitavam todas as pessoas que quisessem falar, pensar e passar música. Com o Alfredo fiz programas que tinham mais a ver com informação. Lembro-me que tínhamos um programa aos sábados de manhã, com convidados, etc., e eu depois fazia um programa de autor, com um amigo que tinha um automóvel e eu não tinha, para podermos ir fazer aos domingos à noite. O primeiro acho que foi sobre o Grémio Literário e depois seguiram-se outros programas, que partiam sempre de narrativas policiais e músicas do género, que era o Ninguém é Inocente. Não sei se o Alfredo chegou a fazer um programa comigo, mas fiz outro que era o Império da Fome. No fundo eram programas feitos à base da leitura de textos, para depois tentarmos encontrar alguma relação com a discografia que tínhamos. Músicas que, pela letra ou sonoridade, estivessem relacionadas com o tema do programa.

EN: Quanto tempo esteve nessa rádio?

DP: Talvez dois anos e algo... Depois fomos para uma outra rádio. Entretanto na Caos, não sei bem como, eu e o Alfredo ficámos como diretores de programação, a preparar as grelhas e aceitar projetos. Pela rádio passou uma série de personagens da cidade e de gente, se calhar mais respeitável hoje do que na altura. Ainda há tempos retomei contacto com um desses, através do Facebook, que é o Rui Poças, diretor de fotografia internacional, e que tinha lá um programa. Também de muita gente ligada à música, ou pelo lado da venda de discos ou pela organização de concertos. O Óscar Pinho, que teve uma banda comigo, também ia à rádio com um programa especializado em música. A Rádio Caos tinha uma enorme liberdade criativa, que permitia fazer experiências variadas com os escassos meios técnicos que tinha. Houve uma altura em que eu e o Alfredo quisemos fazer mais de jornalismo e por isso queríamos ter mais condições. Não foi o facto de o projeto ter pouco dinheiro que nos impediu de nos organizarmos. Em vários programas ao sábado de manhã, em que íamos abrir praticamente a rádio, tínhamos convidados e gente com responsabilidade, e depois quando chegávamos lá a porta nem abria. Então decidimos transferir esse programa de informação para a Rádio Universitária do Porto, o que levou a que fôssemos expulsos da Associação Rádio Caos, que foi até uma coisa divertida. Achavam que não podíamos ter participações em programas de outras rádios e expulsaram-nos. Não sei bem como foi possível, mas foi o que aconteceu. Viemos embora e depois as coisas extinguiram-se.

EN: Lembra-se do que o levou a fazer rádio nessa altura? Que vontade era essa?

DP: Para mim tinha a ver com música, que é um universo que continuo a seguir, e com o jornalismo, um cruzamento possível entre estes dois mundos. Já tinha feito fanzines e jornais de liceu, um caminho mais artesanal da comunicação. De repente, aparece um meio de

comunicação como a rádio, à minha disposição, para tentar dominar uma estrutura que não era muito pesada, independentemente de sabermos se chegava a muita gente, que não era isso que interessava. Essa portabilidade de ampliar ideias era interessante. Para mim coincidiu com o facto de, desde muito cedo, querer ser jornalista ou andar nesse universo. Ainda hoje sinto saudades da rádio, não pela parte de ser jornalista, mas pela música e pela partilha.

EN: Havia alguma noção de quem ouvia?

DP: Fazíamos experiências, a partir dos *spots* de rádio que se podiam ouvir no carro. Nunca tive grandes ilusões, porque havia outras que eram muito maiores e certamente mais ouvidas. O simples facto de podermos cruzar o espectro de rádio – que hoje está normalizado – e de repente termos alguém que interferisse nesse contexto... Era isso que importava. Significava que fazíamos parte do sistema. Não tínhamos uma percepção fidedigna. Julgo que as audiências deviam ser miseráveis, mas por outro lado também pertencíamos a um grupo, aos média. Produzia-se uma comunidade de gente e quem ouvisse um programa do António Sérgio talvez pudesse ouvir também o nosso. Ouvíamos umas coisas, partilhávamos outras, depois emprestávamos as cassetes uns aos outros, mas estamos a falar de círculos muito estreitos.

EN: Era uma comunidade.

DP: Era uma comunidade, não me parece que ultrapassasse isso. Não havia grandes ilusões. Era evidente que quando se fazia um programa de informação, de manhã, em que se convidava pessoas, pensávamos que aquilo poderia chegar um pouco mais além das fronteiras do experimentalismo. Depois tínhamos também alguns ecos, de alguém que ouvia, que sabia que existia, mas sobre isso não tenho grandes ilusões. Produzia-se ali um grupo de amigos, o que não significa que houvesse por ali passantes que depois ficavam com o nosso sinal.

EN: Referiu há pouco que foi diretor de programação na rádio e fazia as grelhas. Como é que era feita essa agenda?

DP: Não sei bem, aí entra a parte da memória que é difícil... Se bem me lembro, as pessoas tinham que apresentar num papel os seus projetos. Aí percebíamos se as pessoas tinham algum gosto pela rádio. Chegámos a recusar um ou outro programa, porque manifestamente a pessoa em causa não percebia bem a ideia. Havia uma ideia geral de uma rádio contracultura, de ousadia. Sabíamos que aqui não cabiam programas de “pimba” e de fados. Agora uma ideia de indústria, em que se sabe o que entrava de manhã e à tarde... Não. Era mais, o programa da manhã era feito por quem chegava primeiro à rádio. Ninguém queria fazer programas de manhã. Era tentar encaixar, não havia programação de 24 sobre 24. Talvez depois a ousadia fosse essa, a de fazer programas para cobrir o horário completo, com música gravada, ou um programa grande de manhã, mas tinha muito a ver com esta disponibilidade, de alguém que estava desempregado e que podia estar lá a fazer.

EN: Outro ponto importante, os patrocínios. Quem pagava a luz, a água...?

DP: A Associação Rádio Local e os cooperantes. Havia três ou quatro cooperantes para os quais fazíamos trabalhos de publicidade. Lembro-me de fazer publicidades ao Flores 21, de uma florista ali perto da Boavista, que dava qualquer coisa. A maior parte dos patrocínios, com uma exceção ou outra, resultava de contactos pessoais ou de alguém que ajudava a pagar aquilo. Também, os custos daquilo eram o quê? Luz, água e o aluguer do espaço, que era na Praça da República, onde tínhamos uma sala, um estúdio... Uma espécie de To dividido aos bocados.

EN: Como é que se compravam equipamentos, por exemplo? Como é que se comprava um prato?

DP: Era feito à base da carolice, de malta que tinha. Não me lembro desses grandes apertos financeiros, acho que nunca houve qualquer tipo de financiamento público ou apoio. Era na base da carolice e do desenrasque, não era muito mais que isso.

EN: Como é que foi o *shutdown*?

DP: Já não estava na Rádio Caos, estava na Universitária, onde eles aceitaram o magazine de informação ao sábado de manhã. Já não me recordo bem como foi o processo de licenciamento. Agora, na RUP tínhamos outras condições, todo o lado técnico da rádio, aquela coisa gira da voz, de misturar, de encontrar os tempos certos. Falo sempre disso com alguma nostalgia. Nunca foi o meu meio de eleição, mas era aí onde tínhamos mais gozo, onde fomos aprendendo outras coisas. O Alfredo tinha mais essa capacidade de sonoplasta, mais do que estar propriamente na linha da frente. Fazíamos bons programas. Ainda devo ter os guiões, devia ser engraçado perceber agora aquela ingenuidade com que fazíamos os programas. Mas convidávamos pessoas para variar, o Hélder Pacheco, um fulano que lançava um livro, o Rancho Folclórico do Porto... Tudo num estilo de jornalista-estudante, de aprendiz, mas a verdade é que já não me lembro como foi o processo de extinção, não sei se estava lá, teria de consultar documentos... Sei que foi um processo miserável. Tivemos que deixar de emitir.

EN: As rádios tiveram de deixar de emitir até dezembro de 1988, depois houve dois meses em branco e só mais tarde é que se atribuíram licenças. Referiu-se ao processo como ‘miserável’. Sentiu que foi o fim de alguma coisa? Poderia ter sido diferente?

DP: Aquele momento corresponde ao fim de tudo o que tinha a ver com a rádio experimental, da rádio de ousadia, mas infelizmente corresponde, também para mim, ao fim daquilo que poderia ser a face mais viável das rádios locais ou das rádios de comunidades.

Corresponde ao fim, porque a política manda mais num país fraco em termos de sociedade civil, do que outras coisas, como a decência. A maior parte das atribuições teve pouco em conta a validade dos projetos e a sua capacidade de sobrevivência, em detrimento de outro tipo de agendas. Basta olhar hoje um pouco para o espectro e perceber que, tal como várias rádios locais no interior ligadas ao poder que têm vindo a desaparecer, muitos dos projetos metropolitanos caíram e tinham alguma viabilidade, até comercial, em redes de rádio como a TSF. Não sei se alguém sabe, nem sei se eles próprios o saberão, mas a TSF não tem ainda uma licença de rádio nacional. Todos esses projetos foram construídos para responder a questões políticas. Não era normal nem admissível que uma rádio recentemente constituída como a Rádio Press, construída para fazer frente, tivesse ultrapassado a Rádio Nova, que tinha muito mais estrutura, trabalho feito no terreno, mas que não tinha influência política.

EN: Como na extinção da própria Rádio Universitária do Porto.

DP: É um absurdo! Uma cidade universitária não ter uma rádio da universidade é de idiotas! Evidentemente que este gigantismo em que se joga a política mata qualquer capacidade local.

EN: Ao incluir na Lei de 1988 a ideia de rádio comunitária, que não existe no nosso país e portanto teria de ser sempre pensada com algumas restrições, teríamos conseguido resolver este problema?

DP: Claro que seria possível. Naturalmente as coisas não devem conviver na mesma forma. Atenção, não sou ingénuo: qualquer que fosse o cenário, mesmo previsto pela legislação, haveria sempre a tentação de o poder político intervir, de uma forma eventualmente encapotada. Já estou há demasiado tempo na comunicação social para perceber isso. Acabaria sempre por existir uma influência. Nessas rádios tínhamos muitos sonhos, muita gente, muitas brincadeiras, como a Rádio Cave, que eram absolutamente insustentáveis

em termos profissionais! Poderia haver horas Caos em muitas rádios em Portugal, por exemplo. Agora, uma rádio para a universidade, sendo um meio barato, simples e eficaz, como não se insistiu? Não, o que andamos agora a fazer é andar por aí com televisões corporativas e com a Internet, porque é giro e mais fácil. Com essa lei perdemos algumas oportunidades de negócio, com esse gigantismo e das influências políticas que comandaram a dissolução das rádios, nomeadamente com o processo da TSF que conquistou muitas cadeias locais. Tudo isto está ao arrepio da lei. Aliás, as rádios estavam defendidas, tinham de ter informação local e agora tudo isso está morto por essa ideia mais centralista de comunicação social.

EN: Neste quadro onde é que se sonha em rádio?

DP: Sonho em *podcast*, em inglês, muitas vezes... Ouço rádio diariamente, por hábito. Faço parte daquelas pessoas para quem não faz sentido acordar sem a rádio. Às vezes na casa de banho, no hotel. Cada vez mais me habituo a ouvir *podcast* e no carro, porque há rádios que são chatas... Mesmo tendo programas pelo meio, são chatas. Acho piada à Rádio Comercial, à dinâmica da manhã com a equipa toda, mas não me apetece levar com aquela publicidade toda. Não consigo, desisto. Depois, a TSF tem informação, mas se tem de recorrer frequentemente a diretos das televisões para ter notícias, ora isso também eu posso fazer ali na sala da minha casa. Não é bem informação. Ouço-a por vício, porque sou jornalista. A Renascença tem boa informação, mas tem escolhas musicais que não me interessam. A Antena 1 tem uma ligação ao país que me interessa e é relevante. Agora, com a rádio faço aquilo que já tenho feito com a televisão: ouço o que quero, à hora que quero. Escolho os *podcasts* daquilo que me interessa e estou ainda a descobrir mais sobre este mundo. Há coisas que já não me importo a que horas passam, os programas nacionais ou internacionais, porque sei que nas minhas viagens posso ouvir quando me apetecer. Principalmente porque

adoro ouvir pessoas. Acho que é a melhor forma de ocupar viagens, de passear, porque não o posso fazer quando estou a trabalhar.

EN: Esta adequação da lei a novos projetos como as rádios comunitárias poderia proporcionar um regresso a um tempo idêntico ao das rádios piratas?

DP: Se acreditarmos no bem da Humanidade, acreditamos nessas possibilidades. Se acreditarmos na evolução tecnológica, também.

EN: Mas esse aspeto que referiu, sobre o prazer de ouvir as pessoas, é um gosto pessoal que desenvolveu ou será algo mais amplo como uma necessidade humana e algo distintivo da rádio?

DP: Posso colocar as coisas de outra forma, até. É uma necessidade humana, algo que nos atrai, mas julgo que a generalidade do público português não se revê nisso. É muito estranho a rádio em Portugal ter muito poucas opções nesse sentido. Costumo atravessar várias vezes o outro lado da fronteira, para a Galiza e eles só falam! Só falam! Nem tudo tem interesse, consigo apanhar uma ou outra coisa. No entanto, temos uma rádio nacional espanhola, que tem um correspondente em Barcelona, em Madrid, na Galiza, outro na Cantábria, todos a falar ao mesmo tempo! Isto é a essência da rádio nacional. Aqui não temos isso. Temos música e as pessoas gostam disso e vão continuar a ouvir. É normal, há alturas em que não nos apetece ler, nem fazer nada, só queremos é andar na rua e ouvir música. O *podcast* pode fazer a diferença, se refletir sobre as necessidades das pessoas. Infelizmente nunca olhamos para o que se faz lá fora e tentamos aplicar por aqui. Por exemplo, atualmente ouço compulsivamente um *podcast* que se chama The Urbanist, da Monocle, só sobre cidades. E de repente ouvimos gente a falar sobre a cidade para a terceira idade. Andamos por aí sempre a falar da cidade para os jovens e para os mais velhos? Onde estão os exemplos? Ou programas em que ouvimos alguém que captura e arquiva sons da cidade,

de espaços que vão desaparecer! São coisas deliciosas. Isto é comunicação social. Interessa-me ouvir gente, em direto, com problemas técnicos, não interessa, o que importa é ouvir pessoas a falar. Por isso é que os *podcasts* vão funcionar numa lógica de nichos, em que por exemplo se fale de coisas sobre a minha profissão.

EN: Esse aspeto, de fracionar a realidade, pode ser problemático para um jornalismo de massas, do mundo.

DP: Dou o exemplo da Monocle, uma revista que dá mais mundo às pessoas. A Monocle existe para dar a ideia de que uma aldeia é um mundo. Se a questão reporta a dois mundos em paralelo, o global e o local, o que julgo é que devemos ter ambos, e quem ouve deve habituar-se a isso mesmo. Os jornais perderam essa capacidade, por tantas razões. Todos nós somos especialistas em algo, há um gosto especial que podemos desenvolver para utilizar recursos tão variados e fazer coisas inteligentíssimas.

EN: A questão do *online* é importante, porque há liberdade e não há legislação adequada.

DP: O problema é ter as plataformas de produção e gestão para nos fazer chegar a informação, mas aos poucos essa limitação vai desaparecendo.

EN: O David Pontes da Rádio Caos era capaz de fazer um *podcast*?

DP: Tenho um problema de vida, que é ser capaz de dizer que ‘não’ a projetos. Se alguém chegasse ao pé de mim e apresentasse essa ideia, seria capaz de assumi-la, com um mínimo de condições, nada de exageros, para garantir que seria um trabalho de qualidade. Não falo de dinheiro, porque quem sabe o que foi trabalhar na Caos ou na RUP, sabe que não recebíamos um tostão, tudo nos saía do bolso, a gasolina, os discos que comprávamos, mas tudo dava um gozo! Um personagem que eu admiro – e que recentemente começou a

seguir-me no meu miserável Twitter – é o Pedro Adão e Silva. É de alguém como ele que estamos a falar. Ele é professor de uma universidade, é um dos melhores comentadores políticos nacionais e tem um programa de música muito bom! Eu não me importava nada de perder o meu tempo a fazer um bom *podcast*, desde que soubesse que havia ali uma plataforma de distribuição mínima. Tinha era de encaixar em mais de não sei quantas coisas que tenho para fazer...



Foto: Luís António Santos

FRANCISCO AMARAL

“A RÁDIO EM PORTUGAL, NESTE MOMENTO, NÃO TEM ALMA. AS PESSOAS NÃO ESTÃO LÁ DENTRO”

Começou a trabalhar em rádio em 1970. A partir de 1979, esteve na RDP, como locutor e realizador. Em 1989 passou para a TSF onde viria a integrar o projeto da TSF para Coimbra como Diretor de Programas. Saiu da TSF em 2004, passou pela Rádio Universitária de Coimbra, pelo Rádio Clube Português e pela EMArt de Sevilha. A partir de 2008, passou a colaborar com o Expresso Online realizando um podcast. É autor de um dos mais antigos programas de rádio portugueses – Íntima Fracção (1984), que mantém como *podcast*.

Entrevista realizada a 21 de outubro de 2014, em Coimbra

Estação Net: Nos anos 80, o aparecimento das piratas resultou essencialmente de uma necessidade comunicativa das pessoas?

Francisco Amaral: Nessa altura havia três núcleos de rádio em Portugal: a RDP, a Comercial e a Rádio Renascença. O espaço estava bloqueado, quem quisesse fazer rádio, só quase por milagre é que o fazia. Por isso é que começaram a existir rádios piratas por todo lado. Nunca acreditei nessa preocupação pelo local. As pessoas queriam fazer nas locais aquilo que ouviam nas nacionais. Poderiam fazer algo relacionado com o local, mas seguiam muito o que se fazia nas nacionais. De um modo geral, não havia assim tanto espaço para as pessoas falarem.

EN: E em relação aos formatos dos programas das piratas?

FA: Posso estar enganado, mas daquilo que me recordo, a maioria dos programas era decalcada do que se ouvia nas rádios nacionais com mais algum risco. No entanto, não tinham aquele lado formal. Notei isso quando estive na RDP. Havia muito formalismo. A própria TSF impôs-se combatendo o discurso formal. Queríamos romper com o formalismo. Era mais importante do que falar aqui da rua, do bairro.

EN: Como avalia a entrada da lei da rádio?

FA: Não nos podemos esquecer de que as rádios locais resultam de um projeto de lei apresentado pelo Bloco Central em 1983, por dois deputados, um do PS, Dinis Alves, outro do PSD, Jaime Ramos. Este processo andou a ser mastigado até 1988. As pessoas que viveram muito as piratas – que não foi o meu caso – têm outra noção sobre essa questão, devido ao risco que aquilo envolvia e ao entusiasmo posto nessas emissões. Eu próprio, na altura funcionário da RDP, acedi a participar na primeira emissão da Rádio Universidade de Coimbra, ainda pirata.

EN: Vendo, então, este processo de fora, qual era a sua percepção das piratas?

FA: Penso que uma boa parte dos profissionais da época tinha uma ideia um pouco sobranceira, mas eu tinha uma perspetiva diferente. Gostava da ideia e torcia para que ela vingasse, mas não que desse no que deu: aquela explosão e a autorização para as trezentas e tal frequências, com alguns concelhos com duas ou mais rádios. Mataram-se umas às outras. Economicamente era impossível resistir porque não havia publicidade para tudo aquilo. Estava entusiasmado, porque achava que aquilo era uma alternativa. Lembrava-me a Radio Caroline, nos anos 60, que era a referência das piratas. Em Coimbra, a Rádio Actividade, que era pirata também, era demasiado formal, ou pelo menos tinha preocupações comerciais. A maior parte dos profissionais das rádios “legais” tinha uma postura sobranceira... diziam que os piratas eram todos uns amadores...

EN: Do ponto de vista do modo de fazer rádio, o que acrescentaram as piratas?

FA: A qualidade de muitas delas era lamentável. Não era por serem piratas que tinham de ser boas. No entanto, marcaram uma época, claro. Corriam riscos, havia público para isso, não tinham aquele formalismo terrível das nacionais. Lembro-me de quando as rádios piratas andavam a fugir dos serviços radioelétricos, com os emissores atrás das costas. Era um fascínio estranho, mas havia sempre aquela expectativa do “ainda estou no ar, ainda nos conseguem ouvir”.

EN: Quanto tempo por dia emitia a Rádio Livre Internacional, em Coimbra?

FA: Não sei, aquilo era meio caótico, mas muito interessante. Andavam sempre de um lado para outro por causa das triangulações [que os serviços radioelétricos faziam para detetar os emissores das piratas]. Faziam coisas diabólicas como, por exemplo, terem chegado

a pensar colocar um emissor num edifício público. Foi por pouco que não foram apanhados.

EN: Mas as pessoas que estavam nessa rádio tinham outras profissões?

FA: Dos principais, julgo que um deles só fazia aquilo. O outro depois foi-se embora. Eram dois inicialmente, apenas. Esses fizeram verdadeiramente um corte com aquilo que existia. Vinham de França, da experiência das rádios livres – o Américo Mascarenhas e o José Luís. Marcaram a diferença. E entretanto as piratas começaram a fazer noticiários e até podiam falar de coisas que as outras não falavam. Em termos formais e estéticos eram incipientes. Não era um salto assim tão grande como a esta distância se pode fazer crer. Penso que há, e é natural, uma certa glorificação daquilo que se passou, mas foi fundamentalmente extraordinário para quem passou por aquilo.

EN: Até que ponto o que temos hoje é um resultado das piratas?

FA: O que temos hoje é tão mau... As piratas precipitaram o exagero de licenças. Houve depois também uma noção de que as rádios locais poderiam ser importantes em termos políticos. Aliás, em 1989, no ano em que Cavaco Silva perdeu as autárquicas, já havia a cadeia nacional entre a TSF e várias rádios locais. O que aconteceu foi um excesso de rádios locais e muitas não sobreviveram. Começaram a vender-se às rádios nacionais, a legislação já mudou muitas vezes e na prática o que é que temos? Tudo é possível e as rádios locais são repetidoras das nacionais.

EN: Como descreveria a realidade da rádio local aqui em Coimbra?

FA: Em Coimbra não há uma rádio local, o que há são repetidores de rádios nacionais. Nenhuma assume a informação local, a não ser a Rádio Universidade de Coimbra. Faz informação, mas é uma rádio um pouco desequilibrada; com gente nova e com bom gosto

musical, mas é uma rádio-escola. Tem noticiários interessantes, outros apenas para encher a programação... Tem relatos de futebol muito bem feitos, alternativos, só com jogos da Académica e ouve-se bem em toda a cidade.

EN: Há diferenças entre a geração de pessoas que trabalhou nas piratas e esta geração mais recente, que quer começar a trabalhar nos média?

FA: Sinto que, agora, com o acesso a uma ilusão de poder comunicar com as massas, através das redes, desfez-se a necessidade de comunicar através de uma rádio, mesmo *online*... Talvez porque seja mais fácil abrir uma conta numa rede social e dizer lá o que se pensa.

EN: Portugal tinha dimensão para ter outra coisa?

FA: Não. Pode haver alguns fenómenos locais, mas na generalidade acho que não. Nada do que passou volta, nem mesmo um projeto profissional, porque há a Internet e não é preciso uma rádio para falar da Câmara Municipal. Se calhar um perfil no Facebook tem mais poder.

EN: E a questão simbólica da identidade local?

FA: Essa identidade tem-se desvanecido. Há um certo regionalismo, mas não sei ... houve a fase das televisões piratas, das experiências, mas nunca se tentou uma experiência de televisões locais a sério e com a tecnologia de hoje é possível.

EN: Há público para um ressurgimento de programas com uma estética sonora mais cuidada em *podcast*?

FA: Para isso há público: os órfãos das rádios que deixaram de ter esse tipo de programas. Mas era preciso que houvesse empresários que soubessem lidar com isso, e não sabem. A *playlist* é mais fácil, mais barata. Como é que hei-de dizer isto? A rádio em Portugal, neste

momento, não tem alma. As pessoas não estão lá dentro, têm uma máquina que debita as músicas e as mistura com a voz que diz bom dia ou boa noite. Ouve-se a mesma sequência de manhã e à tarde.

EN: A tecnologia fez mal à rádio?

FA: Não fez mal, mas é como tudo o resto. Hoje é impossível pensar que se ouve rádio como as pessoas ouviam durante a II Guerra Mundial. Por exemplo, hoje querem comprar um transístor, um rádio a pilhas, e onde? Não há.

EN: Se a alma da rádio não passa para quem ouve, quem ouve pode ficar sem vontade de fazer rádio?

FA: Eu acho que sim. Se não tiver alma, quem é que terá entusiasmo para ir para uma rádio?

EN: Mas quem fala deste meio fala de forma apaixonada, o sentimento é forte, vivido. Não há ninguém que não fale de paixão quando fala da rádio.

FA: Sim, é verdade. É o direto que obriga a uma entrega muito grande. E não saber quantas pessoas temos a ouvir-nos. A paixão é uma das características da rádio, o meio quente, o meio íntimo, para mim é uma coisa muito íntima. O realizador francês Robert Bresson dizia: “as imagens vão para fora e os sons vão para dentro”. Isto é verdade.

EN: Na Internet não há uma partilha simultânea?

FA: Dificilmente. A questão da Internet é diferente, porque dantes, como ouvintes, não nos apropriávamos, só gravando. A net tem essa noção de apropriação que a rádio não tem, só a sentimental. A net é mais operativa. Porque é que as pessoas criaram as rádios piratas? Porque queriam falar, queriam exprimir-se, passar a sua música, agora podem fazer isso tudo na net. Acho que toda a gente que passou pela rádio tem saudade. Preferia mil vezes estar quatro

horas em emissão entre as 6 e as 10 horas da manhã. Era cansativo, mas preferia. E agora há o *podcast*, que permite ouvir depois. Há uma multiplicidade enorme de solicitações e a rádio não pode competir com isso.

EN: Mas a rádio pode competir em nichos de mercado, competir pela atenção individual?

FA: Isso pode. Assim como ouvimos um *podcast* bem feito, se houver uma rádio bem feita, sim.

EN: É o regresso do íntimo?

FA: Sim, escolher o que se quer, ouvir o *podcast*. Dantes estava sempre a ouvir rádio, era uma obsessão. Agora é meter a *pen* e estar a ouvir a minha música, até no carro.



Foto: Ana Isabel Reis

JOÃO PAULO MENESES

**“NÃO HÁ OUTRA FORMA DE A RÁDIO TER
AUDIÊNCIA QUE NÃO SEJA A FALAR DAS PESSOAS
E DAS COISAS QUE LHES INTERESSAM”**

Atualmente é jornalista da TSF e editor do *online*, trabalhando a partir da redação do Porto. É docente no curso de Comunicação no Instituto Superior da Maia. Doutorou-se em Ciências da Comunicação, na Universidade de Vigo, em Espanha, em 2008, com uma tese intitulada “O consumo activo dos novos utilizadores na Internet: ameaças e oportunidades para a rádio musical (digitalizada)”. Durante a década de 1980 trabalhou em diversas rádios piratas, como a Rádio Antena 105, a Rádio Foz do Ave e a Rádio Vila do Conde.

Entrevista realizada a 16 de outubro de 2014, no Porto.

Estação NET: Como é que foi ‘parar’ à rádio?

João Paulo Meneses: Um primo meu fez uma rádio – ele era de engenharia – que funcionava de vez em quando, numa garagem. Isso era mesmo a loucura organizada da irresponsabilidade. Não vamos chamar a isso uma rádio, eram umas emissões que fazíamos aí por volta de 85, com medo de sermos descobertos. Eu fui parar à rádio em Vila do Conde em 86 porque eu já fazia jornalismo, já tinha feito o estágio na RDP. E já tinha feito um programa numa rádio pirata, um programa pouco recomendável, no limite do que seria aceitável, hoje não se poderia fazer. A primeira rádio em que eu trabalhei é a Rádio Foz do Ave. Fazia um programa semanal, e depois em 86 ou 87 vou para a Rádio Vila do Conde como diretor de programas.

EN: Porque é que aquele programa não era aceitável hoje?

JPM: Era um programa que estaria na fronteira entre o sexual e o pornográfico, contava histórias, era um programa noturno, passava umas músicas alusivas, tinha uma radionovela. Só para se ter uma ideia: o padre de Vila do Conde referiu-se uma vez ao programa na homilia: era um programa para não ser ouvido. E ninguém me disse nada, o que seria impensável hoje, ter-me-iam dado logo um chuto ou um aviso: vê lá o que vais fazer... terminei o programa quando achei que devia terminar. O programa era irrepetível; ainda hoje há pessoas que me falam do programa. Hoje ainda fico um bocado corado ao ouvir aquilo e isso só era possível no tempo das rádios piratas. Era a loucura organizada: a gente chegava lá, fazia o programa, vinha-se embora, metia os ouvintes em direto, fazia o que queria, completamente o que queria.

EN: Como é que se apresentou na rádio? Chegou lá e disse que queria fazer um programa ou houve uma apresentação formal?

JPM: Não, era tudo muito saudavelmente desorganizado. Eu chegava lá, dizia que queria fazer um programa, a que horas, eles diziam:

“temos aqui este horário livre, o que é que é?”. “Ah sim, para contar umas histórias”... Não havia nenhum profissional na rádio, nenhum diretor de programas, em 85. Na Rádio Foz do Ave, o tal programa chamava-se “Planeta das Macacas”, eram todos ou jovens e irresponsáveis como eu, ou os mais velhos eram amadores e davam uns toques. Não havia ninguém que soubesse, ninguém que tivesse responsabilidade. Havia um buraco, faz-se um programa. Era a desorganização feliz.

EN: A rádio era feita por gente que tinha outras profissões?

JPM: Exato, um fazia umas horas de manhã, outro fazia de tarde... Uma coisa que hoje é absolutamente impossível. Chegámos a ter 24 horas de emissão só com colaboradores. Tínhamos um colaborador que fazia de graça o programa da madrugada. Aquilo chegava-se, fazia-se e pronto. Não havia ninguém que soubesse mais do que os outros. Fui diretor da Rádio de Vila do Conde com 19 anos, portanto, não tinha nenhuma noção, aprendi a cometer erros lá, foi uma espécie de estágio... Quando uma pessoa com 19 anos é o diretor está tudo dito.

EN: Como eram os estúdios?

JPM: Em 1987 os projetos começam a aparecer já com instalações e estúdios. A experiência que eu tenho é que quando as rádios estavam prestes a ir ao concurso – e não estamos a falar de coisas que funcionavam em garagens – já não eram rádios de vão de escada. É a ideia que tenho quer numa rádio quer noutra, de Vila do Conde e na Póvoa de Varzim.

EN: Como arranjavam os equipamentos?

JPM: Em cada rádio havia um jeitoso, um eletricista, alguém que conhecia alguém que depois tinha um emissor. Houve algum investimento antes da legalização, porque as rádios queriam ter

um portefólio para se candidatarem e mostrarem quem eram e que instalações tinham. Notou-se um salto, antes de 87 e depois de 87, porque as rádios que foram a concurso queriam mostrar que tinham argumentos independentemente de saber se o concurso iria privilegiar o projeto editorial ou as instalações.

EN: Não apanhou aquela fase em que se fugia com os emissores?

JPM: Não, não. Há ali uma fase, por volta de 1985, quando eu e o meu primo fizemos aquela rádio em Mindelo, Vila do Conde, que era a Antena 105. Nessa altura havia vistorias dos serviços radioelétricos, que a qualquer momento chegavam e apanhavam as frequências piratas. Mas em 87 já não havia isso e as rádios trabalhavam como se estivessem oficiais. E os políticos davam entrevistas, só faltava a legalização. Aliás a legalização só não acontece por causa das eleições antecipadas. Só a seguir, quando Cavaco Silva ganha as eleições com maioria absoluta. Portanto o concurso das rádios foi sendo adiado porque não havia governo, mas já era pacífico entre os partidos.

EN: Os agentes políticos participavam?

JPM: Tudo, tudo, e queriam falar e dar entrevistas... Em dois anos deu-se ali uma transformação brutal. Foi uma unanimidade. A dúvida era quando é que o concurso iria abrir.

EN: E quanto à ligação ao poder local?

JPM: Era complicada. A Rádio Foz do Ave, a primeira em que trabalhei, estava conotada com o PSD, portanto anti-poder em Vila do Conde. E a outra rádio, em que fui diretor, estava ligada ao poder, porque todos os cooperantes eram do Partido Socialista. Em Vila do Conde houve sempre extremismo.

EN: Havia outros media?

JPM: Em Vila do Conde sim. Um jornal contra e um a favor. Uma rádio contra e uma a favor. Portanto, basicamente, nunca houve

jornalismo. A rádio veio trazer algo completamente novo, porque, apesar de tudo, se posiciona com um pouco de equidistância. Enquanto lá estive acho que consegui, nunca me impediram de fazer debates e trazer todos os presidentes de junta, de todos os partidos, e isso foi uma lufada de ar fresco.

EN: Como é que as pessoas sabiam da existência da rádio?

JPM: Não era difícil, porque naquele tempo faziam-se coisas que hoje não se fazem. Primeiro, a rádio tinha um jornal e o jornal trazia todas as semanas um anúncio a dizer “Rádio Vila do Conde 104.6”. Depois a própria rádio difundia-se, organizava iniciativas, organizava uma gala, um jogo de futebol, patrocinava, e tinha uma dinâmica. A rádio tinha 50 colaboradores, o que equivale a ter 50 pessoas que dizem que trabalham na rádio – é muito importante isso do “boca-a-boca”. Quem não ouvia não era por não saber, não gostava, não queria, mas as pessoas sabiam que existia. Era uma coisa tão nova, tão fácil de ouvir...

EN: Quando se fala das piratas ou das locais fala-se de proximidade e de ir ao encontro das aspirações locais. Tinham consciência de que estavam a dar voz às populações, era essa a filosofia?

JPM: Era uma filosofia e uma necessidade. Havia a consciência de que só fazendo isso é que se conseguiam resultados, audiência, era preciso falar das pessoas. Era quase como um mantra: era preciso falar das pessoas, era como se fizéssemos um 25 de abril na comunicação com aquela coisa de dar voz às pessoas e os discos pedidos, pôr as pessoas ao telefone, levar o repórter e deixar as pessoas gravar. Nem se discutia, tinha que se fazer isso. As pessoas telefonavam para a rádio. Há um incêndio, uma explosão numa fábrica, as pessoas estão a protestar – e lá ia a rádio. Não há outra forma de a rádio ter audiência que não seja a falar das pessoas e das coisas que lhes interessam.

EN: O que é que as piratas trouxeram de novo?

JPM: Várias coisas. Primeiro trouxeram essa possibilidade de as pessoas acederem ao que até então não acontecia. Com as rádios, as pessoas acederam à comunicação, passaram a ser protagonistas da comunicação. Hoje são protagonistas nas televisões e nos fóruns, é a interatividade. Isso era a rádio. Depois trouxeram um jornalismo de proximidade que não havia. Mesmo nos sítios onde os jornais eram bem feitos eram engravatados, não falavam com as pessoas, tinham aquela agenda muito institucional, muito política e nas rádios tertúlias, por exemplo, faziam-se as coisas mais inconcebíveis.

EN: Como por exemplo?

JPM: Havia um programa de tertúlia com pessoas, até muito respeitáveis de Vila do Conde, muito conhecidas, ligadas ao meio artístico, que estavam a marcar um jantar numa tasca muito famosa e pela rádio. Uma vez combinaram em direto e diziam: “D. Mariquinhas, vá adiantando as pataniscas que, daqui a meia hora, somos cinco e queremos um jarrinho de tinto”. Ela estava a ouvir a rádio naquele momento. Coisas do arco-da-velha! Um tipo que fazia as madrugadas e havia malta que, para o gozar, lhe ligava para o insultar! Ele foi insultado várias vezes e abandonou várias vezes a emissão. Uma vez deixou um disco a correr e foi embora. Vistas a esta distância, foram tantas e tantas histórias completamente puras, parvas, mas que nunca mais se podem repetir.

EN: Não?

JPM: Não, para o bem e o para o mal, não se podem repetir. Para o mal, porque se perdeu toda essa genuinidade, esse mantra da rádio, da loucura. Hoje não se conseguem arranjar pessoas para trabalhar na rádio. Hoje as rádios têm horários livres, porque não há gente que queira trabalhar, há muitas solicitações. Isto de ir trabalhar para

a rádio era quem tinha jeito e não tinha, era toda agente, as pessoas chegavam lá e trabalhavam na rádio, era uma coisa... É impossível repetir, porque há uma soma de fatores que se conjugaram naquele momento e que não se repetem. E também não se repetem por boas razões, porque se faziam coisas absolutamente inacreditáveis. Eu não admitia que alguém fizesse o programa que eu fazia. É incrível! Era a inconsciência...

EN: Havia muitos diretos?

JPM: Sim, e não tinha a ver com a informação, porque não havia muitos jornalistas e os que havia não sabiam muito bem como fazer. Havia muito o direto de entretenimento, como hoje chamamos, ligava-se para uma coisa, ligava-se para outra... Aquele programa de que falei: eles ligavam para a senhora do restaurante e punham a senhora a falar ao telefone e ela contava uma história. É duvidoso até o interesse que aquilo tinha, era uma coisa muito fechada. Hoje era impossível fazer isso, porque apesar de tudo aquilo era espontâneo, era genuíno, e obedecia a uma lógica que não tinha nada a ver com audiências e formatos. Isto enquadra-se ou não? Não se enquadra com nada, queremos fazer e fazemos. Pensávamos: “E se agora fizéssemos uma coisa engraçada e puséssemos fogo aqui no estúdio? Vamos lá por fogo no estúdio”. E fazia-se, ligava-se, o que fosse preciso. Não havia limites nenhuns para a loucura. O limite que havia era a nossa criatividade, a nossa competência e a nossa imaginação. Em todo o lado há gente que é criativa e em todo o lado há gente que é boa a dizer o “Bom dia”, “Boa tarde”. Portanto, a soma destes fatores nunca mais se volta a repetir, e ainda bem.

EN: As rádios piratas foram uma escola?

JPM: Foram, mas essa escola morreu, entretanto. Neste momento não está a produzir gente, mas há uma geração hoje de pessoas, das que têm entre 40 e 50 anos que esmagadoramente vieram das rádios

locais. E isso não acontecia antes, porque não havia rádios locais e não vai acontecer depois com a geração dos 30 anos e que não veio das rádios locais, mas que veio dos cursos. A psicologia é capaz de explicar esta relação de camadas, porque há aqui uma conjugação de vários fatores que juntos proporcionaram um determinado clima. Nunca mais a rádio local será uma escola, foi uma vez na vida, foi para uma geração.

EN: Como era a informação nas piratas?

JPM: Havia poucos jornalistas e pouco sentido da notícia, mas havia o direto. Na altura, houve uma explosão numa fábrica têxtil perto de Vila do Conde, o repórter foi para lá e entrou em direto pelo telefone. Isso acelerou a lógica da informação, mas não era uma estratégia, estava a acontecer e as pessoas nem pensavam. O tipo que entrava ao telefone não era jornalista era um tipo que passava. Dissemos-lhe: “olha vai lá e diz o que estás a ver”. O paradigma passou a ser “está a acontecer precisa de saber”, era o direto, não havia jornalismo, não era uma aposta das rádios locais. Era informação, sim, claro, mas não era jornalismo, no sentido de uma coisa organizada, estruturada, planificada. Só depois da legalização é que passou a ser um objetivo.

EN: Como foi a transição de piratas para legais?

JPM: Foi sobretudo uma questão de responsabilidade. Naqueles doze meses depois da legalização, sentíamos que era uma coisa importante. Era tudo exatamente igual, as mesmas pessoas, instalações, só que agora éramos legais. Éramos muito miúdos. Na rádio onde eu estava só houve uma mudança, que foi o nome da rádio. Essa é outra história. Para enganar o concurso mudaram o nome da rádio. A que ganhou era a outra, mas era a mesma, só que lhe mudaram o nome. É uma história deliciosa. O governo era do PSD. Couto dos Santos era ministro, e em Vila do Conde havia uma rádio do PSD e outra do PS. A rádio do PS poderia não ganhar, porque concorreu uma outra rádio que havia nas Caxinas e dizia-se que em primeiro ficava a do

PSD, em segundo a da Caxinas, e em terceiro a rádio Vila do Conde, a mais antiga. O que é que os cooperantes fizeram? Concorreram com a Rádio Vila do Conde e criaram uma candidatura artificial com as mesmas coisas chamada Rádio Linear que ninguém sabia bem o que era; era uma coisa nova. Os decisores políticos, para não darem à Rádio Vila do Conde, deram à Linear, que era a mesma coisa. Foi um golpe genial, porque apanharam a mesma frequência com outro nome. No fundo a mesma rádio concorreu com dois nomes. A Rádio Vila do Conde, que era a mais antiga, com mais experiência e mais meios, perdeu, assim como a TSF perdeu no Porto. Houve claramente uma decisão política.

EN: Foi um processo polémico em todo o país.

JPM: O PSD percebeu que isto seria um instrumento de poder, por nós ou contra nós. Vila do Conde foi um bom exemplo. Ganhou o PSD, mas havia duas e a segunda não foi para o PS. Só foi, porque eles foram enganados. O PS teria feito o mesmo.

EN: Depois de legalizadas, como é que as rádios se organizaram?

JPM: Passaram a ser mais sérias, com outra responsabilidade, até em termos comerciais. Enquanto pirata, a publicidade que entrava servia para pagar as despesas. Se desse prejuízo, não havia problema, porque havia alguém que punha o dinheiro. Depois de legal, houve a perceção de que não podia ser assim e que a rádio tinha de prestar contas. Passou a ser diferente até ao nível da organização interna, exigindo responsabilidades. Houve um esforço de organização. E passou a haver uma lei, um enquadramento legal, com regras, penas e coimas por infração.

EN: O que é que se perdeu e o que se podia recuperar?

JPM: Aquele conceito de rádio comunitária que existe em alguns países como a Inglaterra ou os Estados Unidos. Esse conceito seria o herdeiro lógico do espírito das rádios locais. Passados 30 anos, as

rádios estão a definhar e são cada vez menos. Estão a ser compradas, há as cadeias [de retransmissão] e quase já não há rádios locais. Há também exceções muito interessantes. Uma rádio comunitária para núcleos, sem fins comerciais, com um estatuto menos pesado poderia aparecer. Com pessoas que gostassem e fossem lá fazer umas horas... Essa coisa de abrir a rádio às pessoas foi o que se perdeu mais e é aquilo de que tenho mais pena. Aquela porta aberta que nós tínhamos, com as pessoas que chegavam e diziam que gostavam de fazer um programa. Gente que aparecia com medo e dizia: “ah não sei, sempre gostei de rádio, gostava de fazer rádio”; “oh vamos lá experimentar, assim um programa à noite para começar”... E essa coisa de a rádio ter a porta aberta, de entrarem pessoas no sentido literal, isso perdeu-se. Hoje dá muito menos trabalho com o computador.

EN: E hoje, como vê a rádio?

JPM: Hoje a rádio é uma coisa altamente profissionalizada, mesmo nas pequenas. Não significa que tenham excelentes profissionais, hoje há uma lógica quase só de receitas, pagar os ordenados, só há uma pessoa ou duas e é preciso assegurar três ou quatro noticiários e pouco mais. As rádios locais de hoje são absolutamente cinzentas, desinteressantes, e como não têm gente perderam capacidade de falar com as pessoas.

EN: E a Internet não pode ocupar esse espaço?

JPM: O *podcast* é hiper-individual, mas mesmo a rádio implicaria uma mobilidade... A rádio é movimento, é escuta em movimento, é consumo secundário. Uma rádio que só se ouve na net implica que eu vá correr e possa ouvir a rádio e isso ainda hoje não é possível. A rede não é estável. Não sei se as rádios na net vão resultar ou não, mas o problema da distribuição, ou de difusão como é a Internet, é um problema grave. O consumo da rádio faz-se em movimento e isso matou, para já, as rádios na net.



Foto: Luís António Santos

JOAQUIM FRANCO

“AS RÁDIOS LOCAIS TAMBÉM FORAM PLATAFORMAS DE MICRO-PODERES”

Jornalista da SIC, Joaquim Franco nasceu em 1967 e fez parte da equipa que fundou a SIC Notícias no ano 2000. Especializou-se na temática religiosa, à qual tem dedicado particular atenção com reportagens, debates e entrevistas. O primeiro contacto profissional com o setor da comunicação social surgiu justamente com a participação em diversos projetos radiofónicos, desde a Rádio Regional da Amadora, a Rádio Onda Livre, a Rádio Horizonte ou a Rádio Mais. Passou ainda pelo Correio da Manhã Rádio e pela TSF.

Entrevista realizada a 20 de outubro de 2014, em Lisboa.

Estação NET: Quando é que se ligou à rádio?

Joaquim Franco: Tirando a fase do liceu em que pertencia a um grupo de rádio, na primeira metade da década de 80, tive algumas ligações com a Rádio Regional da Amadora, que foi uma das primeiras rádios do país, mas não tive lá qualquer programa. Depois, a trabalhar com alguma regularidade, com programas e responsabilidades periódicas, foi na Rádio Onda Livre e na Rádio Horizonte, ambas na Amadora. Depois estive na Rádio Mais, onde acompanhei o processo de legalização.

EN: Como é que aconteciam essas experiências?

JF: Por amizades, por momentos de alguma tensão... Estamos a falar de um período de profundo amadorismo e de profunda paixão. Quando fazemos as coisas por paixão, de experimentar coisas novas com a comunicação, se não estamos a gostar, rapidamente abandonamos um projeto e abraçamos outro. No fundo foi isso. Se bem que, quer na Rádio Onda Livre, quer na Rádio Horizonte, foi tudo à base do amadorismo e à base do pro bono... Nunca recebi nada e estas rádios já tinham alguma publicidade, por isso alguém já andava a ganhar dinheiro com aquilo, que também não seria propriamente uma fortuna. Depois, em meados dos anos 80, na Rádio Mais, lembro-me de já haver ali uma compensação. Uma ajuda que dava para comprar uns discos. Vamos lá ver: naquela altura todos éramos especialistas em pratos, em discos e em notícias. Lembro-me de fazer programas de informação, com os intervenientes das forças locais, mas também fazia programas musicais e até programas de humor. Também fiz um programa semanal de religião, com ligação à paróquia da Amadora. Ainda tive um programa de memórias, que se chamava “Onde é que eu já ouvi isto?”, em que cruzávamos músicas antigas editadas em versões mais recentes. Tive imensas experiências divertidíssimas em rádio. Quando a técnica já permitiu fazer diretos, fizemos experiências engraçadas, a partir de eventos na

cidade. Lembro-me de um relato de um jogo de futebol entre as duas rádios locais da Amadora, na altura. Foi uma fase muito enriquecedora, porque alimentava a paixão pela arte de comunicar e permitiu um certo experimentalismo. De repente apareceram produtos novos, as pessoas começaram a ouvir a rádio da terra, o que obrigou as rádios de maior dimensão a cumprirem aquela missão que estava a ser desempenhada pelas rádios locais, de acompanhamento da realidade local. Esse período permitiu grandes cumplicidades. As rádios locais foram também plataformas de micro-poderes, sobretudo políticos, o que nos permitiu perceber que trabalhar em comunicação não era assim tão simples como parecia. Esta experiência nas rádios locais foi marcante para a minha geração. Aliás, consigo encontrar muitas dessas pessoas espalhadas pelos mais variados órgãos de comunicação social.

EN: Dessa fase, o que é que fica pessoalmente?

JF: Permitiu uma liberdade de ação que, 30 anos depois, reconheço que foi útil. Indicou-me o caminho do experimentalismo, de não estarmos agarrados a um modelo, a uma forma. Quando se desconhece por completo as regras, ousamos e vamos para lá da regra, criando coisas novas. As rádios locais permitiram essa ousadia da comunicação, de dizer, fazer, procurar eficácia com os poucos recursos que tinham. Era a necessidade de estar mais próximo das pessoas, a rapidez. Veja-se o que aconteceu com a TSF. Começando como pirata, foi uma escola. Esse lado experimental, de ousadia, do “logo se vê como resulta” foi muito importante para mim como jovem adulto. Moldou o meu carácter profissional.

EN: Tinha a noção da clandestinidade?

JF: Sim, sim, então não havia? Conto até um episódio. A Rádio Regional da Amadora funcionava ao lado do Liceu, na cave de uma tenda militar. A Rádio Onda Livre funcionava na casa de um amigo

nosso, num rés-do-chão no centro da Amadora. Estávamos sempre atentos para saber quando os serviços radioelétricos não andavam ali à volta. Com o tempo, ficámos a conhecer os carros deles, as horas a que se deslocavam e tenho até a impressão de que algum de nós conhecia os próprios técnicos. Quando sabíamos que eles andavam a perceber de onde vinham os sinais radioelétricos, desligávamos imediatamente o emissor para não sermos apanhados. Mesmo assim, tivemos a experiência de nos apreenderem equipamentos... Essa liberdade, sem amarras, para fazermos o que quiséssemos também nos dava a sensação de clandestinidade.

EN: Havia alguma indicação editorial, de identidade que a rádio teria de seguir?

JF: Havia uma que era claramente condicionada pelas forças políticas da terra. Isso refletia-se num ou outro programa. Estávamos no início, de arranque de projetos, podíamos fazer tudo. Numa outra rádio onde estive, era uma empresa que a detinha, no caso uma pastelaria. Confesso que mesmo nessa rádio isso se refletia, nos anúncios de publicidade que eram feitos e noutras subtilezas. Depois da fase de legalização, dizíamos na brincadeira: “estes tipos estão a gerir isto como se fosse uma pastelaria!”. São circunstâncias e contextos e sempre encarei isso com toda a normalidade. Não conheço nenhuma instituição no mundo, privada ou estatal, que não pugne pelos seus interesses.

EN: Excetuando esses interesses, que orientações existiam de programação?

JF: Nunca senti grande condicionamento ideológico, no entanto estas rádios eram claramente estruturas de megafone que serviam para fazer uma determinada passagem. Cada um fazia o programa que lhe apetecia: fosse *jazz*, *rap*, música popular portuguesa, etc. Aquilo era de tal forma uma mixórdia complexa que numa hora tínhamos

música folclórica, mas a seguir podíamos ter rap ou mesmo um programa de um tipo que era doido pelos Pink Floyd e só punha música deles... Valia tudo. O paradigma que se seguia era o da rádio assinada. Essa coisa das *playlists* é posterior às rádios locais.

EN: Não havendo estudos de audiências nessa altura, havia alguma preocupação com o ouvinte ou sobre aquilo que ele queria ouvir?

JF: Tínhamos vários programas de contacto com o ouvinte. Havia programas em que as pessoas nos ligavam e falavam a tarde inteira. O megafone da terra, entre pessoas que diziam os mais verdadeiros disparates aos que nos ligavam para dizer poesia ou fazer uma qualquer reflexão filosófica. Isso não nos permitia tirar grandes ilações sobre o auditório da rádio, sabíamos que o raio de alcance do emissor determinava o número de pessoas que nos podiam ouvir. Mesmo assim, acredito que a partir do emissor urbano, onde moravam 200 mil habitantes, tínhamos um alcance muito alargado de ouvintes. O que sei certamente é que quando abríamos o espaço aos ouvintes, aquilo esgotava! Lembro-me de uma discussão, na altura, quando se tentou mobilizar essas agências de estudos para perceber qual o impacto das rádios locais, e sei que não foi fácil. As rádios legais e institucionais não queriam muito saber do impacto das locais. Quando passou a haver esses estudos, havia sempre uma grande festa quando sabíamos que aumentávamos umas décimas [de audiências]. Lembro-me perfeitamente de a Rádio Mais aparecer na lista.

EN: Havia alguma preocupação em dar aos ouvintes aquilo que eles queriam?

JF: Da minha parte, e de quase todos, era mais o meu gosto... Era uma oportunidade de extravasar os meus gostos musicais, o nosso gosto de comunicar. Havia um ou outro programa que apontava a um público-alvo, mas globalmente era para a gente da terra, para o

povo. Lembro-me de um programa em direto, que durou a tarde toda, a partir de um supermercado. Naturalmente esse espaço tinha sido pago pelo supermercado. Eram coisas impensáveis. Bem, se calhar não... Hoje vemos programas de televisão que com algum requinte fazem praticamente a mesma coisa.

EN: Em que instalações decorriam as emissões?

JF: Lembro-me dos estúdios em corticite castanha, de uma tenda... Lembro-me de utilizarmos as caixas de ovos para melhorar a acústica, por exemplo. Também me lembro de que a música era nossa, os discos eram nossos, por isso dávamos muito à rádio. As instalações eram rudimentares, serviam o quanto baste para o que se pretendia. Na Rádio Mais já havia outro suporte empresarial que ajudava muito, ainda em pirata. Era uma empresa daquela zona, com uma discoteca, um espaço apropriado para fazer uma redação, um ou dois estúdios para gravar programas... A Rádio Horizonte ficava num edifício que pertencia à câmara, porque já havia esse apoio institucional. A Rádio Mais começou por ser num centro comercial, mas depois com a elevada renda, mudámos para uma casa que foi adquirida pelos tais empresários que investiam. Geralmente eram condições aceitáveis. Estas experiências também foram positivas, porque não se tratava apenas de gente que gostava de comunicar, não. Havia pessoas que desenvolveram as suas apetências técnicas. Sei de pessoas que hoje são excelentes engenheiros. Numa das rádios, quem dava apoio técnico era uma profissional da RDP! Era uma espécie de “perninha” que nos dava. Não foi só uma escola para os comunicadores, mas também para os técnicos.

EN: Foram forçados a fechar a rádio durante o período de transição. Recordar-se dessa época?

JF: Se recordo... Até o recordo com alguma emoção. A Rádio Mais estava na frequência 88 e fizemos uma emissão especial no último

dia antes de fecharmos. Tive o privilégio de ser a última voz a ir para o ar naquela rádio. Fui o pivot ao longo de todo o dia. Recordo-me perfeitamente de ver toda a gente a chorar, o discurso ser emocionado... Aquela emissão era praticamente impossível nos dias de hoje. Os ouvintes telefonavam a criticar o Governo... Lembro-me de uma frase que ainda hoje os meus companheiros me recordam, quando se encontram comigo... Uma frase que me saiu naturalmente: “Vamos deixar o 88, mas vamos regressar de certeza em 89”. A Rádio Mais foi legalizada. O projeto inicial era ambicioso, tinha nomes como o Rodrigo Guedes de Carvalho, a Conceição Lino, o Miguel Prates, a Cecília Carmo... Era um projeto muito válido, mas sem sustentação económica não há grandes hipóteses e a rádio durou três meses.

EN: O que se perdeu e ganhou com a legalização?

JF: Aquelas que fecharam e reabriram julgo que perderam uma certa ousadia, porque houve a necessidade de criar modelos mais institucionais. Recordo-me da fase legal da rádio onde estava, já havia modelo de negócio, a redação era mais capacitada para fazer os noticiários... Instalou-se um certo conservadorismo, que é normal. Isso marcou a diferença. E há outra questão: a responsabilidade técnica. Quando se asseguram as questões técnicas por completo, há outra responsabilidade, com a linguagem, até. Um receio de dizer algo que pudesse ter consequências negativas para quem a proferisse. Manteve-se a paixão, mas dentro de padrões mais institucionais, de conservadorismo. Passou a ser uma gestão empresarial mais séria. Além disso, como só abriram umas tantas rádios, houve um leque de gente que se sobressaia nas piratas e que foi para as nacionais. Eu próprio estive pouco tempo na Rádio Mais, depois fui para o Correio da Manhã Rádio, depois a TSF... Ninguém estava a trabalhar de graça numa rádio legal, ainda que pudesse haver um ou outro que o fizesse. Eu não aceitaria. Acredito que algumas rádios locais ainda consigam sobreviver, hoje em dia, com aquela ousadia, mas

são projetos reduzidos, em que conseguem apenas contar com dois ou três funcionários.

EN: Tem ideia das motivações de quem era dono dessas rádios piratas?

JF: Era o desejo de ter um megafone. A adrenalina. Era algo que neste país cinzento, que na altura não tinha sequer televisão privada, estava a experimentar alguma ousadia democrática. Um país que estava a ser internacionalmente pressionado para a liberdade de expressão. Quando se percebeu que esses projetos funcionavam, houve logo interessados. Os emissores eram baratos, muitos deles de sucateiros e a rádio disparou. Depois vieram os interesses comerciais, locais. O que foi problemático foram os projetos de televisão locais, com a exibição de pornografia... Só me lembro das inspeções dos serviços radioelétricos no início, depois nunca mais ouvi falar deles. Havia um consentimento e houve uma determinação do Governo para se interromper essa perseguição.

EN: Havia alguma noção do que se ia passando na Europa ou era uma realidade distante?

JF: Fala-se que não era um fenómeno exclusivo de Portugal, que lá fora também se fazia. Não era isso que nos motivava.

EN: Concorda que estes projetos contribuíram para urbanizar um país que, à época, seria ainda rural?

JF: Tenho a experiência de uma rádio urbana que era fruto dessa urbanidade. Tenho conhecimento de rádios em meios rurais que eram plataformas de identidade da região. Uma na Beira Baixa, outra no Alentejo. Sabíamos que eram importantes, porque ouviam as pessoas. Havia sempre excelentes retratos do país na rádio, na Antena 1, mas apenas ao fim-de-semana. Não era como nesses locais, em que se ouvia o povo todos os dias. Hoje poucas sobrevivem com esse carimbo de identidade.

EN: Para a sua geração de profissionais, essa experiência foi determinante para se distinguirem dos que chegaram diretamente aos meios institucionais sem o percurso nas piratas?

JF: Cada qual tem a sua circunstância e o seu contexto. É óbvio que hoje a formação de um jornalista de um comunicador é feita noutros parâmetros. É quase uma formatação, mais do que uma formação, o que é triste. Vejo isso pelo discursivo televisivo, mais do que no radiofónico. É muito formatado, há pouca ousadia na narrativa, é tudo mais do mesmo. Naturalmente que a experiência dessa “esper-teza saloia”, permitiu a construção de novas linguagens, deitando por terra formas tradicionais de fazer rádio. Hoje experimentar coisas novas é muito mais complicado. Nos meios de comunicação, nas grandes redações, as coisas estão formatadas. Se calhar precisaríamos desse experimentalismo.

EN: A Internet não pode ajudar nessa tarefa?

JF: A Internet redesenhou a forma de comunicarmos, numa interatividade digital. As novas plataformas permitiram mais proximidade, mais relação, mas é tudo complexo e longe daquela ingenuidade da rádio local que emitia para os vizinhos. Estamos a reinventar a forma de comunicar, que não é apenas uma questão técnica. É uma forma de viver e de estar. Não é por acaso que as rádios estão a aproveitar a Internet para elas próprias – e repare-se no paradoxo – criar televisão! Neste momento, temos as rádios a aproveitar a tecnologia para introduzir a imagem e temos, de repente, a rádio a querer ganhar espaço com a imagem. Se isto é uma mais-valia, se calhar é. O que não podemos é quebrar a regra daquilo que é genuinamente radiofónico. A rádio é muito mais intimista e a televisão é muito mais comunitária e sujeita a um *zapping* de opiniões. Para a rádio temos de estar atentos, na televisão vemos 10% e tiramos ilações a partir da imagem. Não tenho autoridade para dizer muito, porque já não estou na rádio, mas receio que este novo desafio [digital] crie um de dois

efeitos ou talvez ambos: descaracterize a própria rádio; ou sobrecarregue os próprios profissionais e por isso descaracterize a própria rádio. É muito fácil as empresas que detêm as rádios dizerem “OK, temos aqui a possibilidade de ter imagem, reportagens de televisão. Aumento do número de jornalistas? Não, fazemos com os mesmos”. Tudo isto é muito bom, rentável, mas tem um preço. Gosto de nos comparar com os anglo-saxónicos e claramente demos um passo maior do que a perna. Eles perceberam que este crescimento tinha de ser acompanhado de mais pessoas, mais formação, mas este é um terreno polémico.

EN: O espírito colaborativo, de fazer o programa que mais lhe agradava, parte de um ideário próximo da rádio comunitária. Em Portugal não temos esse modelo instituído nem legalizado. Não poderíamos ter algo idêntico no nosso país?

JF: Aqui há duas questões: a rádio comunitária do ponto de vista geográfico ou cultural. A televisão já se antecipou nesses nichos culturais: a comunidade cinéfila, da elite da moda, das crianças.

EN: Mas o espírito das comunitárias não será bem esse. Funcionam numa plataforma colaborativa muito semelhante às antigas piratas, sem intenções lucrativas.

JF: Há aqui um problema grave, com o espectro radiofónico reduzido. Como é isso poderia ser feito? Há direitos adquiridos, só se nacionalizarmos as frequências para as voltarmos a distribuir...

EN: Como vê a rádio de hoje?

JF: Posso fazer uma leitura muito básica, espero não me precipitar. A rádio serve para as concentrações de automóveis na estrada e para a companhia de casa, aquele tapete sonoro para contrariar o silêncio. Os projetos, que vão começando a ser desenhados para aproveitar essas novas potencialidades digitais de comunicação, vão apostar

na imagem e descaracterizando a própria rádio, e isso representará certamente preços elevadíssimos. Ainda acredito naquele modelo de que a rádio diz por antecipação e a televisão mostra. Mas isso apenas se tiver redações, capacidade e eficácia, sem isso não há hipótese. Nos meios urbanos não é difícil perceber que rádios é que se ouvem logo de manhã e as rádios ainda têm essa relevância. Os psicólogos dizem que somos seres de hábitos e que precisamos daquele número mágico, de 21 dias para nos habituarmos a alguma coisa. Ora, se a rádio nos habituar a que não nos diga nada, tenho a certeza que perderá essa relevância. Receio que estas ousadias empresariais tenham um custo para o futuro da rádio.



Foto: Luís António Santos

JOSÉ CARLOS BARRETO

**“NUNCA LIGÁAMOS MUITO AO OUVINTE;
LIGÁVAMOS MAIS AO QUE QUERÍAMOS FAZER”**

Atualmente é jornalista da TSF, onde além de editor de noticiários e repórter, apresenta o programa ‘Fila J’, um programa dedicado ao teatro, à dança, à música e a exposições culturais. No seu percurso profissional, José Carlos Barreto conta com várias experiências em emissoras do distrito de Santarém, como a pirata Rádio Piranha ou a Rádio O Ribatejo.

Entrevista realizada a 20 de outubro de 2014, em Lisboa.

Estação NET: Como é que começou a fazer rádio?

José Carlos Barreto: Trabalhei em duas ao mesmo tempo: na Piranha e na O Ribatejo. Esta última era feita por um capitão do exército, emitia em onda média, tinha discos pedidos, programas com pessoas na rua e depois desapareceu com o 25 de Abril. Ao mesmo tempo que surgiu a Rádio Piranha, apareceu uma primeira experiência da TSF com o Emídio Rangel, o Carlos Júlio, o Fernando Alves, o Mário Pereira... que fizeram uma emissão pirata, gravada com um Secretário de Estado. Depois, quiseram fazer um projeto de rádio com a parceria de um jornal local, que era O Ribatejo, e fizeram a rádio O Ribatejo. Andaram à procura de pessoal, aquilo tinha gente profissional, e eu já estava na Piranha. Então entrei por um casting para fazer um programa. Era muito influenciado pelo que ouvia, ouvia rádio desde miúdo em Moçambique, porque o meu pai era militar e fazia escuta de rádios. Cheguei a fazer uma rádio com um amigo meu, tinha uns doze anos, até montámos os fios. A rádio tinha quatro ouvintes, tínhamos um estúdio e estendíamos uns fios pelo bairro que atravessavam as ruas, e os ouvintes tinham um altifalante a partir do qual ligavam e ouviam a rádio. Tínhamos programação e emitia à sexta, sábado e domingo. Chamava-se a Rádio Amadora de Vale de Estacas. Depois também fui rádio amador. Quando entrei para a Piranha, fazia um programa à sexta-feira à noite chamado “O Clube do Zeca”, que era num clube de jazz com o barulho de copos, com personagens e música. Ao mesmo tempo fazia na rádio O Ribatejo – que fechava às oito da noite – o programa “A Bela Adormecida”, de música tranquila, que encerrava a emissão. Trabalhei ao mesmo tempo nas duas.

EN: Havia alguma remuneração pelo trabalho?

JCB: Na Piranha, não. Na O Ribatejo não me lembro, acho que não.

EN: O que significava trabalhar numa pirata?

JCB: Para já, significava trabalhar em rádio, porque sem as piratas não havia hipótese de trabalhar em nenhuma, ainda para mais em

Santarém, na província. No concurso para a legalização, só havia três frequências e nós, a Piranha, ganhámos a primeira em Santarém, levámos quatro meses a fazer o projeto. As rádios locais fizeram uma coisa um pouco estranha: foram buscar os tiques antigos da rádio em vez de fazerem o que se fazia de melhor. Por um lado, conseguiram levar muita gente que nunca entraria no mercado, como no meu caso, até. Quando entrou muita gente nas piratas, sentimos que tínhamos de fazer melhores programas e depois encontraram-se grandes profissionais a partir das rádios locais.

EN: Havia uma linha editorial, uma estrutura?

JCB: A Piranha era muito *pop/rock*, tinha os “top” e as novidades desse estilo, só aos fins-de-semana é que tínhamos noticiários fixos à hora, e tínhamos informação avulsa a entrar entre as músicas.

EN: Como se financiavam estas rádios?

JCB: Só com publicidade e algum dinheiro próprio. Nós não ganhávamos nada... logo aí não se gastava. Havia apoios da Sociedade Recreativa Operária: eles pagavam a eletricidade, a sala era deles, os discos eram nossos...

EN: Tinham a perceção de quem eram os ouvintes, se gostavam?

JCB: Sabíamos pelo telefone, mas nunca ligámos muito ao ouvinte, ligávamos mais ao que queríamos fazer, depois as pessoas gostavam ou não. Havia um projeto e uma ideia: começámos com informação bem feita. Éramos uma rádio local, mas com informação nacional e internacional, como se fosse uma rádio pirata igual às nacionais, depois fomos reduzindo até ficar só com a [informação] local. Íamos às reuniões da câmara que ninguém ia – nem os jornais – falávamos com os vereadores, com os presidentes de junta. Ir às coisas da terra começou a trazer mais gente, até mais os mais novos que ouviam a rádio por causa da música.

EN: As pessoas que entrevistavam não estavam habituadas a ter voz nos média. Como é que reagiam?

JCB: Não foi fácil, mas as pessoas gostavam de ouvir. Tínhamos um repórter que ouvia as pessoas, não falava com elas como um jornalista, conversava com elas. Não tínhamos estudos de audiência, mas numas autárquicas convidei os candidatos todos a irem a uma entrevista de uma hora na rádio...

EN: E os políticos aceitaram ir à rádio, mesmo sendo pirata?

JCB: Foram. E fizemos uma noite eleitoral magnífica com toda a gente a ouvir. Era uma coisa local, com as pessoas dali, o interesse era esse.

EN: O que é que se perdeu com a transição para a legalidade?

JCB: Perdeu-se a aventura. Na parte final da 'pirataria' já se foi criando a estrutura que viria a aparecer depois. Começou a entrar dinheiro, tinha de ser tudo muito certinho, tinha de haver contabilidade, e perdeu-se um bocado, porque rádio é aventura: "vamos experimentar! vamos fazer coisas malucas!". Tínhamos de inventar coisas, porque não havia dinheiro para comprar material. Havia algum, mas tínhamos de inventar também coisas. Por exemplo, havia um programa de música eletrónica, e andava-se a fabricar uma coisa que podia repetir a voz até 20 segundos e dava para fazer publicidade e outras coisas. Estávamos a gravar aquilo e era aquele som "din-ion-in", o autor do programa entrou e disse: "eh pá, quero essa música no meu programa!". Havia esse lado experimental da rádio, da aventura, de querer fazer coisas.

EN: Era-se mais criativo do que hoje?

JCB: Muito mais. Não porque nos acomodámos, é assim apenas. Agora temos nove ou 10 linhas de telefone para o estúdio e sentado ao meu computador consigo estar a ouvir 10 emissões. Tiro um

som, ponho na pasta que o pivot lá dentro tem acesso imediato, ele tem informação pelo *chat*, e não acontece nada. Antes tínhamos duas linhas para o estúdio e, se entrava um deputado no noticiário nos títulos de fecho, eu tinha já um som para pôr. E isso era uma trabalhadeira... Tínhamos de ir à bobine, cortar, tirar, pôr no cartucho, ir a correr para o estúdio, pôr aquilo lá, dar um papel ao editor ou escrever no quadro para ele lançar aquilo no noticiário. E ele lançava. E com duas linhas de telefone púnhamos oito repórteres ao mesmo tempo. “Estás pronto?”. Entrava, desligava, vinha outro, entrava, desligava... Portanto a parte mecânica era muito mais complicada, então com as bobines era complicadíssimo. Hoje temos os meios, mas não fazemos. O lado inventivo da rádio, e até esse lado físico, perdeu-se. É um silêncio nas redações. Não é que fosse melhor, mas tínhamos quatro ou cinco pessoas a escrever à máquina, dois telexes a debitar e a emissão da rádio a trabalhar, as portas e correr, sempre a correr, agora não é preciso correr, vai lá ter.

EN: Recorda-se da emissão de fecho das piratas, no Natal de 1988?

JCB: Não, nada. Mas lembro-me do início, lembro-me de que trabalhei muito, até pintámos as paredes, construámos a mesa do estúdio, fizemos as letras em madeira a dizer ‘Piranha’ para pôr na parede. A rádio foi feita toda por nós. Montar as antenas, fazer a base da torre em betão, pintámos com rolo, alcatifámos, pusemos portas, os vidros, tudo...

EN: Havia a noção de que era tudo ilegal ou houve uma altura em que isso já não era assim?

JCB: Era misto, mas havia muitas pesadíssimas. Os serviços radioelétricos andavam com as carrinhas, faziam a triangulação, chegaram a bater à porta de um, a rádio era na casa dele. A rádio era uma mesa com auscultadores, depois ele fez uma mesa com aspeto de estúdio com dois pratos, um sintonizador, um gravador, o *deck* de cassetes.

EN: Ainda há espaço para fazer isso?

JCB: Há.

EN: O *podcast* pode ser esse espaço?

JCB: Eu pensava que sim, que o *podcast* quando apareceu podia trazer outra vez os experimentadores das rádios locais, aquela malta que ao fim de uns anos a trabalhar sempre no mesmo sítio e com a mesma coisa foi criando uma espécie de calo... Quando ouvi falar do *podcast*, pensei que ia aparecer essa malta da experimentação. As rádios locais vieram abalar o que estava estabelecido e trouxe essa gente toda como eu.



Foto: Luís António Santos

JOSÉ COIMBRA

**“A RÁDIO TORNOU-SE DEMASIADO CIENTÍFICA;
TALVEZ O SEGREDO PASSE POR HUMANIZÁ-LA”**

Nasceu em 1971. Nos anos 1990 foi para Lisboa, para integrar a equipa da Rádio Energia, antes de se mudar para a RFM, onde ainda hoje é locutor e animador. Com Carla Rocha apresentou o programa matinal ‘Café da Manhã’ durante dez anos, o formato que o tornou mais conhecido. Quando começou a fazer rádio, nos anos 1980, na Rádio Piranha, uma das emissoras piratas de Santarém, às vezes a televisão falhava por causa das interferências das frequências clandestinas.

Entrevista realizada a 20 de outubro de 2014, em Lisboa

Estação NET: A Rádio Piranha, em Santarém, foi a sua primeira experiência em rádio?

José Coimbra: Sim, com 16 anos entrei nessa rádio, com nome curioso, ela já existia no bairro e todos os meus amigos estavam lá horas a passar música. Um dia, um deles desafiou-me a ir para lá, ajudá-lo. E foi nesse contexto que eu apareci, estavam todos de férias em agosto, era tudo malta nova, com 16 e 17 anos. Os próprios donos da rádio eram pouco mais velhos. Na altura, a Rádio Piranha e a Rádio Pernes eram as únicas a emitir em Santarém. A Pernes ainda se mantém. A programação era sobretudo musical, inspirada naquilo que nós ouvíamos na Rádio Luxembourg, que conseguíamos ouvir à noite. Aquilo era nós a tentarmos ser grandes. E sempre a tentar fugir daquele estigma da rádio local clássica. Há 27 anos, fui animador de um programa em que apenas podia falar no princípio e no final. Curiosamente não muito diferente do que se faz hoje em dia. Dizia o meu nome, as horas e pouco mais. Os locutores que chegavam passavam todos por esta fase. Era uma coisa que se chamava “Primeiro Canal”, que era uma espécie de primária, de jardim infantil de quem chegava à rádio. A partir daí, se corresse bem, poderia evoluir-se para um programa diferente. Das 6 da tarde às 2 da manhã, por exemplo, havia programas das pessoas mais experientes.

EN: Eram talvez programas de autor, como se costuma chamar...

JC: Sim, eram programas de autor.

EN: Levavam os discos?

JC: Sim. Havia uma discoteca na rádio, mas também havia a liberdade de quem pudesse levar a sua música. E eram essencialmente programas de autor.

EN: Lembra-se de nomes de programas?

JC: Sim, lembro-me. “Pesos Pesados”, dedicado ao heavy metal,

“Alpha Centaury”, sobre música ambiental/experimental, “Jet Set” com as novidades musicais da semana... Havia um engraçado que se chamava “Só de Saias”, eram três mulheres à conversa. Tenho muito orgulho em ter participado naquela rádio, porque aquela rádio feita hoje, em 2014, seria perfeitamente atual! Ou nós estávamos demasiado à frente ou isto não evoluiu nada! Essa foi a grande mais-valia das rádios locais. Era um período em que se podia experimentar muita coisa.

EN: Isso diz-nos o quê em relação à rádio de hoje?

JC: Que não evoluímos assim tanto em determinados aspetos. Naquela altura havia liberdade para experimentar e quem estava na rádio era claramente por paixão. Quando se faz algo com paixão, as pessoas transcendem-se, normalmente. Havia também o “BangBang”, de música alternativa, que passava Nick Cave, Peter Murphy. Apesar dos programas de autor, a Piranha era uma rádio com os êxitos da altura na maior parte da programação. Já na altura havia formato e com algo curioso. Mesmo sem uma *playlist* oficial, sem papel à frente, as pessoas assumiam esta ideia de rádio.

EN: O que acontecia então quando alguém queria fazer um programa diferente?

JC: Podia ou não ser aceite. Nem todos podiam fazer programas.

EN: Do ponto de vista técnico, como comenta esse lado artesanal da rádio?

JC: Só posso falar desta, depois vim para Lisboa, para a Rádio Energia. Do ponto de vista técnico funcionava bem. No desporto havia um aspeto megalómano, que era o acompanhamento dos jogos do União de Santarém, o União de Almeirim e do jogo mais importante da primeira liga. Talvez isto fosse uma boa ideia, porque respondia a uma necessidade local, de saber o que aconteceu com o

União de Santarém – que hoje já não existe no futebol sénior – e ao mesmo não precisavam de ouvir a Antena 1, a Renascença ou a TSF para saber dos principais jogos. Era tudo a partir de um telemóvel gigantesco... Por outro lado, a exigência com o material era enorme. Havia ali uma política de excelência.

EN: Onde é que decorriam as emissões da Rádio Piranha?

JC: Num sótão, onde fazia imenso calor no verão. Era mesmo no centro histórico da cidade.

EN: Havia alguma forma de participação dos ouvintes na rádio?

JC: Sim, havia um programa que talvez hoje fosse interessante fazer. Ao sábado à tarde, havia uma espécie de jogo em direto, com prémios. Tentávamos fugir dos prémios da Rádio Pernes, uma emissora mais popular que oferecia por exemplo cabeças de porco e mão de vaca! Dávamos roupa em lojas da cidade ou discos, que podiam ser levantados na discoteca da cidade, por exemplo. Era um formato de duas horas, em que o animador passava de casa em casa a fazer perguntas a vários ouvintes em direto.

EN: Havia alguma noção de números, de audiências da rádio?

JC: Não, tínhamos apenas uma perceção de que seríamos a mais ouvida da região, embora a Rádio Pernes tivesse muita capacidade, um público mais velho e rural, mas a Rádio Piranha era aquilo que as pessoas ouviam nas escolas, lojas, algo mais urbano.

EN: Como reagiam os amigos pelo facto de o José Coimbra trabalhar na rádio?

JC: Viam isso da mesma forma que hoje. Há sempre uma fantasia, uma certa admiração... sentia isso.

EN: Mas não pela ideia de clandestinidade.

JC: Não. Isso talvez tenha acontecido numa fase anterior à minha. Entrei numa altura em que se sabia que a rádio era clandestina, mas que se aceitava perfeitamente, era normal. Não tínhamos nenhuma noção da ilegalidade, apesar de algumas vezes termos tido denúncias, porque, se o sinal da televisão falhava, a culpa seria nossa, mas nada de grave, não. Não havia uma admiração por sermos uns “fora da lei”; era apenas pelo fascínio pela rádio.

EN: Como é que a rádio pagava as contas?

JC: Pela publicidade, que era gerida por duas pessoas. Andavam de loja em loja na cidade a procurar contactos.

EN: Os colaboradores eram pagos?

JC: Sim, à hora. No período da tarde, não havia qualquer remuneração. No resto do dia, os colaboradores eram pagos. Foi a partir dessa altura que comecei a comprar roupa. Desde os meus 15 anos que não preciso de dinheiro dos meus pais por causa disso.

EN: Além do entretenimento, a rádio tinha informação?

JC: Sim, havia muita preocupação pela informação local, de estar nas assembleias municipais, de acompanhar tudo na cidade. Lembro-me que de manhã havia um repórter que andava sempre na rua, em diferentes locais.

EN: Como é que a rádio recebia as informações?

JC: Através da agência LUSA.

EN: Com a legalização, a rádio mudou de instalações?

JC: Não. Houve obras nos estúdios e um reaproveitamento das condições.

EN: O espírito mudou?

JC: Não. Lembro-me de ter medo, sim, pensar que agora seria mais ‘a sério’, mas na verdade já era assim que eu trabalhava na rádio...

EN: Como é que a legalização foi apresentada aos colaboradores?

JC: A rádio ficou uns largos meses fechada. Lembro-me que fechou na véspera de Natal e a rádio ficou fechada uns cinco meses talvez e só reabriu perto do verão...

EN: Nesse período, o que aconteceu com as pessoas que trabalhavam na rádio?

JC: Algumas continuaram a estudar, como eu, outras tinham o seu trabalho, mas os donos da rádio estavam empenhados naquilo, a rádio era a vida deles.

EN: Tem ideia da origem da formação dos proprietários da rádio ou porque abriram a rádio?

JC: Não me recordo, um dos criadores da Piranha era técnico de eletrónica, que montou o emissor e ainda hoje trabalha nesta área.

EN: Quanto tempo durava a emissão diária?

JC: Do meio-dia às duas da manhã. Foram visionários, criaram uma rádio sem manhãs, que começava ao meio-dia!

EN: Quem trabalhava na rádio tinha noção do que se fazia noutras piratas?

JC: Tínhamos uma postura um pouco arrogante, ouvíamos e achávamos que éramos os melhores!

EN: Como é que se informavam sobre as músicas que passavam na rádio? Liam revistas, ouviam outros programas ou já havia influência das editoras que enviavam discos?

JC: Havia uma parceria com uma discoteca local que nos vendia os discos. A partir também de alguns jornais, revistas e tentávamos que sempre que alguém ia ao estrangeiro trouxesse uma série de discos para que depois rapidamente conseguíssemos ter música nova na rádio.

EN: A música era o principal conteúdo da rádio?

JC: Era uma rádio musical sobretudo, mas sem perder o foco na informação com noticiários de hora a hora, apesar de enquanto pirata não existir informação à tarde, apenas à noite.

EN: Esta experiência numa pirata foi decisiva para o gosto que cultivou pela rádio?

JC: Sim, em casa ouvíamos muita rádio. Havia sempre rádios ligados, mas daí a pensar que iria trabalhar neste meio, ia uma distância grande. Tudo começou depois desse convite, para ir desenrascar alguém que fazia oito horas de emissão por dia. Tive a sorte de trabalhar num regime de grande responsabilidade, mesmo sendo pirata ninguém falhava, havia um grande respeito por quem ia para o microfone, aquilo não era uma brincadeira, mesmo para miúdos de 17 anos.

EN: Os que trabalharam nesse contexto das piratas têm uma relação mais intimista com a rádio?

JC: Sim, estarão porventura mais bem preparados hoje em dia. Porque passaram por todas as dificuldades inerentes a trabalhar numa rádio local. Quem vem direto para a Renascença ou RFM não passa por isso, que acaba por ser uma aprendizagem. Nesse aspeto, o caminho é apaixonante. Não podendo comparar paixões, quem viveu esse período e continua a fazer rádio, como eu, sentirá isto de maneira diferente do que alguém que sai da universidade agora e vem trabalhar para uma rádio grande.

EN: No início da conversa, falou sobre a intemporalidade da Rádio Piranha. É essa a ideia que tem da rádio em Portugal, não evoluímos muito?

JC: Evoluímos pouco. No aspeto tecnológico é possível gravar quatro horas numa, ver quantas pessoas gostam e não gostam de uma música... A rádio tornou-se demasiado científica; talvez o segredo passe por humanizá-la de novo ou, pelo menos, equilibrar um pouco. Não há grandes diferenças entre o que fazíamos antes e aquilo que se produz atualmente. Até os meios técnicos são melhores hoje e os jingles são muito parecidos...

EN: As piratas eram mais criativas?

JC: Claro. Trata-se tudo de uma paixão. Nas piratas só me cruzei com gente apaixonada pela rádio. A criatividade vem de quando estamos de corpo e alma num projeto. A rádio tornou-se previsível.

EN: O que as piratas tiveram de muito bom e de muito mau?

JC: De bom, claramente a sensação de liberdade, de poder experimentar. A rádio estava, nessa altura, a tomar forma. Aquilo que havia era a Renascença, o FM da Comercial, um estilo mais sério. As locais vieram contribuir para uma postura mais descontraída. Foi um período mágico, permitiu às pessoas experimentarem o meio. A rádio abriu-se às pessoas, foi muito bom.

EN: Como é que isso se muda? Quando os ouvintes começarem a sentir que a rádio não tem de ser desta forma tão formatada?

JC: Na RFM vamos tentando fazer coisas diferentes, por exemplo temos o [programa] “Rocha no Ar”, com a Carla Rocha, sempre com temas novos e convidados em estúdio. A rádio deve surpreender e divertir. Estranho seria se a rádio de hoje, com tanta tecnologia que tem ao seu dispor, não conhecesse o ouvinte e não lhe oferecesse conteúdos que lhe agradam claramente. Na rádio pirata funcionava

sobretudo à base da intuição, como por exemplo “acho que a esta hora, os ouvintes gostam de U2” e talvez até funcionasse, não sei.

EN: Os *podcasts*, que não são a repetição do que já foi emitido, mas a produção de um conteúdo específico de um profissional, poderiam ser a solução para novos ambientes e narrativas?

JC: Sim, esse pode ser um caminho. Podemos ter a possibilidade de ouvir de novo o programa, mas o *podcast* pode ser o caminho para animadores e locutores se desafiarem e experimentarem algo que não se enquadre no formato da rádio. Se há 20 anos pensasse em algumas das coisas que faço hoje, certamente diria que era ficção científica! Por exemplo, muitas vezes ouço, no carro, a BBC Radio 1 ou a Capital FM de Londres. Ligo o bluetooth e ouço através do telemóvel.

EN: E o *podcast* já não é rádio?

JC: É diferente, não me choca. Tenho um amigo, que é das minhas principais referências, mas que não está a trabalhar em rádio de momento, que lança todas as semanas o seu *podcast* e tem os seus seguidores. É outra forma de interpretar a rádio.

Chamavam-se rádios piratas porque, como os piratas, cruzavam as ondas radioelétricas de forma marginal. Nasceram da conjugação de um conjunto de fatores relacionados com os movimentos pela liberdade de expressão, a emancipação progressiva das pequenas cidades, a simplicidade e generosidade técnica do sistema radiofónico e o entusiasmo de uma geração que queria experimentar e procurava o gozo de ser ouvida. Entre 1977 e o final de 1988 a radiodifusão clandestina em Portugal deu ao país algumas das mais arriscadas e emotivas experiências de comunicação de proximidade.

Em 1989, com a regulamentação do setor, foram atribuídas 314 frequências que continuaram a fazer notícia do que os média nacionais considerariam trivial e secundário. A história da radiodifusão local tem-se escrito de memórias avulsas e no quase silêncio dos estudos de comunicação. Este livro celebra os 25 anos das rádios locais em Portugal, refletindo sobre a sua origem na clandestinidade e sobre a sua eventual reanimação na Internet.

Apoios

